

HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, ARQUIVOS E LUTAS

A ação do Núcleo de Documentação
sobre os Movimentos Sociais
(NUDOC-UFPE)

José Marcelo Marques Ferreira Filho
ORGANIZAÇÃO

extensão

Realização



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA

Edital nº 08/2024

Incentivo à publicação
de livros digitais (*e-books*)
com temáticas de extensão

extensão

HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, ARQUIVOS E LUTAS

A ação do Núcleo de Documentação
sobre os Movimentos Sociais
(NUDOC-UFPE)

José Marcelo Marques Ferreira Filho
ORGANIZAÇÃO


Editora
UFPE
—
RECIFE
2026

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho



Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes (CIn)

Carlos Newton Júnior (CAC)

Katharine Raquel Pereira dos Santos (CAV)

Marília de Azambuja R. Machel (CFCH)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (CE)

Projeto gráfico

Pedro Henrique Gomes

Diagramação

Ildembergue Leite

Pró-Reitoria de Extensão

Pró-Reitora: Maria da Conceição dos Reis

Coordenação de Comunicação e Informação

Coordenadora: Nara Cavalcanti Maranhão de Albuquerque

Bureau Editorial

Assistentes: Artur Villaça Franco

Demócrito José Rodrigues da Silva

Preparação de originais: Ana Clara Azevedo da Silva Lima, Laura Bezerra dos Santos, José Carlos Ferreira de Freitas

Revisão de texto: Ivson Bruno da Silva

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

H673 Histórias, memórias, arquivos e lutas [recurso eletrônico] : a ação do Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais (NUDOC-UFPE) / organização : José Marcelo Marques Ferreira Filho. – Recife : Ed. UFPE, 2026.
1 recurso eletrônico (254 p. : il.). – (Série Extensão)

Vários autores

Inclui referências

ISBN 978-65-5962-340-2 (online)

1. Universidade Federal de Pernambuco. Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais. 2. Movimentos Sociais – História – Pernambuco. 3. História – Pernambuco. 4. Extensão universitária. I. Ferreira Filho, José Marcelo Marques (Org.). II. Título da série.

981.34

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2026-014)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Pareceristas *ad hoc*

Aislan Vieira de Melo

Instituto Federal do Paraná

Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aline Luiza de Carvalho

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Ana Maria Bezerra Lucas

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

André Duarte Lucena

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

André Leal

Universidade Federal do Rio de Janeiro

André Felipe Vieira da Cunha

Universidade Federal de Pernambuco

Barbara Costa Paulino

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Bernadete Perez Coêlho

Universidade Federal de Pernambuco

Caio Augusto Martins Aires

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Camilla Christine de Souza Cherol

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Carlos Luan Alves Passos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Carolina Laurenti

Universidade Estadual de Maringá

Christian Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cristiane Mesquita da Silva Gorgonio

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Edmundo Fonseca Machado Junior

Universidade Federal da Bahia

Eliana Perez Gonçalves de Moura

Universidade Feevale

Ellen Priscila Nunes de Souza

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Fernanda Ribeiro Rubini

Instituto Federal do Paraná

Fernando da Silva Cardoso

Universidade de Pernambuco

Flávia de Ávila

Universidade Federal de Sergipe

Gisele Carignani

Centro Universitário de Várzea Grande

Gustavo Simões Teixeira

Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Iany Elizabeth da Costa

Universidade Federal da Paraíba

Janice Santos Viana

Universidade Federal do ABC

João Paulo Moreira de Carvalho Souza

Universidade Estadual de Feira de Santana

Larissa Naiara Souza de Almeida

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza

Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Lethicia Barreto Brandão

Universidade Federal do Amapá

Levy Félix Ribeiro

Universidade Federal de Alagoas

Lorena Maria Laskoski

Universidade Federal do Paraná

Lucas Freitas de Souza

Universidade de Évora

Luciane Porto Frazão de Sousa

Logos University

Luciano Gobo Saraiva Leite

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Luiz Carlos Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Tocantins

Luiz Claudio Gonçalves Gomes

Instituto Federal Fluminense

Marcelo Carlucci

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Márcia Valéria Paixão

Instituto Federal do Paraná

Maria Daniele Cruz dos Santos

Universidade Federal do Cariri

María del Pilar Anto Rubio

Universidade de San Ignacio de Loyola

Maurício Wiering Pinto Telles

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Márcia de Assunção Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mércia Cardoso de Souza

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Nathalia Cristina de Freitas Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orlando de Cavalcanti Villar Filho

Universidade Federal da Paraíba

Renata Borchetta Fernandes Fonseca

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rosângela Silva Oliveira

Universidade Estadual do Maranhão

Talita Barbosa Domingos

Universidade Estácio de Sá

Tiago Feitosa de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco

Vera Lúcia Bogeia Borges

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Wagner Silveira Feloniuk

Universidade Federal do Rio Grande

Wellington Ribeiro Justo

Universidade Regional do Cariri

Sumário

Prefácio 12

Apresentação 15

1 O Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais Denis Bernardes/UFPE 21

Uma experiência de integração
universidade/sociedade

Maria do Socorro de Abreu e Lima

2 Desenvolvimento, natureza e ambiente na história da barragem de Itaparica 47

José Guilherme Sieber Padilla Pandolfi

3 História e memória dos atingidos pela barragem de Itaparica 69

Camila Alice Diógenes Barbosa

4 “O criador deu-a a todos” 89

Crítica à concentração de terra
pela Ação Católica Rural (1960's)

Maria Gabriela Vieira de Souza

5 Grito no Nordeste em perspectivas interdisciplinares 113

Felipe de Lima França

6	“Só tem é cana”	137
	A persistência da violência na zona rural nordestina (1986-2008)	
	Maria Carolina Alves de Oliveira	
7	“Mulher, fornecedora de mão de obra para enriquecer a quem?”	159
	O trabalho feminino nas páginas do jornal <i>Grito no Nordeste</i>	
	Thawanny Victória Santos Costa	
8	Defensora da “justiça social” ou “lobo vestido de cordeiro”?	182
	Debates em torno da União Democrática Ruralista (UDR) nas páginas dos jornais (1980's)	
	Hugo José Cordeiro Vanderlei de Oliveira	
9	“Há muito campo nessa história”	207
	O fazer-se thompsoniano nos jornais dos movimentos sociais	
	Daniel do Nascimento Silva	
10	História e imagens em sala de aula	227
	Uma proposta metodológica para debater os direitos humanos	
	Lucas José da Silva	

Sobre o organizador 249

Sobre as autoras e os autores 250



Prefácio

Universidade, sociedade e transformação: caminhos da extensão

Na caminhada pela democratização do conhecimento, o fortalecimento da extensão como um dos eixos estruturantes da vida acadêmica aparece como uma política de crucial importância. Nesse sentido, a Universidade Federal de Pernambuco, por meio do Edital nº 8/2024 de Incentivo à Publicação de Livros Digitais com Temáticas de Extensão, da Pró-Reitoria de Extensão, apoiou a produção de obras que resultam de experiências que extrapolam a sala de aula e se consolidam na interação direta com a sociedade, evidenciando o papel transformador da universidade pública brasileira.

Ao articular ensino e pesquisa às demandas concretas da população, a extensão possibilita a construção de conhecimentos socialmente referenciados, comprometidos com a redução das desigualdades e a promoção da cidadania. Esse processo se fortalece quando se apoia na observação sistemática da realidade, na análise de dados e na reflexão crítica sobre fenômenos sociais, econômicos e culturais, ampliando as possibilidades de compreensão e intervenção no mundo.

Os livros produzidos no âmbito deste edital representam não apenas resultados acadêmicos, mas também registros de práticas que impactam territórios, comunidades e sujeitos diversos. Muitas dessas experiências se desenvolvem em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, nos quais a atuação extensionista se configura também como exercício

de escuta, cuidado e compromisso ético-político com a dignidade humana. Ao promover espaços de participação e processos formativos baseados na construção coletiva do conhecimento e no debate público, essas ações contribuem para a formação de sujeitos críticos e para o fortalecimento da autonomia intelectual e cidadã.

Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e regionais, iniciativas que ampliam a circulação de saberes e o acesso à informação assumem papel estratégico. A publicação de livros digitais, especialmente aqueles vinculados à extensão, amplia o alcance do conhecimento produzido nas universidades públicas, permitindo que ele chegue a públicos diversos por meio de múltiplas plataformas. Esse movimento dialoga com as transformações contemporâneas da comunicação científica e reforça o compromisso com uma ciência mais aberta e acessível.

A produção editorial decorrente dessas experiências também evidencia o protagonismo de estudantes, docentes e técnicos na construção coletiva do conhecimento. Ao participarem dessas ações, seus integrantes vivenciam processos formativos que vão além da dimensão técnica, incorporando valores como responsabilidade social, ética e compromisso com o bem comum. A articulação entre estudo, reflexão e socialização do conhecimento — em diferentes formatos e voltada a públicos variados — reforça o caráter formativo, democrático e inclusivo dessas iniciativas, além de contribuir para a redução de barreiras geográficas e econômicas no acesso ao saber.

Ao incentivar a publicação de obras resultantes dessas ações, a Universidade Federal de Pernambuco reafirma sua missão pública e sua responsabilidade social, consolidando-se como espaço de produção de conhecimento crítico, inclusivo e transformador, em permanente articulação com a sociedade.

Que estas obras possam inspirar novas iniciativas, fomentar o diálogo entre diferentes saberes e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Maria da Conceição dos Reis

Pró-Reitora de Extensão

Apresentação

Ao longo dos últimos 20 anos, o Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais Denis Bernardes (Nudoc/UFPE) tem se dedicado a preservar e divulgar a memória e a história dos excluídos e marginalizados (mulheres, indígenas, negros, trabalhadores rurais, atingidos por barragens etc.). A missão do Nudoc é contribuir para uma formação humana crítica e fortalecer a interação entre universidade e sociedade. Para atingir esses objetivos, dividimos nossos esforços em: i) localizar, organizar, digitalizar e catalogar acervos documentais referentes aos movimentos sociais; ii) formar pesquisadores e extensionistas críticos da história oficial e aptos a trabalhar com documentação primária de grupos subalternizados; iii) promover eventos com temáticas ligadas aos sujeitos excluídos da história; iv) organizar oficinas e exposições itinerantes, em escolas e espaços culturais, de parte do acervo; e v) comunicar suas ações em plataformas digitais (www.ufpe.br/nudoc/ e @nudoc.ufpe).

Ensino, pesquisa e extensão se desenvolvem de maneira intimamente articulada nas ações do Núcleo. Por um lado, parte da documentação é utilizada em sala de aula nos cursos de Brasil República, História dos Trabalhadores e Movimentos Sociais Contemporâneos, oferecidos pela Universidade Federal de Pernambuco [*ensino*]. Por outro lado, vários pesquisadores de graduação e pós-graduação (mestrandos e doutorandos) acessam a documentação do Nudoc para produzir conhecimento em forma de artigos, dissertações e teses

[pesquisa]. Além disso, eventos de divulgação de catálogos dos fundos documentais digitalizados, oficinas e exposições itinerantes de parte do acervo levam, para fora da universidade, o que o Núcleo desenvolve internamente [extensão].

Em um país que parece ter esquecido, de forma organizada e programada, seu secular passado escravista e desigual – onde diversos grupos ainda insistem em defender o mito da democracia racial, por exemplo –, preservar e divulgar a memória das lutas de grupos excluídos, destituídos e oprimidos deveria ser imperativos não apenas para professores, sobre quem se costuma impor um pesado fardo e a responsabilidade pela educação de um país inteiro, mas também para os governos, instituições e órgãos de fomento ao ensino, à pesquisa e à extensão. A memória é um campo de disputa e um fenômeno social vivo, carregado, construído e reconstruído, a partir de questões do presente, por diversos grupos que querem arquitetar o passado. No Brasil, os movimentos sociais se tornaram objeto de investigações sistemáticas por parte dos historiadores apenas recentemente. Durante o Regime Militar, foram criminalizados como atividades subversivas ou até terroristas, e precisaram resistir para garantir sua própria existência.

Desde a revolução historiográfica promovida pela *Escola dos Annales*, a história deixou de ser uma disciplina preocupada exclusivamente com os chamados grandes eventos, protagonizados por homens de destaque (reis, imperadores, príncipes etc.). Desde então, as narrativas lineares, francamente descritivas e acríticas, que privilegiavam o campo político e buscavam as causas dos ditos “fatos históricos”, cederam lugar à chamada história-problema, construída em torno de hipóteses e aproximações. Essa abordagem privilegia, através de análises profundas, diversas temáticas e perspectivas, mas, sobretudo, inclui os chamados “de baixo” – os pobres, anônimos, silenciados. É precisamente nessa

nova perspectiva (a dos excluídos, despossuídos, oprimidos) que se situa a presente coletânea, a qual entende a história como uma incessante luta de classes.

Os textos que compõem *Histórias, memórias, arquivos e lutas: a ação do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (NUDOC-UFPE)* materializam a tentativa de provar que é possível integrar ensino, pesquisa e extensão. Segundo a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996, Art. 1º) –, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem” não apenas na vida familiar, na convivência humana, no trabalho e nas instituições de ensino e pesquisa, mas também nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Ao preservar parte da memória desses grupos, o Nudoc se compromete com a educação em seu sentido mais amplo. Os movimentos sociais educam não só aqueles que o compõem (crianças, jovens, adultos e idosos) e deles participam, mas também (com seus exemplos de lutas e resistências em defesa de causas coletivas) uma sociedade inteira que se beneficia dos desdobramentos e conquistas de suas lutas.

Em síntese, esta coletânea é a culminância do esforço coletivo de professores e estudantes (de graduação e pós-graduação), pesquisadores e extensionistas, que, militando contra certa amnésia organizada, desenvolvem uma cultura de preservação da memória dos movimentos sociais. Aqui, reunimos dez textos que dão certa dimensão do potencial do Nudoc na promoção das atividades de ensino, pesquisa e extensão – dimensões do processo formativo constitucionalmente indissociáveis, conforme prevê o artigo 207 da Constituição Federal.

O interesse pelos movimentos sociais (e pela história dos excluídos), a luta em defesa dos direitos humanos e da justiça social e o uso das fontes do Nudoc constituem o elemento que conecta todos os capítulos. O primeiro deles,

intitulado “O Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais Denis Bernardes/UFPE: uma experiência de integração universidade/sociedade”, narra detalhes da fundação do Núcleo e destaca alguns projetos desenvolvidos ao longo dos vinte anos de existência. Recheado de imagens, o texto permite visualizar o esforço coletivo dos coordenadores e colaboradores. Os capítulos 2 e 3, intitulados respectivamente “Desenvolvimento, natureza e ambiente na história da barragem de Itaparica” e “História e memória dos atingidos pela barragem de Itaparica”, problematizam as lutas sociais dos ribeirinhos que viviam há séculos nas margens do Rio São Francisco e os impactos ambientais provocados pelos projetos de desenvolvimento materializados nas megabarragens. O capítulo 4, “O criador deu-a a todos”: crítica à concentração de terra pela Ação Católica Rural (1960s), debate as disputas em torno da reforma agrária nos anos de chumbo, pós-Golpe de 1964. O texto aprofunda as críticas realizadas pelo movimento católico progressista ao Regime Militar, destacando a secular luta de camponeses para o fim do latifúndio.

Cinco dos dez capítulos utilizam o jornal alternativo *Grito no Nordeste* para debater importantes temáticas, como violência, trabalho feminino, reforma agrária e consciência de classe. O *Grito* foi um boletim produzido pela Ação Católica Rural, criada por Dom Helder Camara, desde 1967. Circulou por mais de quarenta anos em todos os estados do Brasil, e vários outros países (como Canadá, França, Alemanha, Holanda, Portugal, Espanha, Venezuela e Peru), chegando a contar com mais de 10 mil assinantes. O capítulo 5, “*Grito no Nordeste* em perspectivas interdisciplinares”, busca entender as dinâmicas entre fé e questões sociais no contexto das comunidades rurais brasileiras no pós-1964, a partir de uma perspectiva interdisciplinar que articula História,

Sociologia, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Teologia e Ciência da Religião.

“Só tem é cana’: a perspectiva da violência da zona rural nordestina (1986-2008)”, capítulo 6, discute a perenidade da violência e da violação dos direitos humanos no mundo rural. A autora analisa a estrutura, os mecanismos e as formas de manifestações da violência, aprofundando suas diversas tipificações e dimensões (física, psicológica, material e simbólica). O texto demonstra como a violência não se resumia a casos isolados, mas era estruturante das relações de dominação na zona canavieira, mesmo após 1985. O capítulo 7, “Mulher, fornecedora de mão de obra para enriquecer a quem?': o trabalho feminino nas páginas do jornal *Grito no Nordeste*”, desvenda a articulação entre opressão de classe e de gênero, além de discutir o cotidiano das canavieiras (responsáveis não apenas pela reprodução, mas também pela sobrevivência da classe trabalhadora) em um ambiente carregado de machismo, preconceito e violência. O capítulo 8, intitulado “Defensora da ‘justiça social’ ou ‘lobo vestido de cordeiro’? Debates em torno da União Democrática Ruralista (UDR) nas páginas dos jornais (1980s)”, promove uma discussão sobre a questão rural no Brasil dos anos 1980. A partir de análises do discurso, o autor cruza diferentes interpretações acerca da UDR e as disputas de narrativas que envolviam o direito à terra. O último ensaio que se ancora no jornal *Grito no Nordeste*, capítulo 9, intitulado “Há muito campo nessa história': o fazer-se thompsoniano nos jornais dos movimentos sociais”, parte de uma discussão teórica dentro do marxismo para desenvolver uma análise sobre experiências em comum, lutas e consciência de classe no mundo rural.

“História e imagens em sala de aula: uma proposta metodológica para debater os direitos humanos”, capítulo 10, encerra a coletânea apresentando uma metodologia (aula-oficina) que propõe discutir a temática dos direitos humanos a

partir do uso de documentos (no caso, desenhos produzidos pelos movimentos sociais) em sala de aula. O texto aborda o ensino de história como um campo acadêmico singular, e não como instância distinta e inferior em relação ao conhecimento produzido na universidade.

Em síntese, *Histórias, memórias, arquivos e lutas: a ação do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (NUDOC-UFPE)* deve ser compreendido como parte de um esforço para dar visibilidade à história dos subalternos. Esperamos que os leitores – estudantes de graduação e pós-graduação, além de colegas professores da educação básica – encontrem nas páginas seguintes uma discussão acadêmica sobre os movimentos sociais, além de inspiração para repensar a história sob a perspectiva dos excluídos.

José Marcelo M. Ferreira Filho

Organizador

O Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais Denis Bernardes/UFPE

Uma experiência de integração universidade/sociedade

Maria do Socorro de Abreu e Lima¹

Traçar a trajetória do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (Nudoc) da UFPE, ao longo de mais de 20 anos, não é tarefa simples. Neste texto, buscamos apresentar seus objetivos, as contribuições de parte de seus coordenadores, alguns projetos mais marcantes, a participação de alunos, bem como suas dificuldades e limites. Muita coisa ficou de fora; quem sabe, em outro momento, possamos trazer algumas análises sobre os trabalhos de estudantes já concluídos. De qualquer forma, esta é uma oportunidade de explicitar o que foi feito com muito esforço, agradecer a todos que colaboraram e incentivar a continuidade desse projeto que nos foi – e tem sido – tão caro.

O Nudoc foi fundado em 2005, fruto da preocupação de professores dos Departamentos de História, Comunicação Social e Serviço Social da UFPE, que constataram a falta de fontes, o que, via de regra, dificultava a elaboração da história de organizações e movimentos sindicais e populares. Sabe-se que, particularmente no período da Ditadura Empresarial-Militar de 1964, muitas entidades perderam ou não puderam manter sua documentação, devido à intensa

1 Doutora em História (UFPE).

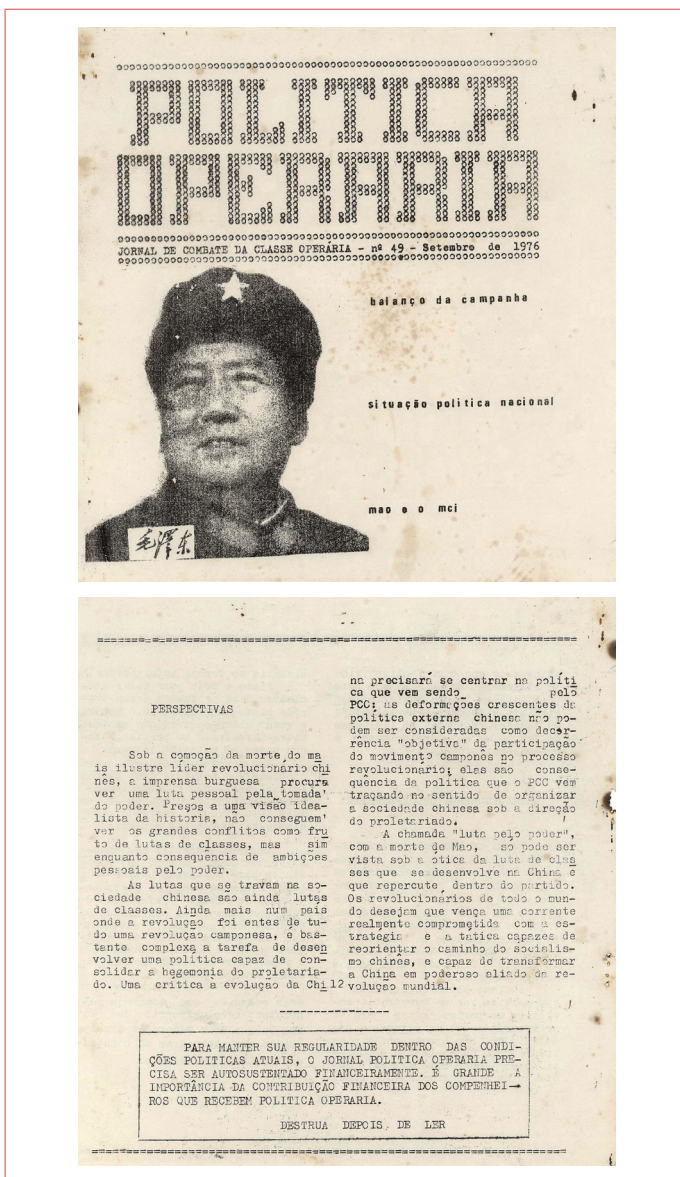
repressão que sofreram ou à falta de condições materiais para organizar a mesma².

Embora a preocupação com a formação e manutenção de acervos não estivesse necessariamente presente nas atividades sindicais do dia a dia – e a falta de espaço, de recursos e de pessoal especializado ou sensibilizado a respeito seja um fator a ser considerado –, várias entidades e seus dirigentes, eventualmente, conseguiam driblar as dificuldades e preservar parte daquilo que produziam, como jornais, panfletos e fotografias. Um exemplo importante dessa preocupação foi o salvamento da coleção de jornais editados pelo Sindicato dos Gráficos de Pernambuco entre 1945 e 1964. Quando teve início a Ditadura, o material foi empacotado e enterrado no quintal da casa de uma funcionária, que posteriormente o devolveu ao sindicato. O mais comum, contudo, quando houve a intervenção nas entidades, foi a perda ou mesmo destruição da documentação pelos próprios dirigentes, para não deixar vestígios de sua atuação, como podemos observar na última página da edição 49, de setembro de 1976, do *Política Operária: jornal de combate da classe operária*, em que consta o alerta “destrua depois de ler”.

Antes do golpe, porém, algumas edições de jornais sindicais eram enviadas para o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje). Lá encontravam-se, por exemplo, as edições do jornal *O Tear*, órgão do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Pernambuco, ao longo de dez anos, bem como alguns exemplares do jornal *Letras Femininas*, publicado pelo Sindicato dos Comerciantes no ano de 1949. Desse período o Apeje também recebeu a coleção do jornal *Folha do Povo*, publicado pelo PCB desde

2 Uma reflexão sobre o Nudoc e a importância de preservar a memória dos trabalhadores está em (Momesso; Abreu e Lima, 2011).

FIGURA 1. Capa e última página da edição 49, de setembro de 1976, do *Política Operária: jornal de combate da classe operária*



Fonte: Fundo Polop do Acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

os anos 1940 até o início dos anos 1960, quando deixou de circular, sendo substituído pelo semanário *A Hora*.

Esta questão da falta de material produzido pelos trabalhadores dizia respeito não só às entidades sociais, mas também à universidade, pois, sem acesso a fontes elaboradas pelos próprios trabalhadores, seria bem mais difícil escrever sua história. Os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) já estavam disponíveis para consulta desde o início dos anos 1990; porém, mesmo considerando que havia material apreendido dos movimentos, como jornais ou panfletos eventualmente encontrados nas batidas policiais e, por isso, passíveis de serem anexados aos acervos do DOPS, esses documentos haviam sido apreendidos a partir dos interesses e dos agentes da repressão.

O Nudoc passou a desenvolver projetos e a atuar integrado à Pró-Reitoria de Extensão (Proext), tendo em mente um dos objetivos básicos da universidade, que é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como pontua o professor Momesso:

Essa indissociabilidade pode ser de grande valia para o avanço da organização dos arquivos e estudo da história das classes trabalhadoras. A ação conjunta da universidade e dos trabalhadores beneficia também a mesma, que não pode ter uma prática academicista, desvinculada da realidade social e distante das necessidades da maioria da população.

[...] Quando abordamos os arquivos de trabalhadores estamos nos referindo não só à documentação acumulada de um passado, que precisa ser organizada e preparada para constituir fonte de pesquisa, mas da produção atual que as classes trabalhadoras estão realizando cotidianamente e em grande quantidade como necessidade das atividades que executam de organização, análises e elaboração, mobilização, formação,

divulgação e propaganda dos conteúdos que produzem. É a documentação da História que está sendo construída, e seus registros precisam ser preservados de forma organizada e metódica para se constituírem em fontes de informação para diferentes pesquisas, especialmente porque são documentos históricos, embora recentes. [...] A universidade possui os conhecimentos que faltam aos trabalhadores e pode, através de atividades de extensão, contribuir para a organização da documentação das entidades em seus próprios espaços (Momesso, 2013, p. 74-75).

O Núcleo também tinha outra preocupação além de recolher, organizar e disponibilizar acervos: realizar cursos de formação para sindicatos e movimentos sociais, bem como cursos e oficinas de comunicação sindical e popular, tanto fora quanto dentro da universidade, encaminhadas como atividades de extensão.

FIGURA 2. Fotografia do professor Luiz Momesso, um dos fundadores do Nudoc



Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

Assim, na época de sua fundação, o Núcleo realizou duas atividades importantes: a primeira, um curso para diversos movimentos sociais sobre Realidade Brasileira, no Centro de Artes e Comunicação, em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Sempre aos sábados, contou com professores de diferentes disciplinas, da UFPE e de outras instituições. A segunda foi um curso organizado juntamente com o Departamento de História para estudantes e militantes de movimentos sociais, chamado História do Pensamento Socialista e Libertário. Os encontros eram semanais, e, no caso do último, foi cobrada uma pequena taxa, utilizada para a aquisição de livros para a biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, onde se realizou todo o curso. Vários alunos de História participaram como monitores e também foram se integrando. Essas atividades contaram com a participação de diversos docentes da UFPE, da UFPB e da UFAL, além dos coordenadores do Nudoc: professores Christine Rufino Dabat, Marc Jay Hoffnagel e Socorro Abreu, do CFCH; Denis Bernardes, do CCSA; e Luiz Momesso, do CAC. Foram, ao todo, 15 encontros, nos quais buscou-se “tornar familiares as premissas e linhas mestras das diversas correntes do pensamento socialista e libertário; apresentar seus principais autores e as obras de maior destaque e impacto, tanto as teóricas, políticas, quanto as literárias (literatura utopista, poesia) ou artísticas (filmes, músicas etc.)”, conforme Christine Rufino Dabat, coordenadora do evento (Dabat; Abreu e Lima, 2008, p. 13). Em 2008, as palestras deste último curso foram publicadas pela Editora Universitária da UFPE na coleção do Programa Livro-Texto, sob o título *História do pensamento socialista e libertário*.

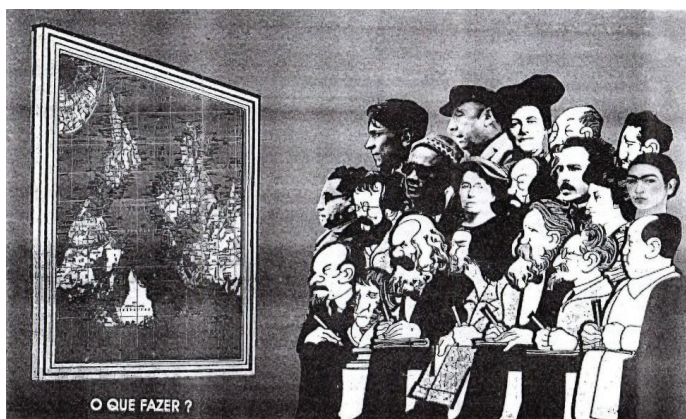
O cartaz de divulgação do evento trazia as figuras de diversos pensadores mais conhecidos ligados às ideias socialistas, tendo sido acrescentadas algumas outras imagens – em especial de mulheres – que não constavam do cartaz original,

assim como um mapa pouco usual com a representação do mundo “de cabeça para baixo”. A famosa questão de Lênin (*O que fazer?*) também estava presente, abaixo do mapa. Foi um sucesso, assim como as músicas divulgadas nos intervalos, entre as quais não faltou *Bella Ciao*.

Outros professores se integraram ao Núcleo, como Dacier de Barros, do CAC, cuja preocupação principal era acompanhar grupos de estudos com bolsistas e voluntários, e Fátima Lucena, do CCSA, que doou uma cinemateca relativa a documentários sobre a temática dos movimentos sociais. Posteriormente, Paula Reis, Ana Veloso, Raldianny Pereira, do CAC, bem como Patrícia Paixão e Aline Lucena, integraram-se aos trabalhos. Atualmente, Soraia de Carvalho, do CCSA, e José Marcelo M. Ferreira Filho, do CFCH, são os coordenadores do Núcleo.

Foram vários os cursos desenvolvidos junto a sindicatos, com o objetivo de contribuir para a formação histórica e política de sua militância, assim como sensibilizá-los para

FIGURA 3. Cartaz de divulgação do evento *História do pensamento socialista e libertário*



Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

FIGURA 4. Professoras Maria do Socorro de Abreu e Lima e Soraia de Carvalho durante o evento sobre os 60 anos do golpe de 1964, promovido pelo Nudoc em 2024



Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

a importância de organizarem seus próprios acervos. Alguns sindicatos foram bastante receptivos, como o Sindicato dos Metroviários, dos Metalúrgicos, dos Gráficos, dos Trabalhadores da Borracha, dos Químicos, dos Bancários, dos Trabalhadores em Telecomunicações, dentre outros. Assim, foram feitos vários projetos de extensão, nos quais os bolsistas visitavam o sindicato para avaliar e contribuir na organização de seus acervos. Nem sempre, porém, esses projetos foram bem sucedidos. No caso dos bancários, por exemplo, tudo correu bem até o início do período eleitoral da entidade, quando a sala onde os bolsistas trabalhavam foi ocupada por materiais de campanha. Já no caso do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (SINTTEL), o trabalho transcorreu de forma mais tranquila. Assim descreve a bolsista em seu relatório:

Encontramos 50 caixas-arquivo de papelão, que já necessitavam ser trocadas, pois ultrapassavam mais de cinco anos em um armário embaixo da escada. Dentro

das caixas cada documento estava limpo e ensacado, nenhum documento se encontrava com grampo ou algo que danificasse o papel. [...] O nosso maior trabalho nesse caso foi a organização.

Eram diferentes tipos de documentos, desde jornais do sindicato, panfletos, informativos, jornais de outros sindicatos, material de estudo, materiais de campanhas e recortes de jornais de grande circulação nacional. O nosso trabalho se baseou em identificar as datações de cada documento e tentar organizá-los por períodos de tempo correspondendo às gestões. Ao término do trabalho tínhamos 20 caixas a mais do que havia antes por conta da organização. A definição da organização ficou a critério do sindicato, após conversarmos com os diretores. A organização por período e assunto foi vista como a melhor opção [...].

Encontramos mais dez caixas em outro armário que estavam em condições bem diferentes do primeiro acervo. Estavam mofadas e alguns documentos foram danificados. Mas a maioria foi recuperada (Silva, 2012, p. 2-3).

No caso da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, atual Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco), a professora Paula Reis fez uma série de entrevistas com dirigentes da entidade, que gerou um documentário, e a professora Christine Rufino Dabat, juntamente com alguns bolsistas, trabalhou no sentido de organizar a documentação dos dissídios coletivos da entidade, assim como fez um projeto de salvamento e recuperação da documentação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata, que se encontrava em estado calamitoso, entre outros.

Em 2011, o Nudoc, através de professores e dois alunos, participou de um evento muito importante, que foi o 2º

Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência”, na cidade do Rio de Janeiro, promovido pelo Arquivo Nacional e pela Central Única dos Trabalhadores. Neste seminário, houve dois momentos bastante significativos para nós: em seu início, um debate sobre a trajetória da organização política clandestina durante a ditadura chamada Organização Marxista-Leninista Política Operária – Polop, pois o Núcleo possuía parte da documentação deste partido. O segundo foi a apresentação feita pelo professor José Sérgio Leite Lopes, intitulada “Entre a memória camponesa e a memória operária: experiências de trabalho com entrevistas e arquivos em territórios comuns aos trabalhadores rurais e aos operários”, o que, de alguma forma, interessava-nos particularmente, já que o acervo do Núcleo contava com esses dois tipos de registros. Inclusive, o documentário *Tecido Memória*, organizado pelo professor e posteriormente exibido no Auditório do CFCH, tratava da vivência e lutas dos trabalhadores da fábrica de tecidos Paulista, situada no estado de Pernambuco.³

Uma das recomendações deste evento foi a de que se realizassem, nas diferentes regiões do país, encontros semelhantes, para a aproximação e troca de experiências entre as pessoas ligadas a esse tipo de atividade, ou seja, a valorização e a formação de arquivos de movimentos sociais, com vistas a disponibilizar seus acervos para conhecimento e pesquisa.

Em 2012, foi a vez do Nudoc sediar o encontro chamado “O mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Nordeste”, organizado em conjunto com o Arquivo Público Jordão Emericiano, o Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores e o Grupo de Estudos Trabalho e Ambiente

3 As principais conferências apresentadas neste seminário foram publicadas na seguinte coletânea: MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha (Orgs.). *Arquivos do Mundo dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

na História das Sociedades Açucareiras – CFCH. Seu objetivo era o de reunir pesquisadores, sindicalistas, estudantes e pessoas interessadas no tema, para aprofundar seu conhecimento, trocar experiências e promover debates a respeito, buscando aproximar ensino, pesquisa e extensão, universidade e sociedade. Nesse encontro, foi realçada a importância do uso de arquivos convencionais, como o do DOPS, assim como de jornais de ampla circulação, para se obter informações sobre os movimentos. Mas também foi frisado o papel da Universidade no sentido de aprofundar seu compromisso no que diz respeito à preservação e à divulgação de documentos de trabalhadores. E aqui cabe lembrar que, no próprio CFCH, e por iniciativa também de professores, foi feito um convênio com o Tribunal Regional do Trabalho da 6^a Região para a guarda e disponibilização, para consulta e pesquisa, de mais de 200 mil processos da Justiça do Trabalho. Essa documentação estava para ser descartada quando, por iniciativa de alguns professores do Departamento de História já citados, alertados pelo pesquisador Thomas D. Rogers (hoje professor da Emory University, nos Estados Unidos), iniciou-se uma ação para receber o material no CFCH. Posteriormente, foi feito um convênio entre a UFPE e o TRT da 6^a Região, e este acervo, atualmente sob a direção do professor Antonio Montenegro, tem também servido de importante fonte de pesquisa para quem estuda a história dos trabalhadores. O Laboratório História e Memória (Lahm) e o Nudoc sempre tiveram uma relação próxima.

O Encontro de 2012 contou com representantes dos Arquivos Públicos de Pernambuco e do Ceará, do Centro de Documentação da CUT e do MST, e de professores da UFPB, UEPB, UFAL e UFRGS. Várias mesas de debates e apresentação de projetos de extensão desenvolvidos por estudantes tiveram seu espaço. Em 2013, foi publicado um livro com o mesmo título do encontro, que traz reflexões sobre a temática, como

FIGURA 5. Fotografia de mesa redonda durante o evento “O mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Nordeste”, em 2012. Da esquerda para a direita: Felipe Gallindo, doutor pela UFPE, Renata Rolim, professora da UFPB, Socorro Ferraz e Christine Dabat, professoras aposentadas do Departamento de História da UFPE



Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

se pode perceber nesta afirmação de Ana Emília Borba, representante do MST, posteriormente desenvolvida em um dos capítulos do livro:

Neste ponto chegamos ao debate do que e para que preservar documentos. Preservamos para manter viva uma história e manter viva significa dar movimento e não apenas arquivar. [...] A forma de manter viva a memória e a história dos trabalhadores é colocá-la em movimento permanente, criando assim um processo de percebermos-nos como sujeitos de uma longa história e não como meros fazedores do mundo atual.

Com isso nossos instrumentos, veículos e ferramentas devem revelar a história, revelar não somente as conquistas da classe trabalhadora que são suprimidas pela burguesia, mas também garantir que os erros cometidos pelos trabalhadores e suas organizações sejam registrados para que possamos olhar o passado e ter a capacidade de analisá-lo e não cometer os mesmos erros.

A história dos trabalhadores não é linear, ela é um processo histórico de conquistas materiais, mas também dialético e, portanto, contraditório (Borba, 2013, p. 55-56).

O Nudoc também organizou algumas atividades específicas, como uma palestra em 2008, por ocasião da vinda ao Recife de Crimeia Almeida, membro da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Militante do movimento estudantil no Rio de Janeiro, no fim dos anos 1960, concedeu uma entrevista publicada na revista *Clio*, cujo Dossiê era voltado para o ano de 1968⁴ – período que marcou o Brasil e o mundo e que, em nosso país, significou intensa rebeldia, com diferentes formas de protestos, passeatas e lutas contra a ditadura por parte de estudantes, trabalhadores, democratas de modo geral. As greves de Contagem e de Osasco são sempre lembradas. Em Pernambuco, também houve, neste ano, uma greve dos trabalhadores canavieiros no município do Cabo.

Atividades relativas ao período da ditadura eram frequentes, pois a maior parte do acervo do Nudoc é composta por documentos produzidos nessa época. Em 2009, o Núcleo participou de uma delas promovida pela Pró-Reitoria de Extensão como parte das comemorações do Centenário do Nascimento de D. Helder Camara, quando foi realizado o lançamento da pedra fundamental da Praça da Liberdade e uma homenagem em memória do Padre Henrique Pereira da Silva Neto, orientador da Juventude Universitária Católica e assessor de D. Helder, assassinado pela repressão nas imediações do campus da UFPE, em maio de 1969, e que sempre se posicionou ao lado da justiça e da liberdade.

Ainda nesse ano, no mês de agosto, foi feita uma exposição de banners (no hall do CFCH e, posteriormente, em outros locais) relativos à luta pela Anistia.

4 *CLIO*, Revista de Pesquisa Histórica, n. 26-1, 2008.

Por esta época, foi iniciada a publicação de um Informativo do Núcleo e houve o lançamento da revista eletrônica *Memória em Movimento*.

Também eram elaborados projetos com entidades não sindicais, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Ao longo de três anos, um dos projetos esteve voltado para a organização do acervo sobre as atividades específicas desta entidade e as lutas no campo, assim como para um projeto em parceria com a Associação Pernambucana de Anistiados Políticos – APAP, intitulado “Por liberdade e direitos: lutas sociais nos anos da ditadura”, que consistia em entrevistas com lideranças intermediárias do movimento estudantil e do movimento popular, com vistas a capacitar os alunos a trabalhar com fontes orais; sensibilizá-los sobre a importância da participação política para a ampliação dos direitos democráticos; e aumentar o acervo do Nudoc. Uma outra atividade bastante

FIGURA 6. Informativo/convite do Nudoc para o lançamento da revista eletrônica *Memória em Movimento*



Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

significativa foi um conjunto de entrevistas com um líder sindical pernambucano, inicialmente do setor têxtil e, posteriormente, do setor metalúrgico, que teve papel destacado também nas lutas da Oposição Metalúrgica de São Paulo, Carlúcio Castanha. Assim, os estudantes iam ampliando seu conhecimento histórico, sua formação política e sua prática de pesquisa com fontes orais.

Como vários acervos de sindicatos haviam sido perdidos, foi elaborado um projeto para fazer um inventário das mobilizações dos metalúrgicos de Pernambuco na década de 1980 com base em notícias de jornais. As edições do *Diário de Pernambuco* foram lidas na Apeje, e as notícias referentes ao sindicato ao longo da década foram fichadas. Mais tarde, esse material foi usado em dissertações com essa temática. Também houve projetos cujo objetivo era complementar o material já disponível para estudos, como foi o caso dos jornais dos gráficos. Assim, foi feita uma pesquisa nos arquivos do DOPS para localizar material apreendido pela polícia sobre os gráficos, desde o início até meados do século xx.

Outra atividade que teve boa aceitação foi a criação, no Departamento de História, da disciplina eletiva “História dos Trabalhadores sob o capitalismo”, organizada pelas professoras Christine Rufino Dabat e Socorro Abreu. Logo no início do semestre, os estudantes eram convidados a conhecer o Nudoc; muitos se entusiasmavam e se colocavam à disposição como voluntários.

No início de cada semestre, a Pró-Reitoria de Extensão organizava uma reunião com os alunos selecionados para receberem Bolsas de Incentivo Acadêmico (BIA). O Nudoc normalmente participava desses encontros, e vários desses novos estudantes se interessavam pelo trabalho realizado, passando assim a integrar os projetos do Núcleo. Posteriormente, alguns deles participavam do PIBIC, sob orientação

da professora Christine Rufino Dabat, ou de projetos específicos de extensão.

Entre esses projetos, destacou-se um denominado “Escovando a história a contrapelo” que a cada ano recebia um subtítulo específico. Bolsistas e voluntários participavam inicialmente de um estudo em grupo sobre o período e, concomitantemente, debatiam textos indicados nos projetos que tratavam da temática “mundos do trabalho”, história do Brasil durante a Ditadura, história de Pernambuco e metodologia de pesquisa. Em seguida, era realizada uma oficina sobre como higienizar, organizar e catalogar os documentos relativos a cada projeto. Inicialmente, esta oficina era coordenada pelo professor Denis Bernardes, mas, posteriormente, passou a ser feita pela secretária do Nudoc, Leilane Cruz, que frequentou vários cursos de arquivística e acompanhou os trabalhos diretamente.

Assim, reproduzimos a fala de um dos bolsistas em seu relatório final:

Durante esses doze meses de trabalho no Nudoc adquiri conhecimento acerca dos movimentos sociais e das lutas existentes no Brasil com os quais me deparei analisando as documentações. Também pude entender os processos de catalogação de arquivos, o passo a passo dos processos de tratamento com os documentos, sejam antigos ou recentes, e entendi a importância destes para a memória e cultura do povo (Lima, 2014, p. 4).

E, então, toca em uma das maiores dificuldades que o Nudoc enfrentou ao longo do tempo e que, infelizmente, enfrenta até hoje:

O local inicial de trabalho [...] aconteceu no segundo andar do Centro de Convenções da UFPE, mais especificamente na sala Bem-te-vi. As dificuldades encontradas

neste local referem-se ao ambiente, ou seja, a temperatura da sala, que não é ventilada e por isso não oferece um local de trabalho confortável, além de não proporcionar um clima adequado para a preservação dos documentos. Somado a isso, tem-se a questão da má iluminação [...]. Recentemente, após vários anos de luta dos professores que organizam o trabalho no Nudoc, conseguimos uma sala no terceiro andar da Biblioteca Central da UFPE. A diferença em comparação com a nossa sala antiga se reflete já em uma primeira impressão, pois a sala é muito bem iluminada naturalmente e também temos lâmpadas para iluminar a sala quando começa a anoitecer (Lima, 2014, p. 4).

Ter um local adequado para trabalhar e com condições para alocar a documentação sempre foi um grande desafio para o Núcleo. Inicialmente, funcionou em uma sala de aula no CAC, emprestada ao professor Momesso, que depois foi solicitada de volta. Então, fomos para o Centro de Convenções, mas este foi interditado para uma reforma. Daí, com muita dificuldade, transferimo-nos para a Biblioteca Central. Foi um imenso esforço deste professor tirar os livros que ocupavam este espaço para poder realizar a mudança do Nudoc. Com o tempo e a dedicação coletiva, fomos acondicionando o material. Tínhamos um aparelho de ar-condicionado, que mantinha a temperatura adequada. Contudo, quando chovia, o teto não segurava, e as goteiras eram implacáveis, o que prejudicou bastante o acervo. Apesar das muitas gestões junto à Reitoria, esse problema nunca foi resolvido. Era o já referido professor que limpava as calhas para que a água pudesse escoar. Logo no início da pandemia, fizemos uma operação de salvamento e conseguimos que o Departamento de História recebesse o material provisoriamente, mas sem oferecer, naquele momento, condições para ser organizado e disponibilizado para consulta no local. Ao retornarmos, a

situação no antigo local era caótica: mal se podia entrar nas salas, o ar era pesado, muita coisa que havia ficado estava mofada e os computadores não funcionavam. Mesmo assim, a professora Soraia de Carvalho, do CCSA, foi reorganizando o trabalho juntamente com uma bolsista de seu projeto e uma estudante encaminhada pela professora Bartira Ferraz, além de alguns voluntários. O esforço é grande atualmente para que o acervo seja disponibilizado para consulta on-line, o que tem sido a meta dos atuais coordenadores.

Retomando mais alguns momentos importantes na trajetória do Nudoc, podemos citar a realização de um encontro intitulado “1917-2017 – Cem anos das Revoluções Russas”, ocorrido de 12 a 14 de junho de 2017, que contou com a presença de 133 inscritos, e teve como objetivo revisitar esses acontecimentos que marcaram profundamente o século xx, fruto de grandes sacrifícios, entusiasmos e esperanças, nos quais trabalhadores e trabalhadoras tiveram papel crucial. Feito em conjunto com o Departamento de História e o Programa de Pós-Graduação em História, o encontro promoveu debates e trocas em diferentes campos, especialmente em termos de organização social, política e manifestações culturais. Este evento também possibilitou trocas a partir de diferentes perspectivas: tratar de literatura e cinema, discutir outros tipos de revolução, como a Mexicana, e analisar alguns desdobramentos deste processo revolucionário em outros países, como a China, ou em outro continente, como a África, mostrou-se relevante. Professores da UFPE, UFPB, UFAL, UEPB e UFRN proferiram palestras, e organizaram-se vários grupos de trabalho.

Ainda merece destaque o evento intitulado “Do golpe de 64 à anistia política: alguns aspectos do Relatório da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Camara, no CFCH”. Esta atividade, ocorrida no dia 21 de agosto de 2018 e foi promovida pelo Núcleo juntamente com o

Departamento de História da UFPE, teve como palestrantes os seguintes membros da Comissão: Socorro Ferraz, Nadja Brayner e Fernando Coelho, ex-professores da UFPE, e Rafael Leite, que foi assessor da Comissão.

Seu objetivo foi o de divulgar o resultado do trabalho feito desde 2012 e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para a necessidade imperiosa de se manter o compromisso em defesa dos direitos humanos e das liberdades em nosso país. Ao levantar questionamentos acerca da Ditadura Civil-Militar e suas consequências, demonstrou que a repressão ainda está em processo de desconstrução, pois a Anistia que se obteve durante a redemocratização foi incompleta. A Comissão “pesquisou a documentação alusiva existente, inclusive fora do Estado, tomou centenas de depoimentos, realizou dezenas de audiências, promoveu perícias técnicas, ajuizou ações para retificações de registros civis de óbitos”, entre outras ações, conforme consta em seu Relatório Final, de 2017 (CEMVDHC, 2017, p. 21).

A partir de diferentes falas acerca de questões referentes à repressão durante a Ditadura de 64 – e aos mecanismos utilizados pelo aparelho estatal para suprimir as liberdades e garantias constitucionais, provocando inclusive a morte e o desaparecimento de centenas de pessoas, retirando direitos, ampliando a exploração dos trabalhadores em geral e impedindo o desenvolvimento econômico e social que levasse em conta os interesses nacionais –, foi possível demonstrar a importância das lutas de resistência levadas a cabo durante o período, bem como a contribuição da Comissão para reparar os danos causados diretamente pelo Estado e seus agentes às vítimas desse processo.

O Núcleo recebeu também diversas pastas com cópias de parte do material pesquisado pela Comissão Estadual da Verdade, como pastas sobre as Ligas Camponesas, alguns

partidos clandestinos, além de um HD com todo o material trabalhado pelas diferentes subcomissões.

Desde o seu início, o Núcleo disponibilizou para pesquisa presencial toda a coleção do semanário *Movimento*, assim como do semanário *Opinião*, doados por Luiz Momesso e Dacier de Barros. Estes jornais traziam informações, denúncias, análises, sendo polos de resistência à repressão e à censura durante a Ditadura. Denis Bernardes também doou vários recortes de jornais com notícias importantes sobre o período. O Núcleo possui ainda centenas de exemplares de jornais, como o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Versus*, *Em Tempo*, entre outros.

Até 2018, o Nudoc organizou boa parte de seus acervos: da Polop, do Polo Sindical do Submédio São Francisco e atingidos pela Barragem de Itaparica, da Fetape, do Movimento Contra a Carestia, de documentários, movimento de mulheres e feminista, do Partido dos Trabalhadores, além dos jornais da Ação Católica Rural (ACR), entre outros documentos, que atualmente estão sendo gradativamente disponibilizados on-line. Contudo, nem toda a documentação do Nudoc foi proveniente de doações.

No caso da ACR, foi uma verdadeira operação de salvamento. Este acervo, que está entre os mais importantes do Núcleo, pois esta organização atuava fundamentalmente no Nordeste, foi trazido com muito esforço e colaboração. A casa que sediava a ACR havia sido vendida, pois a Arquidiocese, dirigida pelo arcebispo que substituiu Dom Helder, seguia uma linha conservadora. Um aluno que fazia pesquisas no local, felizmente, foi avisado na véspera. Então, todos se mobilizaram para trazer a documentação da forma que fosse possível: várias viagens em três carros, do professor Momesso, de Pedro Pacheco, nosso mestrando, e de Levi Rodrigues da Silva, secretário da coordenação do curso de História e que sempre apoiou as atividades do Nudoc. Muita

correria, um sol escaldante, bolsistas e voluntários tirando os materiais da sede da ACR e colocando-os na calçada, enquanto outros aguardavam a chegada dos carros na frente da Biblioteca Central para subir três lances de escada e colocar a papelada, a essa altura toda misturada, no 3º andar do prédio. A sensação de alívio por resgatar uma documentação tão preciosa para a história dos trabalhadores do campo nos acompanha até hoje.

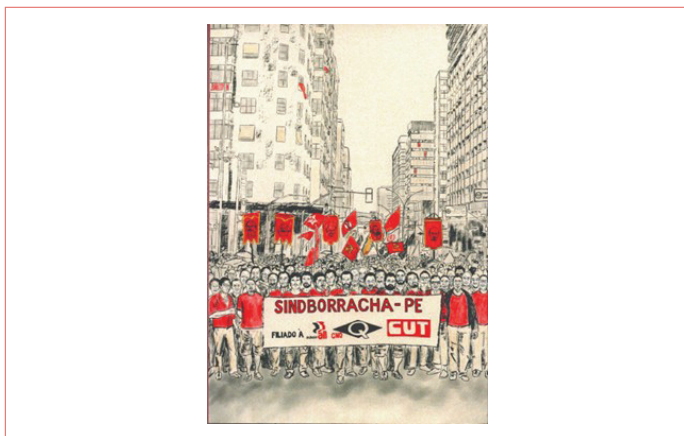
Os acervos também serviram como fontes de pesquisa e inspiração para diversos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e dissertações de mestrado, não apenas por se constituírem como fontes inovadoras, mas também por permitirem uma série de pesquisas inéditas. Foi assim que a documentação do Nudoc abasteceu TCCs sobre a Polop; os bancários; a fábrica da Macaxeira; a Associação de Moradores do Alto Nossa Senhora de Fátima; a trajetória política das empregadas domésticas de Pernambuco; o Comando de Caça aos Comunistas; a Justiça de Transição; as mulheres militantes; a Igreja Católica na Ditadura; o Centro das Mulheres do Cabo; o sindicato de Trabalhadores de Barreiros; as Ligas Camponesas; o trotskismo no campo; o novo sindicalismo dos engenheiros; a sindicalização dos trabalhadores rurais; as ocupações estudantis, no Recife, em 2016; entre outros, como memórias de um operário militante.

Alguns desses temas foram aprofundados em dissertações de mestrado, como a campanha da Anistia; o movimento estudantil; a fábrica de tecidos da Macaxeira; a Aliança para o Progresso; o sindicato dos Bancários; o sindicato dos Metalúrgicos; a comunicação clandestina no movimento estudantil; presas políticas na Casa de Detenção; o Partido Comunista Brasileiro; a Ação Popular; o trotskismo no campo; o cotidiano de mulheres em uma fábrica de tecidos; o sindicato dos marítimos; a resistência da juventude na Ditadura; movimentos de bairro na periferia do Recife; conflitos

no campo no 1º Governo Arraes; o Serviço Nacional de Informações em Pernambuco; a Ação Católica Rural; relações de poder nas plantações açucareiras na Mata Sul de Pernambuco; sindicalismo docente; o novo sindicalismo urbano em Pernambuco; sindicalismo rural em Palmares; a União de Mulheres de São Paulo; e algumas teses, como a respeito de advogados que enfrentaram a ditadura, o MDB em Pernambuco, o PCB, trabalhadores em educação, a atuação do padre Comblin como assessor de D. Helder e inspirador da Teologia da Enxada.

Por último, tivemos o lançamento, em março de 2022, do livro publicado pelo Sindicato da Borracha, intitulado *SINDBORRACHA – PE*, feito a partir de um projeto coordenado pelo professor Luiz Momesso juntamente com alguns bolsistas, que realizaram uma expressiva quantidade de entrevistas com trabalhadores dessa categoria, pois o acervo documental deste sindicato era muito restrito.

FIGURA 7. Capa do livro *Sindborracha - PE*, de autoria do professor Luiz Momesso



Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

Além do intenso trabalho de organização, digitalização e catalogação da documentação, tem sido prática dos coordenadores atuais do Nudoc promover eventos e oficinas, às vezes mensais; oferecer cursos e organizar exposições da documentação na Universidade e em outros espaços, como colégios e faculdades, divulgando seu acervo e debatendo diferentes temáticas relativas aos grupos excluídos, silenciados e subalternizados, bem como às lutas por transformações sociais e políticas no Brasil.

FIGURA 8. Professor José Marcelo M. Ferreira Filho (Departamento de História) e estudantes do Ensino Médio durante exposição do Nudoc, 2024



Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

À professora Soraia de Carvalho, que já atuava no Nudoc em 2016, quando realizou um documentário sobre as ocupações das escolas pelos estudantes, bem como ao professor José Marcelo M. Ferreira Filho, que conheceu o Núcleo ainda na graduação, o agradecimento dos antigos coordenadores, que também fizeram as doações dos acervos iniciais: Luiz Momesso, Christine Rufino Dabat e Socorro Abreu, aposentados; Marc Hoffnagel (*In memoriam*) e Denis Bernardes (*In memoriam*).

Nossos agradecimentos também se estendem a todos que contribuíram com a ampliação dos documentos, como Fátima Lucena, Dacier de Barros, Socorro Ferraz, Múcio Magalhães, Levi Rodrigues da Silva, Pedro Pacheco e Leilane Cruz, que acompanharam de perto a organização dos acervos juntamente com os bolsistas e voluntários.

À Pró-Reitoria de Extensão, que colaborou nesta empreitada, em especial à Pró-Reitora Cristina Nunes e toda a sua equipe.

Aos sindicatos parceiros e aos movimentos sociais, razão de ser do Nudoc, assim como aos companheiros da APAP, nosso reconhecimento.

Por fim, uma homenagem especial ao professor Denis Bernardes. Ao falecer, em 2018, muitas pessoas realçaram suas qualidades: Mestre, no sentido amplo da palavra; amigo de professores e alunos; intelectual sofisticado e crítico; além de historiador. Oferecia aulas primorosas e desenvolvia pesquisa de maneira atenta às grandes questões da sociedade, procurando responder às suas demandas. Presente em bancas do seu departamento, não media esforços para estar em outras, em especial nas de História, fazendo aos mestrandos e doutorandos observações tanto elogiosas quanto críticas, de maneira propositiva e amiga, indicando caminhos e sugerindo questões. Preocupado com as bibliotecas, a Editora Universitária, a retomada da revista *Estudos Universitários*, foi

também companheiro do movimento sindical e das lutas democráticas, batalhando por melhores condições de trabalho e por uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Tinha a visão de que o ensino e a pesquisa só se desenvolvem plenamente quando articulados a um trabalho de extensão, inserindo a sociedade na universidade e, reciprocamente, voltando à sociedade com um compromisso concreto com o social. Por esses motivos, e por tantas outras qualidades, este nosso querido colega, amigo e companheiro de sonhos e de direção do Núcleo de Documentação teve, a partir de então, seu nome acrescentado ao Núcleo, que passou a se chamar Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais Denis Bernardes. Os desafios continuam, mas, apesar de tudo, o Nudoc segue cumprindo sua missão.

FIGURA 9. Professor Denis Bernardes (*In memoriam*)



Fonte: Attena, repositório digital da UFPE.

Referências

- BORBA, A. E. In: DABAT, C.; ABREU E LIMA, M. S. (Orgs.). *O mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.
- CEMVDC – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara; COELHO, Fernando de Vasconcelos *et al.* (Orgs.). *Relatório final*: volume II. Recife: CEPE, 2017.
- DABAT, C.; ABREU E LIMA, M. S. (Orgs.). *História do Pensamento Socialista e Libertário*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- LIMA, M. F. *Relatório Final do projeto Arquivo de Trabalhadores: memória e história*. Recife: Proext/UFPE, 2014.
- MARQUES, A. J.; STAMPA, I. T. (Orgs.). *Arquivos do Mundo dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.
- MOMESSO, L. A.; ABREU E LIMA, M. S. Uma experiência de preservação de acervos em Pernambuco – o Núcleo de Documentação sobre os Movimentos sociais. *Estudos Universitários*, Recife, v. 27, n. 8, p. 91-100, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/view/256258>. Acesso em: 30 mar. 2026.
- MOMESSO, L. A. Os arquivos de trabalhadores e a Universidade. In: DABAT, C. R.O; ABREU E LIMA, M. S. (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos – Nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.
- SILVA, J. R. *Sindicato e Memória: a construção de um acervo documental no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco*. Editora Universitária da UFPE, 2012.

Desenvolvimento, natureza e ambiente na história da barragem de Itaparica

José Guilherme Sieber Padilla Pandolfi¹

Introdução

Entre 1964 e 1985, um grupo de militares de alta patente, apoiado pelo empresariado e por setores do capital internacional, governou o Brasil sob um regime de exceção. A Ditadura Empresarial-Militar (Dreifuss, 1981) implementou um projeto de país antipopular, recorrendo ao terrorismo de Estado e à violência institucional para desestruturar o movimento de trabalhadores organizados e, ao mesmo tempo, ampliar a concentração de renda nas mãos da alta burguesia nacional e estrangeira.

Os generais que dirigiram o Estado nesse período foram responsáveis por operar mudanças profundas na economia brasileira. Nesse contexto, o setor energético foi objeto de especial atenção. A geração de energia, sobretudo elétrica, foi considerada um elemento estratégico dentro do plano de desenvolvimento da Ditadura. Durante os vinte e um anos em que permaneceram no poder, os militares realizaram investimentos em diversas matrizes energéticas, do petróleo à biomassa. Foi a hidreletricidade, contudo, o carro-chefe desse esforço. Entre 1964 e 1985, a capacidade hidrelétrica instalada no país saltou de 4.894 MW para 37.427 MW, um aumento de impressionantes 664,75% (Oliveira, 2023). Essa expansão

1 Graduação em História (UFPE).

foi efetivada a partir da construção de diversas megabarragens em todo o território nacional, cada uma responsável por inundar áreas superiores a 500 km². Do Amazonas ao Paraná, todos os principais rios do Brasil foram intensamente represados, ampliando o parque energético nacional às custas dos interesses das populações humanas e não humanas locais.

A bacia do Rio São Francisco sofreu numerosas intervenções desse tipo. Parte integrante desse processo, a Barragem de Itaparica (atualmente rebatizada Luiz Gonzaga) foi construída entre 1976 e 1988. Seu reservatório atingiu sete municípios na divisa entre Pernambuco e Bahia, inundando os centros urbanos de Petrolândia (PE), Itacuruba (PE) e Rodelas (BA). Segundo Maria Lia Corrêa de Araújo (2000), 10.400 famílias – mais de 40 mil pessoas – foram reassentadas. Mais do que simples deslocamentos, o reservatório de Itaparica provocou a perda de modos de vida tradicionais dos agricultores ribeirinhos do Submédio São Francisco e de populações indígenas, como os Tuxá e os Pankararu. Essa destruição cultural esteve intimamente ligada à devastação dos ecossistemas da margem do São Francisco, área de solos muito mais férteis do que a caatinga circundante.

A empresa responsável pelo projeto Itaparica foi a estatal Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Sua atuação, como representante do Estado brasileiro, permite vislumbrar as nuances do projeto de desenvolvimento levado às últimas consequências pelos militares. O caso de Itaparica é exemplar porque demonstra como obras técnicas necessariamente traduzem intencionalidades e, assim, exprimem determinadas concepções de natureza. Todas as etapas do planejamento e da execução do projeto – da escolha do local da barragem ao enchimento do reservatório –, longe de meras decisões técnicas, codificam uma ideologia específica, orientada pela noção de desenvolvimento e produzida pelos grupos que, durante a Ditadura Empresarial-Militar,

ocupavam o Estado. Encarnam, portanto, uma postura política em relação a grupos humanos e também não humanos: o Rio São Francisco, a planície de inundação, a vegetação, os animais e a paisagem.

Nesse contexto, não há separação possível entre o projeto desenvolvimentista estatal e sua concepção de natureza, bem como entre agência humana e não humana na concretização das megalomaníacas barragens construídas pela Ditadura. Para depreender a complexidade das contaminações entre esse amálgama de agentes – e de representações –, é preciso lançar mão de uma abordagem integralizante que supere a dicotomia homem/natureza. Por isso, a História Ambiental desponta como a ferramenta ideal. Esse campo historiográfico está interessado em analisar os processos históricos a partir das relações entre humanos e natureza, numa perspectiva que considera a agência de fatores biogeoquímicos. Logo, busca romper com o paradigma antropocêntrico, hegemônico entre as ciências sociais (Domańska, 2018). Sobre essa perspectiva, Nathalia Capellini de Oliveira afirma:

A história ambiental também será útil para mostrar que os fenômenos sociais — objetos de estudo da disciplina histórica — não são compostos apenas por relações sociais, mas também por representações sobre o meio ambiente, bem como por relações específicas entre humanos e o mundo natural (Oliveira, 2019, p. 28, tradução nossa).

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como objetivo analisar, a partir da História Ambiental, a atuação da Chesf no empreendimento de Itaparica. Em especial, serão examinados a concepção de natureza que animou o Estado brasileiro em seu projeto de expansão hidrelétrica e os impactos socioambientais produzidos pela barragem. A documentação analisada está disponível no Fundo Petrolândia

do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (Nudoc), acervo que congrega jornais, atas sindicais, cartas, ofícios do governo e outros escritos relacionados ao tema. Em especial, serão analisados relatórios técnicos da área ambiental produzidos pela Chesf em diferentes ocasiões, os quais permitem vislumbrar o discurso mobilizado pela empresa em relação às populações humanas e não humanas atingidas.

Uma panaceia para o sertão: imperialismo, desenvolvimento e natureza na criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Um primeiro documento que nos ajuda a entender as intencionalidades por trás do projeto Itaparica é o primeiro volume dos *Estudos Ambientais*, publicado em 1987 e elaborado pela Hidroservice, empresa recorrentemente contratada pela Chesf para redigir relatórios técnicos. Esse volume busca delinear os contornos gerais do projeto: descreve a justificativa (técnica e econômica), os estudos hidrológicos e a concepção das obras (de desvio do rio e de barramento). Nessa fonte, afirma-se que a “implantação da UHE de Itaparica, mais que justificável, foi a solução exigida pela crescente demanda de energia” (1987b, p. 6), ainda que, em outros relatórios (Chesf, 1987a), sejam reconhecidos diversos impactos deletérios que o projeto traria para a população.

A “crescente demanda de energia”, mencionada no relatório da Chesf, constituiu um ponto central do projeto de desenvolvimento encampado pelos grupos dirigentes da política nacional desde a década de 1930. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, operou-se uma mudança no perfil oligárquico e liberal até então assumido pelo Estado brasileiro. O fundamento das transformações implementadas por Vargas foi a superação do liberalismo e sua substituição por um Estado de perfil interventor e centralizador, com presença

marcante na economia, capaz de subsidiar e coordenar o processo de industrialização e de modernização do Brasil. Essa orientação tem sido chamada de desenvolvimentismo, caracterizada por uma postura ativa do Estado em promover a superação do subdesenvolvimento (entendido como um estágio anterior ao desenvolvimento) por meio do investimento maciço no setor industrial (Bielschowsky, 2004).

O ciclo desenvolvimentista do Estado, consolidado em meados do século xx, conecta-se a um momento particular da geopolítica da Guerra Fria, quando os Estados Unidos se interessavam em promover a ideia de “desenvolvimento” como pretexto para facilitar a invasão de capitais estrangeiros e a inoculação de valores e hábitos oriundos da sociedade de consumo estadunidense, sobretudo em países do Terceiro Mundo. Para Andrey Minin Martin, a “formação e a consolidação de uma diversidade de projetos hidrelétricos nacionais encontram-se conectadas a uma gama de novas experiências de planejamento regional difundidas por projetos internacionais” (2015, p. 2).

Nesse sentido, a construção de uma infraestrutura hidrelétrica capaz de sustentar o crescimento industrial no Brasil estava vinculada às dinâmicas da bipolaridade no contexto da Guerra Fria. Sob o pretexto de aliviar a miséria e combater o avanço do socialismo nos países subdesenvolvidos, os EUA exportavam para o mundo um modelo de autarquia energética inspirado na *Tennessee Valley Authority* (TVA). Essa empresa estatal foi criada por Franklin Roosevelt na esteira do *New Deal* e tinha como objetivo levar o desenvolvimento econômico para a região do Vale do Rio Tennessee, historicamente uma das mais pobres do país. O nervo central da atuação da TVA era a construção de usinas hidrelétricas em diversos trechos do rio, para garantir a eletrificação da área. Apesar de a geração de energia ser seu carro-chefe, a TVA também executava programas de

mecanização da agricultura, estímulo a pequenas indústrias (sobretudo de beneficiamento de produtos agrícolas), reflorestamento, construção de cidades planejadas e educação. Instituíam-se, assim, uma intervenção totalizante, coordenando ações em diversas frentes, com o objetivo de modernizar e desenvolver a área (Silveira, 2021).

A atuação da TVA foi considerada um grande sucesso e cumpriu sua “missão de ser o exemplo da modernização capitalista, demonstrando sua superioridade frente às promessas de melhorias sociais e tecnológicas dos modelos em disputa em escala mundial, fascista alemão e comunista soviético” (Silveira, 2021, p. 4). O ideal da TVA era traduzido pelos escritos de seu primeiro presidente, David E. Lilienthal, que encarava a modernização do Vale do Tennessee como um passo em direção à criação de um mundo novo, no qual a energia conduziria a profundos ganhos sociais, uma “democratização do quilowatt”. A crença no papel messiânico da energia fica clara quando Lilienthal afirma que as “águas outrora perdidas e destruidoras foram domadas e postas a trabalhar dia e noite, gerando energia elétrica para aliviar o peso da lida humana” e que outros rios estavam “à espera de que o homem os controle – o lang-Tsé, o Obi, o Paraná, o Amazonas, o Nilo” (Lilienthal *apud* Martin, 2015, p. 11). Trata-se de um pensamento comum na época: a partir da instrumentalização da natureza, particularmente dos rios, a sociedade moderna poderia gerar a energia elétrica que, por si só, garantiria o bem-estar social, como uma vitória da técnica. Segundo Markus Brose, “o fascínio pelo modelo TVA no Brasil teve muito a ver com a ideia de que o trabalho de engenharia por si só poderia promover o desenvolvimento” (Brose *apud* Oliveira, 2023, p. 5, tradução nossa).

Inspirada na TVA, pensada para levar o desenvolvimento e a modernização ao Vale do São Francisco, a Chesf foi criada pelo Decreto-lei nº 8.031, de 1945, e entrou em operação em

1948. Tendo a experiência do Tennessee em seu horizonte, os técnicos da Chesf concentraram na eletrificação do sertão suas esperanças de superar a histórica pobreza da região. Para Jamile Silveira, na formulação da missão da Chesf, “a geração de energia foi colocada como a redenção do Nordeste, e, por conta disso, a Companhia poderia agir livremente na região para produzir sua salvação, o que resolveria todos os problemas” (Silveira, 2021, p. 8). Nascida em um contexto em que o Estado brasileiro buscava ampliar sua participação no setor energético sem, contudo, romper com o mutante imperialismo estadunidense, a Chesf representa cabalmente o espírito do desenvolvimento de sua época. Para transformar o sertão em uma sociedade nova, moderna e desenvolvida, a geração de energia elétrica era condição premente e prioridade absoluta. Deveria ser levada a cabo, custasse o que for: o São Francisco deveria ser represado, e as turbinas das hidrelétricas deveriam girar, a despeito de toda a devassa social e ambiental que sua construção poderia acarretar.

Quando os militares tomaram o poder, o desenvolvimento e, portanto, a geração de energia elétrica assumiram uma nova importância, ligada à segurança nacional. No contexto da Guerra Fria e do alinhamento subalterno à esfera de influência dos EUA, a Ditadura promoveu a expansão do parque hidrelétrico brasileiro como parte de uma estratégia de redução da miséria e afastamento da “ameaça comunista” em regiões particularmente vulneráveis, como era o caso do sertão nordestino. É precisamente nesse cenário que a Chesf põe em prática o projeto Itaparica: em 1975, o governo federal autorizou o início das obras para a construção da barragem, concluída em 1988.

Ao longo do fim da década de 1970 e de toda a década de 1980, a região de Itaparica foi transformada pela intervenção de um grande projeto modernizante. Sete municípios foram atingidos na divisa entre os estados de Pernambuco e Bahia:

Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco, no primeiro; Rodelas, Glória e Chorrochó, no segundo. Dentre esses, três tiveram seus centros urbanos integralmente inundados (Petrolândia, Itacuruba e Rodelas). Mais de doze mil famílias foram afetadas, entre trabalhadores do campo e da cidade, que tiveram suas vidas profundamente alteradas pela intervenção do Estado. A ingerência da Chesf na região não foi aceita passivamente; pelo contrário, os trabalhadores e as trabalhadoras atingidos organizaram uma resistência tenaz, através do Polo Sindical do Submédio São Francisco. A rica história de luta dos atingidos já foi analisada em outros trabalhos (Araújo, 1990; Scott, 2009; Johnson, 2021), mas os documentos consultados por ocasião desta pesquisa permitem vislumbrar conexões profundas entre essa resistência e os aspectos ecológicos da barragem.

Seixos, areias quartzosas, surubins e epidemias

Todo o processo de construção de uma barragem altera o ecossistema em que se insere. É preciso instalar um canteiro de obras, abrir estradas de rodagem para o transporte de materiais, minerar pedras para a concretagem, desviar o curso do rio, erguer uma muralha que, no caso de Itaparica, supera os quatro quilômetros, e, por fim, inundar uma área extensa, transformando o que antes era um rio em um lago artificial. Essas intervenções afetam tanto os fatores abióticos do meio, como as águas e o clima, quanto os bióticos, como a vegetação e a população animal. Embora normalmente sejam analisadas de maneira dissociada (impactos sociais, de um lado, e ambientais, de outro), as mudanças provocadas pelo projeto Itaparica operam dentro de uma mesma totalidade ecossistêmica, que conjuga diversos níveis de organização social e ecológica.

Para os seres humanos atingidos por Itaparica, a construção da represa e o alagamento do lago trouxeram perdas materiais e simbólicas significativas. A subsistência de muitos dos agricultores atingidos foi comprometida devido à remoção das terras férteis à margem do rio. Além disso, a mineração promovida pela Chesf causou problemas respiratórios em comunidades próximas a jazidas de minérios. A pesca também foi afetada: a transformação do rio em um meio lacustre provocou desequilíbrios ecológicos e a diminuição da população de espécies como o surubim. As águas paradas do reservatório ainda estiveram ligadas a uma epidemia de gastroenterite que acometeu a região logo após a inundação. Esses impactos foram localizados e selecionados a partir da pesquisa documental em relatórios técnicos da Chesf, cartas de denúncia do movimento de trabalhadores e periódicos médicos.

Um primeiro vestígio dos impactos ambientais produzidos antes mesmo da inundação do lago foi fornecido pelo documento *Trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica para máquinas da Chesf* (1983). Essa carta de denúncia, elaborada pelo Polo Sindical, relata um episódio em que trabalhadores tomaram posse de máquinas utilizadas pela Chesf para invadir uma fazenda na região de Campo Grande e Caruru, no município de Glória, entre o fim de 1982 e o começo de 1983. A intervenção da Chesf nessas comunidades começara ainda no início de 1982, quando a empresa invadiu terras com o objetivo de abrir uma estrada conectando a região a Rodelas e explorar a jazida “L”, minerando seixos destinados à concretagem da barragem. As famílias residentes nas proximidades da jazida, que não receberam nenhuma indenização nem foram reassentadas, organizaram uma primeira ação direta já em março de 1982, parando as máquinas e forçando a Chesf a dialogar com o sindicato. Essa reunião resultou na celebração de um acordo pelo

qual a companhia se comprometia a realizar o reassentamento das famílias atingidas pela exploração da jazida em até noventa dias.

O prazo acordado, no entanto, não foi cumprido. Os trabalhadores de Campo Grande e Caruru relatam que, durante todo o ano de 1982, amargaram as consequências de sua proximidade à jazida de seixos. Segundo o Polo Sindical (1983, p. 1), a exploração mineral “provocava uma poluição tal que destruía plantações nas áreas próximas [e] provocava doenças respiratórias nas pessoas, principalmente crianças”. Além disso, o constante trânsito de caminhões e máquinas pesadas causava atropelamentos de animais do rebanho dos camponeses.

A mineração de seixos é descrita pela literatura científica como uma atividade capaz de gerar diversos impactos negativos, como a poluição sonora advinda do ruído das máquinas, a depreciação da qualidade do ar e a remoção da vegetação nas frentes de lavra (Pinheiro; Mendes; Oliveira, 2018). Os seixos – pequenas pedras em formato circular, menores que a palma de uma mão – eram minerados na jazida L, equipados em carretas e transportados ao longo do canteiro de obras até as ensecadeiras, onde eram processados e misturados com cimento para formar os mais de dois milhões de m³ de concreto (Chesf, 1984) usados na ereção da barragem. A extração do seixo espalha partículas microscópicas no ambiente, afetando gravemente a qualidade do ar. Dentre essas partículas, encontra-se a sílica (dióxido de silício, SiO₂), um dos óxidos mais abundantes do planeta, presente em quase todos os tipos de areia e rocha. A longo prazo, o acúmulo de sílica no corpo pode levar a uma doença pulmonar grave chamada silicose, que não tem cura.

Ao longo de meses, as famílias que moravam nas adjacências da jazida L sofreram com a exposição a partículas danosas aos seus pulmões. Não há como afirmar que os

atingidos desenvolveram silicose, uma doença normalmente causada após anos de respiração regular da sílica (ainda que possa se manifestar após algumas semanas de exposição intensa). Porém, a sílica e outras partículas sólidas inaladas por esses trabalhadores certamente foram responsáveis pelo aumento dos casos de outras doenças respiratórias denunciado no documento do Polo Sindical. Além de comprometer a saúde pulmonar dos moradores, a exploração de seixos também afetou sua subsistência, uma vez que destruiu parte das plantações da área.

Os atingidos chegaram a parar novamente as máquinas da Chesf, com o objetivo de obrigar a empresa a cumprir com o combinado e reassentar de maneira responsável as comunidades de Campo Grande e Caruru. Essa segunda tentativa, em setembro de 1982, não teve sucesso. Meses mais tarde, em dezembro, a Chesf invadiu as terras de uma fazenda na região, apoiada pelas tropas da Polícia Militar (PM). Mais uma vez, os moradores obstruíram as máquinas. Desta feita, diversos trabalhadores do Polo Sindical se juntaram à ocupação, que persistiu durante semanas. Durante esse tempo, foram relatadas tentativas de intimidação de policiais militares, armados com metralhadoras.

Os protestantes tentaram dialogar com a Chesf e conseguiram marcar uma audiência a ser realizada em Recife, no dia 4 de janeiro. Nessa data, enquanto os líderes do Polo Sindical se reuniam com representantes da companhia, a PM invadiu o acampamento dos trabalhadores. O batalhão destruiu a comida e derramou toda a água dos acampados, chegando a prender arbitrariamente três acampados. O Polo Sindical (1983, p. 3) denuncia que “esse esquema repressivo foi planejado em reunião promovida pela Chesf, em seus escritórios [...], no dia 21 de dezembro, com a participação dos delegados de polícia e comandantes de batalhões da PM da região, segundo informações colhidas da própria polícia”. A

maneira truculenta com que a Chesf tratou as famílias que protestavam contra sua exposição à poluição é mais um sinal de que o projeto Itaparica não foi levado a cabo para trazer desenvolvimento e bem-estar para a população local, mas às suas custas.

Além da inalação de partículas tóxicas causada pela mineração de seixos, a implantação da barragem trouxe uma série de outras mazelas ambientais, sobretudo após a inundação do reservatório. A formação do novo lago submergiu as faixas de terra ribeirinhas do Rio São Francisco, o que trouxe consequências sérias para a agricultura da região, devido à composição morfológica dos solos.

No relatório *O empreendimento hidrelétrico de Itaparica e seus aspectos ambientais*, a Chesf reconhece que os solos aluviais à margem eram utilizados pela população para a agricultura irrigada, aproveitando a fertilização regular que as cheias do São Francisco ofereciam. Esses solos eram como oásis em meio à caatinga circundante: em um bioma extremamente árido, com baixa pluviosidade e solos caracterizados pela pobreza de nutrientes e suscetibilidade à erosão, a planície de inundação do São Francisco fornecia um substrato fértil, constantemente alimentado pelos sedimentos e nutrientes transportados pelo rio. Ana Maria Primavesi (1979), referência nacional no campo da agroecologia, demonstra como a riqueza de sais minerais e outros nutrientes é fundamental para a saúde das plantações. Dessa forma, devido a esse fator ecológico, na região de Itaparica, a agricultura era a atividade econômica dominante, o que diferenciava o Submédio São Francisco de outras regiões do sertão, marcadas pela pecuária.

Esses solos férteis seriam, porém, “totalmente inundados pela formação do reservatório” (Chesf, 1987, p. 9). À margem do novo lago artificial, para onde os trabalhadores lutaram para ser reassentados, os solos eram mais pobres. Ainda

segundo a Chesf, as manchas adjacentes ao reservatório eram formadas majoritariamente por areias quartzosas, bruns não cálcicos e solonetz solodizados, “considerados inaptos para a exploração agrícola irrigada” (1987, p. 9). A maior parte dessas faixas era de areia quartzosa, um solo paupérrimo, com “baixa retenção de umidade e baixa fertilidade” (Chesf, 1987, p. 32). A área no entorno do novo lago deveria receber projetos de irrigação da Chesf para tentar viabilizar a agricultura dos reassentados, mas “suas restrições de uso não se alteram em função do lago, mas, sim, decorrem do seu próprio substrato e/ou do processo de formação” (Chesf, 1987, p. 32).

Com a expulsão forçada e o reassentamento de milhares de famílias camponesas para a margem do novo reservatório, o que ocorreu foi a expropriação desses trabalhadores do substrato que viabilizava sua subsistência através da agricultura. De alguma maneira, as areias quartzosas que receberam os reassentados representaram um cercamento de seus modos de viver e produzir. Impossibilitados de plantar sem um equipamento de irrigação, os agricultores assistiram ao aumento de sua dependência em relação tanto à Chesf, que atrasou por anos a entrega dos projetos, quanto aos poderosos fazendeiros da região, que controlavam as bombas d’água (Scott, 2009). O acesso à água, elemento crítico por si só devido ao clima da região, é cerceado pela intervenção da barragem, de maneira que contribui para a reprodução das desigualdades preexistentes.

Esse caso é ilustrativo da noção de emergência trabalhada por Diogo Cabral (2021), segundo a qual diferentes níveis de organização ecológica e social se influenciam mutuamente a todo momento. Nesse sentido, um projeto de intervenção humana levou a uma redefinição do ecossistema disponível para os agricultores da região, que, devido a um fator ecológico (sua baixa fertilidade), levou à reafirmação de laços de dependência social. A História Ambiental,

com sua abordagem integralizante, permite um entendimento dialético de processos como esse.

Para além de inundar terras férteis, o reservatório de Itaparica operou uma mudança fundamental no ecossistema aquático. A transformação de um rio de águas correntes (um meio lótico) em um lago de águas paradas (um meio lêntico) altera radicalmente o tipo de ambiente no qual se reproduz a fauna aquática, especialmente a ictiofauna, isto é, a população de peixes. A esse respeito, chamou-nos a atenção o depoimento de dois atingidos entrevistados por Cynthia Suassuna. O primeiro deles declarou que, no reservatório, “apareceram os predadores, tucunaré, acabou com os peixes que nós tínhamos lá, não tem mais, principalmente peixe de couro que era o surubim, era o pirá, isso não existe mais aqui” (*apud* Suassuna, 2005, p. 161). Um outro entrevistado reclamou porque “até nosso peixe a barragem tirou, a gente tinha o surubim, o pirá, e acabou, hoje em dia num tem mais, eles colocaram também uns predadores aí que vão comendo as coisa” (*apud* Suassuna, 2005, p. 180).

Ambos os relatos se queixam da diminuição do número de surubins (*Pseudoplatystoma corruscans*) nas águas do rio. O surubim é um dos maiores peixes brasileiros e pode chegar a mais de um metro de comprimento. É considerado um peixe nobre, de grande valor comercial, por ter muita carne e poucas espinhas, além de já ter sido apontado como um símbolo do Rio São Francisco. Em 2022, o surubim passou a integrar a lista de espécies ameaçadas de extinção do Ministério do Meio Ambiente, tendo sua pesca proibida.

No campo da biologia, não há estudos amplos que investigam a diminuição da população de surubins na bacia do Rio São Francisco. Contudo, existem indícios que nos levam a crer que a barragem de Itaparica produziu desequilíbrios substanciais na ecologia dessas populações. Um primeiro indicador é relatado nos Relatórios de Monitoramento

Hidrobiológico e de Pesca referentes ao ano de 1989 (Chesf, 1989). Esses documentos, produzidos pela Chesf, analisam os impactos iniciais que o alagamento produziu no ecossistema aquático e na atividade pesqueira da região. De início, nota-se um aumento da atividade de pesca, que era quase inexpressiva no período pré-inundação (Chesf, 1989a). As pescarias passaram a ser organizadas de maneira hierarquizada, com alguns donos de barcos recolhendo grandes parcelas da produção dos pescadores. O surubim aparece dentre os peixes mais capturados durante todo o ano de 1989, marcando a cifra de onze toneladas no quarto trimestre. O aumento da atividade pesqueira de Itaparica parece repetir o que Johnson (2021) analisou no caso de Sobradinho. Lá, após a inundação do lago, a ampla oferta de matéria orgânica submersa levou a um aumento da população ictiológica, de modo que a pescaria despontou como uma atividade econômica rentável e alternativa à agricultura, em um contexto de perda das terras aluviais.

Em Itaparica, o aumento da atividade pesqueira pode ter causado uma pressão ecológica sobre as populações de surubim. Esse fator é potencializado quando levamos em consideração que mais da metade dos peixes capturados era de espécies carnívoras (dentre eles, o surubim), isto é, competiam entre si por alimento no lago (Chesf, 1989). Os relatos colhidos por Suassuna (2005) sugerem que uma espécie invasora, o tucunaré (*Cichla ocellaris*), foi sobremaneira responsável pelo desaparecimento do surubim. Ainda que não seja possível amparar essa percepção empírica em estudos ecológicos, a biologia das espécies atesta que o lago de Itaparica era um ambiente propício para a reprodução do tucunaré, que prefere águas paradas.

Por sua vez, as condições reprodutivas do surubim foram comprometidas com o represamento. A espécie é caracterizada por realizar uma migração contra a corrente do rio

para reproduzir. É uma reprodução que depende, portanto, da disponibilidade de águas correntes. Ora, o lago de Itaparica se insere num trecho altamente represado do Rio São Francisco, entre as barragens de Sobradinho e Paulo Afonso. Esse sistema de represas diminui em larga medida as extensões de água corrente no Submédio São Francisco, limitando as janelas de oportunidade reprodutiva do surubim. Tal quadro se torna ainda menos favorável quando notamos que nenhuma das barragens do São Francisco foi equipada com escadas de peixes (Johnson, 2021), estruturas pensadas para facilitar a migração de espécies como o surubim. Adicionalmente, um dos relatórios de monitoramento da Chesf afirma que “a pesca não vem poupando [surubins] jovens e alevinos” (1989b, p. 51), enquanto outro indica que 86% das espécimes de fêmeas capturadas não haviam atingido a maturidade sexual, ou seja, não puderam se reproduzir (Chesf, 1989c).

Todos esses aspectos podem ter levado a uma diminuição gradual da população de surubins no Submédio São Francisco. Por óbvio, não se pode atribuir a ameaça de extinção que sofre a espécie a uma única barragem. No entanto, Itaparica é parte de um sistema amplo de represas no São Francisco, que alterou de maneira drástica o ecossistema fluvial. Assim, os desequilíbrios ecológicos provocados por essas intervenções antrópicas contribuíram para que alguns dos atingidos recuperassem a perda do surubim como um dos impactos do projeto Itaparica – e culpabilizassem a Chesf por isso.

As águas paradas do reservatório também foram a causa de outro impacto deletério para as comunidades locais. Entre março e abril de 1988, a cidade de Paulo Afonso, alguns quilômetros a jusante da barragem de Itaparica, registrou um surto epidêmico de gastroenterite. O período coincide com a época de inundação do lago, que teve início em fevereiro daquele ano. Esse caso foi estudado por uma equipe de médicos da Universidade Federal da Bahia, que reportou

cerca de dois mil casos da doença em 42 dias, sendo que 88 evoluíram para óbito (Teixeira *et al.*, 1993).

No primeiro *Relatório de Monitoramento Hidrobiológico e de Pesca*, a Chesf reconhece que o “o impacto mais importante ocorrido [nas águas] após o represamento foi sem dúvidas o aumento de coliformes fecais em todas as amostras” (1989a, p. 10). O número registrou um salto de 300 para 2.400 coliformes a cada 100 ml de água coletada no lago. Esse crescimento tornou a água imprópria para o consumo humano e teve origem na inundação de uma área ampla “sem a adoção de procedimentos cuidadosos de [...] desmatamentos, remoção de cemitérios, isolamento de fossas, esvaziamento de tanques de combustíveis e outros materiais tóxicos” (Teixeira *et al.*, 1993, p. 503). A matéria fecal diluída na água do lago comprometeu sua potabilidade, facilitando a proliferação de bactérias causadoras da gastroenterite.

Os altos índices de coliformes só foram aferidos na água bruta, não tratada. Sendo assim, apenas aqueles que tiveram contato direto com a água do lago (em especial os moradores da zona rural) deveriam ter desenvolvido a doença. No entanto, o surto acometeu também os moradores de zonas urbanas, que tinham acesso à água tratada. Esse fator levou Teixeira *et al.* (1993) a considerar a possibilidade de que o agente etiológico não fosse a matéria fecal. Em seu lugar, propuseram que o aumento súbito da matéria orgânica presente na água do lago provocou uma proliferação anormal de cianobactérias dos gêneros *Anabaena* e *Microcystis*, produtoras de toxinas capazes de desencadear um quadro de gastroenterite. Essas toxinas são resistentes ao tratamento ordinário da água, o que explicaria a incidência da doença tanto entre a população rural, cuja maioria colhia água diretamente do reservatório, quanto entre a população urbana, que tinha acesso à água tratada.

Os casos de seixos, areias quartzosas, surubins e epidemias são exemplos da devassa ambiental operada no São Francisco. A barragem de Itaparica, uma intervenção técnica na natureza considerada absolutamente essencial para o desenvolvimento do sertão, produziu abalos socioambientais profundos. Da expulsão de milhares de famílias de suas terras à redefinição de ecossistemas inteiros, o processo de construção dessa usina hidrelétrica denota a maneira como natureza e cultura estão imbricadas, contaminando-se a todo momento. Sua implantação deu ensejo a contendas políticas multiespecíficas, entre seres humanos de diferentes classes sociais, entre sindicalistas e funcionários do Estado, entre surubins e tucunarés, entre micropartículas de sílica e sistemas respiratórios, entre cianobactérias tóxicas e anticorpos. Das discussões institucionais sobre a viabilidade e a oportunidade de sua construção às metamorfoses que engendrou na região, o projeto Itaparica constitui um imenso e complexo amálgama de agências humanas e não humanas. Esses atores produzem encontros, ora contenciosos, ora pacíficos, sempre em estado de negociação uns com os outros, selando um esquema interacionista no qual não há separação possível ou imaginável entre o mundo natural e o mundo humano.

Conclusão

A ideia de desenvolvimento, mobilizada para justificar o projeto Itaparica, subordina a natureza e as populações locais à geração de energia elétrica. Essa priorização começou a ser gestada no primeiro governo de Getúlio Vargas, quando a associação entre gestão das águas e geração energética foi institucionalizada, e encontrou na Ditadura Empresarial-Militar uma sequência. Amparados pela Doutrina de Segurança Nacional e interessados em subsidiar o avanço das forças produtivas, os militares investiram pesadamente na

construção de usinas hidrelétricas. No contexto geopolítico da época, marcado pela bipolaridade da Guerra Fria, a tentativa de ampliar a oferta de energia elétrica era, também, uma maneira de reduzir a miséria e, assim, afastar populações mais pobres da influência socialista. Os planos de plantas energéticas, contudo, não incluíam preocupação social, concentrando os seus esforços na geração de eletricidade como uma panaceia. Esse fator é conspícuo na composição da Chesf, que, apesar de inspirada no modelo integralizante da TVA, prescindiu de todas as ações sociais promovidas pela empresa estadunidense para investir tão somente na geração de energia elétrica.

Imbuídos da retórica desenvolvimentista, os agentes à frente da Ditadura Empresarial-Militar encamparam o projeto Itaparica, a despeito do desastre social causado apenas alguns anos antes em Sobradinho. Do início da construção ao período posterior à inundação do lago, esse empreendimento causou mudanças na sociedade e na natureza do território. A chegada da Chesf, abrindo estradas e perturbando o cotidiano local, motivou a criação de um Polo Sindical, responsável por coordenar a luta dos trabalhadores atingidos em suas reivindicações por um reassentamento responsável. A mineração de seixos, necessária para fabricar o concreto que ergueria a barragem, causou doenças pulmonares em famílias de duas comunidades, afetando especialmente crianças. A má qualidade do solo arenoso, nas terras recebidas pelos reassentados, ao impossibilitar a agricultura, tornou-os dependentes duplamente: por um lado, da Chesf e de seus equipamentos de irrigação prometidos; por outro, da elite local, que controlava as bombas d'água da região. A pesca no reservatório, aliada ao represamento excessivo do Rio São Francisco, levou a um desequilíbrio ecológico que afetou a população de peixes como o surubim. Por fim, a quantidade de matéria orgânica inundada forneceu as condições perfeitas

para a proliferação de cianobactérias tóxicas, responsáveis por uma epidemia de gastroenterite na região.

Mesmo diante desse quadro catastrófico, é preciso dizer que Itaparica cumpriu seu objetivo. A usina adicionou 2500 megawatts ao potencial energético do sistema de barragens do São Francisco, garantindo o abastecimento de eletricidade para a região Nordeste. Itaparica levou desenvolvimento ao sertão, não por solucionar disparidades sociais históricas ou garantir o bem estar de sua população, mas por assegurar a oferta de energia necessária à acumulação de capital. O estágio idílico de satisfação plena das necessidades humanas, prometido pelos profetas do desenvolvimento, não foi atingido precisamente porque a materialidade do desenvolvimento no capitalismo exige a expropriação de populações e o desequilíbrio ambiental. Essas dolorosas exigências marcaram a ferro e a fogo a história das populações humanas e não humanas da região de Itaparica.

Referências

ARAÚJO, M. L. C.; CALDAS NETO, M.; LIMA, A. E. V. (Orgs.). *Sonhos submersos ou desenvolvimento? Impactos sociais da Barragem de Itaparica*. 1. ed. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 2000.

ARAÚJO, M. L. C. *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. 1. ed. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1990.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.

CABRAL, D. C. Horizontality, Negotiation, and Emergence: Toward a Philosophy of Environmental History. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 255-258, 2021. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/534>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CHESF. Estudos Ambientais da Usina Hidroelétrica de Itaparica. v. 1. Memorial Descritivo do Empreendimento, 1987. Fundo Petrolândia. Acervo

do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

CHESF. O empreendimento hidroelétrico de Itaparica e seus aspectos ambientais. Fundo Petrolândia. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

CHESF. Desvio do rio, 1984. Fundo Petrolândia. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

CHESF. Relatório de Monitoramento Hidrobiológico e de Pesca I - 1989. Fundo Petrolândia. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

CHESF. Relatório de Monitoramento Hidrobiológico e de Pesca II - 1989. Fundo Petrolândia. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

CHESF. Relatório de Monitoramento Hidrobiológico e de Pesca III - 1989. Fundo Petrolândia. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

DREIFUSS, R. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DOMAŃSKA, E. Posthumanist history. In: BURKE, P.; TAMM, M. (Orgs.). *Debating New Approaches to History*. 1. ed. Londres: Bloomsbury Publishing, 2018.

JOHNSON, M. P. *Temples of Modern Pharaohs: An Environmental History of Dams and Dictatorship in Brazil, 1960s-1990s*. 2021. 476 f. Tese (Doutorado em Filosofia da História) – Faculty of Graduate School of Arts and Sciences, Georgetown University, Washington, D. C., 2021.

MARTIN, A. M. A produção energética nacional e as relações internacionais: uma análise do Tennessee Valley Authority. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII., 2015, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1-14. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433531683_ARQUIVO_artigoCompletoAnpuh_2015_AndreyMartin.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

NUDOC UFPE. *Trabalhadores rurais atingidos pela Barragem de Itaparica para máquinas na CHESF*. Fundo Petrolândia, 7 f., jan. 1983. Recife: Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

OLIVEIRA, N. C. C. Expansion hydroélectrique et contrôle de l'eau par l'État au Brésil (1930-1990). *Caravelle*, [S. l.], n. 119, p. 71-88, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/caravelle/13094>. Acesso em: 5 out. 2023.

OLIVEIRA, N. C. C. *Historiciser les barrages en Amazonie brésilienne: environnement, conflit et politique dans la planification et la construction de Tucuruí (1960-1985)*. 2019. 520 f. Tese (Doutorado em História) – École Doctorale Sciences de l'Homme et de la Société (SHS), Universidade de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, Paris, 2019.

PINHEIRO, C. S. S.; MENDES, R. L. R.; OLIVEIRA, M. J. Impactos socioambientais causados pela extração de areia e seixo em porto grande/ap e sua relação com o desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/4326>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PRIMAVESI, A. M. *Manejo ecológico do solo*. 1979. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Manejo-Ecologico-do-Solo.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SILVEIRA, J. S. Tennessee Valley Authority (EUA) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Brasil): imperialismo, Estado e resistência (1930-1950). In: *Anais do 31º Simpósio Nacional de História*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1616495599_ARQUIVO_854546e2d7c559f2fod872a5fbf447fa.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

SCOTT, R. P. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a bargagem de Itaparica num contexto de Descaso Planejado*. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SUASSUNA, C. C. A. *Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos: o caso de Petrolândia - PE*. 345 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

TEIXEIRA, M. G. L. C. et al. Epidemia de gastroenterite na área da Barragem de Itaparica, Bahia. *Bulletin of the Pan American Health Organization*, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 502-512, 1993. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/16355?locale-attribute=pt>. Acesso em: 18 mar. 2026.

História e memória dos atingidos pela barragem de Itaparica

Camila Alice Diógenes Barbosa¹

Introdução

Durante as décadas de 1970 e 1980, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) desencadeou uma série de obras de grande escala ao longo do Vale do Rio São Francisco, visando atender à crescente demanda por energia elétrica, principalmente para as indústrias que surgiram na região Nordeste do Brasil. Organizada em 1948, a Chesf nasceu com o intuito de explorar o potencial hídrico para a produção de energia, irrigação e navegação, inspirada na experiência do programa do governo dos Estados Unidos, que visava a utilização de recursos naturais associada ao planejamento, do qual os rios seriam protagonistas do desenvolvimento, o *Tennessee Valley Authority* (TVA) (Lacerda, 1991; Oliveira, 2018; Campos, 2014).

Dentre esses projetos da Companhia, destacam-se a construção das barragens de Paulo Afonso, Sobradinho e Itaparica (atual Luiz Gonzaga), gigantescos empreendimentos, símbolos da modernização crescente no país, e que também representaram os primeiros desafios enfrentados pela população das margens do São Francisco diante das grandes obras hidrelétricas.

¹ Graduanda em História (UFPE).

Sobradinho foi um dos casos mais marcantes. A falta de ressarcimento adequado pelas terras perdidas para o Estado, a opressão dos poderes públicos contra os ribeirinhos e a negligência em relação ao reassentamento das comunidades afetadas foram apenas algumas das questões que emergiram nesse contexto desenvolvimentista. O saldo da construção desta barragem foi um cenário de deslocamentos forçados e violações dos direitos humanos das populações locais (Araújo, 1990; Lacerda, 1991; Oliveira, 2018).

Diante desse panorama, os atingidos pela construção da usina hidrelétrica (UHE) Itaparica constataram a necessidade de lutar por direitos e pela posse da terra. Assim, organizaram-se para enfrentar as imposições das autoridades públicas e da empresa executora da obra, o que culminou, em fevereiro de 1979, na criação do Polo Sindical do Submédio São Francisco, responsável por mobilizar e reunir as reivindicações dos sindicatos rurais das cidades atingidas – Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco (em Pernambuco), além de Glória, Rodelas e Chorrochó (na Bahia).

O objetivo deste capítulo é discutir a produção de narrativas dos atingidos pela barragem de Itaparica, para manter viva a história e a memória das lutas pelo reassentamento. Sabendo que a memória é um campo em disputa, os trabalhadores rurais, os sindicatos e o Polo Sindical mobilizaram esforços para que a trajetória dos mais de dez anos de sofrimento não caísse no esquecimento ou fosse cooptada por aqueles que desejavam se beneficiar do acontecido. A documentação utilizada neste capítulo pode ser encontrada no Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (Nudoc), que disponibilizou acesso ao Fundo Petrolândia – composto por diversas fontes sobre o processo de deslocamento forçado e resistência das populações afetadas pela Usina Hidrelétrica de Itaparica.

O texto foi dividido em dois tópicos: o primeiro apresentará o contexto de autoritarismo estatal, o desenvolvimentismo que impulsionou um “boom” hidrelétrico no Brasil e o descalço sofrido pelos moradores das áreas expropriadas; o segundo abordará a conservação da memória sobre a mobilização popular dos atingidos como uma das formas de resistência. Partindo de dois documentos produzidos pelos próprios trabalhadores – o livro *Hora de mudar é hora de lembrar* e a poesia *Sobre o acampamento e parada da hidrelétrica de Itaparica*, ambos de 1987 –, nosso objetivo é fazer ressoar a voz dos silenciados de Itaparica, que, por meio desses registros, tiveram a oportunidade de narrar suas próprias histórias.

O Estado, o rio e os ribeirinhos

Desde a década de 1940, a corrente econômica predominante no cenário industrial brasileiro foi o desenvolvimentismo. Insuflado nos países que compunham o bloco capitalista desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Oliveira, 2018), esse ideal somente foi institucionalizado no Brasil durante o regime militar, quando o nacional-desenvolvimentismo se uniu à política de “Integração Nacional” (Catta, 2012, p. 201), então associado à Doutrina de Segurança Nacional e ao “milagre econômico” dos fins dos anos 1960 e início dos 1970. No entanto, o Brasil daquela época não possuía um sistema econômico autônomo, pelo contrário, com industrialização ainda bem recente, o país se via, por esse aspecto, demasiadamente dependente, principalmente da potência das Américas, os Estados Unidos (Alves, 2005; Campos, 2014; Campos, 2019).

Para tal, tornou-se necessário a busca de riquezas nacionais que conseguissem deixar o Brasil fora da zona de países “subdesenvolvidos”. Uma via para a almejada modernização foi a exploração de recursos naturais, o que Nathalia Oliveira indica ser uma corrida pelo desenvolvimento que relaciona

“geopolítica, tecnologia e transformações ambientais de larga escala em nome do progresso” (Oliveira, 2018, p. 317). Nessa conjuntura, o uso do rio para a geração de energia elétrica configura-se como uma potência econômica nacional.

As usinas hidrelétricas não são uma novidade no Brasil. Estão presentes desde 1883, ano em que a primeira delas foi construída no rio Jequitinhonha em Minas Gerais, e já em 1930 o país contabilizava mais de mil e duzentas unidades espalhadas pelo território nacional (Oliveira, 2018). Mesmo com visível crescimento durante a Primeira República, o setor foi amplamente beneficiado pelo Estado brasileiro apenas no período de Getúlio Vargas, quando o governo federal criou ações administrativas voltadas para o desenvolvimento desse setor industrial (Oliveira, 2018).

Em 1934, foi criado o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e publicado no *Diário Oficial da União* o Código das Águas, que concedeu ao Estado brasileiro, através do Ministério da Agricultura, o poder de melhor uso da “indústria das águas” no país, deixando claro que a “energia hydraulica” [sic] precisa de uma legislação que prestigiasse seus recursos². Cinco anos mais tarde, foi criado o Conselho Nacional de Águas (CNAE), posteriormente renomeado Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica (CNAEE), cuja função era a gerência da administração ligada diretamente à hidroeletricidade (Oliveira, 2018). Assim, o setor hidrelétrico, que até o início da década de 1930 estava em posse de duas empresas estrangeiras – a canadense “Light” (*Brazilian Traction, Light and Power*) e a estadunidense Amforp (*American Foreign Power*) – passou a ser gerido por instituições subordinadas à União (Oliveira, 2018).

Contudo, foi entre os anos de 1964 e 1980 que o país conheceu o verdadeiro “boom” de usinas hidrelétricas. Nesse

2 Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Código das águas.

pêrîodo, ocorreu o aumento significativo das chamadas “obras faraônicas”, e as companhias do setor de construção tornaram-se grupos monopolistas administradores de grupos econômicos com atuação no exterior (Campos, 2014). Durante o governo do presidente Médici, o crescimento foi inflado pelo “milagre econômico” (Campos, 2014), graças a financiamentos internacionais através de empréstimos, controle de salários e repressão às lutas trabalhistas (Campos, 2019), com grande investimento financeiro não somente em hidrelétricas, mas também em rodovias, como a Transamazônica (BR-230), prometendo, em 1972, ligar horizontalmente o país da Paraíba ao Amazonas.

Ainda no governo Médici, a Ditadura Empresarial-Militar favoreceu a inserção do capital estrangeiro – empresas japonesas, estadunidenses e alemãs –, através de políticas públicas, como a Lei Dias Leite, promulgada em 1973, que tinha por finalidade permitir que empresas estrangeiras possuíssem ações no setor elétrico da região amazônica. Ao mesmo tempo, deu suporte para o conglomerado das empresas nacionais (Campos, 2019). No entanto, o governo não conseguiu sustentar o estilo de desenvolvimento por muito tempo, e o milagre econômico começou a mostrar sinais de declínio: a primeira crise do petróleo no início dos anos 1970 trouxe o aumento da inflação e a diminuição do crescimento econômico brasileiro.

O governo adotou uma série de medidas em uma tentativa de conter desastres, como a criação do II Plano de Desenvolvimento Nacional, cuja meta de implementação seria os anos de 1975 a 1979 e com foco em investir na produção nacional de materiais primários para a industrialização, como o aço e o cimento (Oliveira, 2018). No fim da década de 1970, a segunda crise do petróleo fez com que se tornasse insustentável dar continuidade ao modelo de desenvolvimento que o Brasil estava seguindo; os créditos internacionais

acabaram e diversas obras foram suspensas, como é o caso da Transamazônica (Campos, 2019). No entanto, o setor de energia elétrica passou a ser fundamental para a possibilidade de cumprimento das atividades industriais de bens primários de construção; um exemplo é a usina do Tucuruí, no Pará, que visava abastecer a produção de alumínio no Norte do país (Campos, 2019).

Assim, o governo militar executou reformas institucionais para aprimorar a atuação do segmento hidrelétrico, como a criação do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), que sucedeu a Divisão das Águas, e o fortalecimento da estatal Eletrobrás, criada em 1961. Essa estrutura foi essencial para o aumento da construção das usinas e, consequentemente, da eletrificação residencial (Oliveira, 2018), embora não se restringisse a esse aspecto. Como comenta Lacerda, a maior parte da energia produzida pelas hidrelétricas visava alimentar a indústria:

A CHESF conta com um razoável número de consumidores de grande porte, chamados consumidores especiais em 230 kV, e cuja participação no consumo de energia elétrica passou de 13,5% em 1976 para 22,8% em 1981. Entre os consumidores especiais destacam-se as empresas: ALCAN, UIBA, FERBASA, COPENE, AÇONORTE, SALGEMA, DOW QUÍMICA, CARAÍBA METAIS “MINERAÇÃO”, CQR, NITROFÉRTIL, CARAÍBA METAIS “METALÚRGICA”, ALUMAR, SIBRA, ULTRAFÉRTIL, ALUNORTE, PETROFÉRTIL, POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI, PETROQUÍMICA UNIÃO (em cujo capital social tem a participação do Banco Mundial com 10% [...]) A indústria consumiu em 1987, 52,7% da energia produzida pela CHESF (Lacerda, 1991, p. 60-61).

A Chesf atuava desde 1948, tendo como primeiro megaprojeto a UHE de Paulo Afonso na Bahia. Embora tivesse a função de explorar as condições de uso das águas do rio São Francisco para a produção de energia elétrica e fosse definida

como uma estatal voltada para o enfrentamento de problemas regionais, também estava inserida em um contexto de intervenção do Estado no setor elétrico, já que era integrante do grupo Eletrobrás presente no CNAEE (Campos, 2014).

Até 1987, a companhia possuía oito usinas hidrelétricas espalhadas ao longo do rio São Francisco, sendo elas: Paulo Afonso I, II, III e IV, Moxotó (atual Apolônio Sales), Sobradinho, Itaparica (atual Luiz Gonzaga) e Xingó, abrangendo os estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, além de uma no rio Parnaíba, chamada atualmente de Boa Esperança, no Piauí, e havia afetado a vida mais de 250 mil pessoas (Marques; Wagner; Menezes, 2018).

Com o anúncio da barragem na região da antiga cachoeira de Itaparica, os moradores das áreas próximas já conheciam a injustiça vivida em Sobradinho. O lago foi criado em função da usina hidrelétrica de mesmo nome, cuja construção atingiu os municípios de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, deslocando cerca de 72 mil pessoas. Esse processo tornou-se, até então, o maior caso de deslocamento forçado por questões barrageiras. Sobradinho inundou áreas urbanas e agrícolas e teve um penoso processo de realocação: além de sofrerem com a ruptura de suas terras e do núcleo social, os beiradeiros – como ficaram sendo chamados os moradores que viviam na beira do rio – foram transferidos para uma região hostil, desconhecida em termos de fauna, flora e topografia. Ademais, viraram reféns da irrigação e do caminhão pipa na nova localidade, já que essa não possuía terra favorável ao cultivo (Marques; Wagner; Menezes, 2018).

Além de Sobradinho, parte da população que morava na área que seria atingida pela barragem de Itaparica já havia sofrido com a construção da barragem de Moxotó (Lacerda, 1991), cuja função era o controle fluvial em Paulo Afonso. O senhor Otacílio Inácio da Silva, trabalhador do campo, teve a sua vida cortada duas vezes pelos empreendimentos

barrageiros do Vale do São Francisco: perdeu boa parte de suas terras férteis para a barragem de Moxotó e, com a chegada de Itaparica, teve o que sobrou invadido pela Chesf e viu a estatal destruir sua casa e benfeitorias sem nenhuma indenização (Lacerda, 1991). Durante a manifestação organizada pelo Polo Sindical do Submédio do São Francisco, ocorrida em Petrolândia, no dia 4 de agosto de 1979, mobilizada para cobrar respostas da Companhia sobre a realocação da população e o pagamento das indenizações, seu Otacílio foi convidado a palestrar e expressou a sua indignação afirmando: “Em 1972 comecei a ser crucificado pela Chesf. [...] São 72 anos de vida e trabalho destruídos pela Chesf” (*Terra por terra na margem do lago*, 1979).

Com o reservatório de 150 quilômetros, o comprimento de 834 quilômetros quadrados e o deslocamento de mais de dez mil famílias, a UHE de Itaparica, hoje nomeada Luiz Gonzaga, e o seu lago artificial foram significativos por terem causado um grande deslocamento rural com o desaparecimento de terras importantes para a agropecuária e plantação, além de um massivo deslocamento urbano graças ao alargamento de quatro cidades: Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco; Rodelas e Glória, na Bahia (Marques; Wagner; Menezes, 2018).

No primeiro boletim *Terra por terra na margem do lago*, a história de seu Otacílio estampa a primeira página. Nela, ao lado de sua foto chorando, está a data em que teve suas terras invadidas e o questionamento: “Nova Sobradinho?”. Criado em agosto de 1979, o periódico bimestral tinha como finalidade deixar os atingidos pela construção de Itaparica a par dos acontecimentos oficiais e das lutas encabeçadas pelo Polo Sindical do Submédio São Francisco. O boletim deixava claro, em sua apresentação, que era necessária a união entre as vítimas da ação da Chesf, de modo a fortalecer a organização e possibilitar a luta coletiva contra a opressão da empresa.

Tanto a referência a Sobradinho, marcada pela violência vivida pelo trabalhador rural, quanto a ênfase na importância da criação de uma coalização entre esses trabalhadores, mostram que os afetados de Itaparica tomaram os eventos ocorridos ao longo do vale como motivação para buscar meios de que não se repetissem os mesmos abusos da Chesf, algo percebido no *Esboço histórico das lutas dos trabalhadores atingidos pela barragem de Itaparica* (1981), elaborado pela população atingida que estava mobilizada na luta:

Se a forma de enfrentamento e encaminhamento das reivindicações na construção da represa de Moxotó, PA IV, foi de cima para baixo, já em Itaparica, as reivindicações saíram dos trabalhadores, via sindicatos, de baixo para cima.

Assim, em Moxotó, Sobradinho e PA IV formaram-se comissões de defesa dos desapropriados com a participação de pessoas e instituições, tais como Prefeitos, Políticos locais, Bispos e Padres das cidades, e CHESF; Eram formadas comissões onde os trabalhadores não eram consultados nem ouvidos. Portanto sem poder de pressão. Isto resultou no fracasso destas comissões com respeito aos direitos dos trabalhadores. (Observe-se que em Sobradinho houve um esforço para alterar essa situação com a chegada de D. José Rodrigues, mas já encontrou ele todo um modo de proceder mentalizado nessa linha, o que dificultou a alteração da estrutura da luta dos trabalhadores e demais atingidos.)

Já em Itaparica, aproveitou-se a experiência sofrida nas outras barragens do rio São Francisco. Buscou-se uma nova forma de enfrentamento, a partir da organização dos trabalhadores. Despertou-se sua consciência sobre si e seus problemas e dando-lhe voz para opinar sobre seu futuro. Ocorre, então, mudança de posição da CHESF que passa a reconhecer a legítima representação dos trabalhadores, o Sindicato. Muda a forma de tratamento.

A transformação foi feita a partir da luta dos trabalhadores não se pode esquecer que a própria igreja, coerente com o Vaticano II Medellín e Puebla, também nesse período faz sua opção preferencial pelos pobres e vem apoiar a luta dos trabalhadores. Apoia, mas não toma o lugar dos trabalhadores nesta luta (Esboço histórico das lutas dos trabalhadores atingidos pela barragem de Itaparica, 1981).

Contudo, a empresa não mobilizou as tristes experiências anteriores para auxiliar nas ações diante das diversas problemáticas que envolvem o processo de construção de uma barragem (Marques; Wagner; Menezes, 2018). Ao contrário, antes da união dos trabalhadores e afetados, a Chesf ignorou os desastres sociais e ambientais e tentou implementar o mesmo regime autoritário e violento aplicado aos beiradeiros de Sobradinho.

O Polo, a luta e a memória

Ainda tendo como base o *Esboço histórico*, o Polo Sindical do Submédio São Francisco foi criado em fevereiro de 1979, durante o 3º Encontro do Vale, evento que reuniu sindicatos e representantes de trabalhadores de cidades banhadas pelo rio São Francisco. O objetivo do Polo Sindical era reunir os sindicatos da região do vale que sofriam problemas semelhantes, a fim de elaborar pautas e articular de forma mais sistemática a luta comum (Araújo, 1990). Com o Polo, as formas de resistência superaram os campos municipais e estaduais, o que tornou mais fácil a convocação de passeatas, conscientização dos aspectos legais e conquistas igualitárias (Ribeiro, 2008). Foi através da união adquirida com o Polo Sindical que o movimento “Terra por terra na margem do lago” ganhou corpo, além da elaboração de materiais que serviram tanto para a comunicação desses trabalhadores

quanto para conservar a narrativa – do que os próprios chamam – de suas batalhas.

A preservação da memória é o tema do filme *Narradores de Javé* (2003), que aborda a importância da memória coletiva quando a pequena cidade de Javé está prestes a ser submersa devido à construção de uma barragem. Para tentar evitar o fim do povoado, os moradores se unem para registrar a história local, criando o que seria um livro de memórias, a fim de demonstrar a relevância histórica da cidade. A narrativa destaca uma luta dupla: contra o esquecimento do povoado, diante do progresso que fará a cidade sumir do mapa, e pela salvação da própria história. Embora Javé seja um local fictício, representa diversas cidades que foram – e ainda são – submersas em função das obras barrageiras, incluindo aquelas atingidas pelo lago de Itaparica.

Assim como os moradores de Javé tentaram contar sua própria história, a população que sofria com a expropriação das terras para a construção da UHE Itaparica também narra sua situação. Como comenta Le Goff (1996), em seu clássico *História e memória*, as sociedades que constroem sua memória social participam de forma ativa da disputa pelo poder da narrativa e domínio da memória. Dessa forma, para o contexto dos trabalhadores rurais vítimas da Chesf, a produção dessa memória é um meio de resistir ao descaso da estatal e tomar as rédeas de como aquela história será contada.

Cabe salientar que, como pontua a historiadora Regina Guimarães, “o documento não contém toda a memória e não tem com ela uma correspondência direta, como se fosse uma cópia dos acontecimentos e das experiências vividas” (Guimarães Neto, 2022, p. 244). Embora a autoria seja dos oprimidos, o documento é apenas uma das verdades que permeiam o evento. Também é necessário lembrar os ensinamentos do historiador Marc Bloch (2001), segundo os quais o documento não presenteia o historiador com

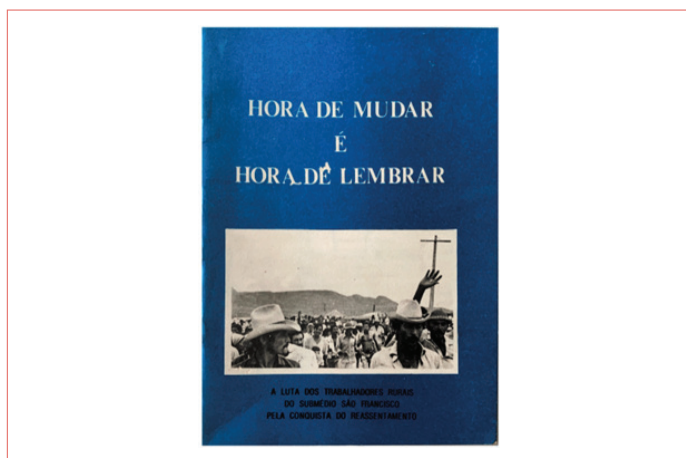
respostas prontas; é obrigação do pesquisador questionar e dialogar com o objeto analisado.

O livreto *Hora de mudar é hora de lembrar: a luta dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco*, produzido e publicado pelo Polo Sindical da região, em 1987, propõe evidenciar a trajetória da conquista dos direitos ao reassentamento pelos trabalhadores rurais. Na apresentação, afirma-se:

“Você sabe ou se lembra como chegamos a esse direito? Você pensa que foi só porque a Barragem ficou pronta? [...] Se hoje nós temos direito à terra e à casa é porque lutamos por isso. Foi conquista da nossa união e organização. É isso que vamos mostrar a você nesse livrinho [...]” (Hora de mudar é hora de lembrar, 1987, p. 3).

A utilização dos termos “sabe” e “lembra” atesta que existiam duas preocupações presentes nesse documento: informar e relembrar. Por se tratar de um livreto produzido

FIGURA 1. Capa do livreto *Hora de mudar é hora de lembrar: a luta dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco*



Fonte: Fundo Petrolândia do acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

pelos subalternos, trata-se de um texto mais direto e semelhante a uma cartilha. A simplicidade utilizada na escrita não o priva de sua importância, pois ele se comunica perfeitamente com o público que importa: os trabalhadores do campo.

Esse tipo de comunicação empreendida por eles é chamado de Comunicação Popular, uma forma alternativa de comunicar que se originou entre as décadas de 1970 e 1990, tanto no Brasil quanto no restante da América Latina, e que emerge da ação de grupos populares (Peruzzo, 2008). Em um contexto marcado pelo poder de informar e ser informado na mão de poucos grupos privilegiados, essa maneira de pôr em comum as dificuldades tinha caráter libertador: seu principal objetivo era estabelecer a justiça social e garantir que os direitos humanos fossem respeitados. Mário Kaplún a define como uma Comunicação Libertadora: transforma e tem o povo no centro, tornando-o protagonista e gerador da informação. Segundo o educador e escritor argentino, os meios utilizados para esse intuito são fundamentais para uma educação popular, pois contribuem para um processo educativo transformador (Kaplún, 1985 citado por Peruzzo, 2008). Cicilia Peruzzo aponta que os movimentos sociais sempre se adaptam às condições dadas, refletem sobre os meios possíveis e lançam mão deles para efetivar sua prática comunicativa, mesmo que estejam sob cerceamento de liberdade (2010).

Quanto ao estímulo à lembrança, Paul Ricoeur apresenta a memória como um fenômeno que vai além do simples ato de lembrar: ela envolve um exercício contínuo de seleção, que pode tanto evocar o passado de forma autêntica quanto deturpar sua veracidade. Para Ricoeur, lembrar é um ato que pode ser distorcido – o uso da memória pode conduzir ao abuso, comprometendo a autenticidade das lembranças e moldando-as para servir a diferentes interesses

(Ricoeur, 2007). Esse abuso ocorre, especialmente, quando a memória é manipulada por aqueles que têm poder, configurando a memória como uma ferramenta que pode ser usada para construir ou alterar identidades, sejam elas pessoais ou coletivas.

A memória, ainda segundo Ricoeur, é ideologizada quando narrativas são moldadas para sustentar certas lembranças e excluir outras. Esse processo seletivo essencial para a construção de identidades revela um “pacto” de rememoração, em que a sociedade decide o que será memorizado e comemorado, além do que será esquecido. Para o autor, o desafio ético e social do “dever de memória” emerge dessa dinâmica, pois exige que a sociedade se comprometa com uma lembrança justa, reconhecendo a responsabilidade em não apenas preservar o passado, mas em evitar manipulações que possam deturpar a compreensão da própria identidade (Ricoeur, 2007).

Sendo assim, composto por dezesseis páginas que englobam o período de 1976 até 1987, o livro *Hora de mudar é hora de lembrar* denuncia episódios de violência, como o ocorrido em 1982, no distrito de Caruru, município de Glória (BA). Nesse fato, os moradores que sofriam com a poeira oriunda da extração de materiais para a construção da hidrelétrica, protestaram na rodovia para impedir a entrada das máquinas da Chesf, mas foram retirados sob truculência policial.

Além disso, a maior parte do documento elucidada, através de pequenos textos e muitas imagens, os movimentos de reivindicações, como as mobilizações populares e passeatas que ocorreram em todos os anos mencionados, em especial a ocupação do canteiro de obras em 1986, “a grande batalha”, dia em que os trabalhadores rurais paralisaram as obras da UHE de Itaparica, sendo esse o evento marco na conquista do reassentamento, pois é após a ocupação que a

Chesf assina o acordo que esclarece os direitos daquela população. Esse momento torna-se ímpar na trajetória de lutas e reivindicações, pois assegurou não apenas o reassentamento, mas também a participação da população nas decisões, terra irrigada para plantio, espaço para criatório, bem como a assistência técnica e financeira até o início das produções (Hora de mudar é hora de lembrar, 1987, p.13).

A ocupação do canteiro de obras, em 1986, também é o tema central de outro documento importante. Dessa vez, não se trata de algo produzido pelo Polo Sindical, mas de uma poesia escrita por Fulgêncio Manoel da Silva, diretor do Sindicato do Trabalhador Rural de Floresta/PE, em 1987. Com o título *Poesia sobre o acampamento e parada da hidrelétrica de Itaparica*, o poeta narra, em 89 estrofes, a história da organização do movimento dos trabalhadores rurais em comunhão com os sindicatos e o polo, as reivindicações, o movimento dentro do acampamento da Chesf e do canteiro de obras, finalizando com agradecimentos a pessoas e entidades que auxiliaram na luta dos trabalhadores.

Nessa produção, é interessante observar que o autor faz denúncias sobre ameaças de capitães que se passavam por seguranças, como nos seguintes versos:

Um capitão da polícia/ Entre nós se entrevistou/ Dizendo
ser segurança/ Coisa que ninguém pediu [...] Mesmo
assim ele insistiu/ Que a representação/ Fosse con-
versar com ele/ Pra ouvir explicação/ A gente aceitou
e fizemos reunião/ Ele começou a falando/ Com toda
autoridade/ Não aceitando gravar pro povo saber a ver-
dade (Silva, 1987, p. 2).

Também há comentários do autor sobre políticos e pessoas de influência que foram até a mobilização, mas que não eram bem aceitas pelo movimento, além de reforçar que quem fez a ocupação acontecer foram os trabalhadores:

Lá mais tarde apareceu/ Um bocado de amostrado/ O
prefeito de Belém/ Junto com Doutor Geraldo/ Que só
sabe aparecer/ Quando o bicho está pegado/ Nós tem
recebido ajuda/ De quase todo lugar/ Mas os prefeitos
do Governo/ Dá até pra desconfiar/ Que esses cabras
estão querendo/ É em nós se segurar/ E depois já à noi-
tinha/ Apareceu mais um Geraldo/ Vindo lá de Floresta/
Com mais um acompanhado/ Fazendo tanta franqueza/
Que eu fiquei desconfiado/ É mais um proveitador/ Que
antes nunca fez nada/ Que só sabe aparecer/ Quando a
onça está pegada/ Depois que a bicha tá presa/ Todos
quer dar uma paulada (Silva, 1987, p. 4).

Na poesia, ainda é possível encontrar a disputa por me-
mória. Esta produção artística é uma obra autobiográfica
que se dedica a narrar uma experiência sofrida por quem a
escreveu. Quando a verdade deste locutor é colocada à mar-
gem pela mídia hegemônica, ele também a crítica:

E Chegando em Petrolândia/ Parei para esperar/ O Jornal
Nacional/ Para poder escutar/ Da estória de Itaparica/
O que é que iam falar/ Quando assisti o jornal/ Saí um
pouco zangado/ Porque esses cabras da Globo/ Ou têm
medo ou são comprados/ Porque assiste essas coisas/
E não diz o que foi passado/ Então pra turma da Globo/
Eu vou logo avisar/ Que vindo ver nossos atos/ Venha
prá ver e contar/ Mas prá esconder a verdade/ É bem
melhor não vir cá (Silva, 1987, p. 6).

Nos versos, é possível encontrar alguns relatos do coti-
diano dos seis dias de ocupação: “Primeiro fomos comer/
Em um vexame danado/ Mas o feijão estava quente/ Fica-
va todo escaldado/ Eu preferi não comer/ Para não morrer
queimado” (Silva, 1987, p. 4). Contudo, por se tratar de uma
arte sem compromisso com a autenticidade dos aconteci-
mentos, e sujeita à liberdade poética do autor, não podemos

atestar se esses pormenores chegaram a acontecer. Além disso, como é comum nesse tipo de narrativa, o escritor faz uso de metáforas: “Lá estava o bicho medo/ E o bicho jacaré/ Também tinha o bicho homem/ e tinha o bicho mulher/ E tinha o bicho coragem/ Que é nesse que eu boto fé” (Silva, 1987, p. 5). Embora não exista o “bicho medo” ou o “bicho coragem”, o autor personifica sentimentos que ele pode ter vivenciado durante a mobilização.

Considerações finais

A violência perpetrada pela Chesf contra os moradores da região afetada pela construção da barragem de Itaparica revela um capítulo da história brasileira em que a busca por “progresso” e desenvolvimento econômico se traduziu em graves violações de direitos humanos. A Ditadura Empresarial-Militar, ao priorizar a construção de hidrelétricas como estratégia de modernização, desconsiderou a voz e as necessidades da população afetada, perpetuando um ciclo de injustiça social que ainda hoje ressoa.

Enquanto os discursos oficiais da Chesf dão a entender que o projeto das UHE visava o enriquecimento econômico nacional e a mudança de vida dos moradores dessas terras esquecidas pela modernização, o que se mostra, em Sobradinho, Moxotó, Itaparica e tantas outras UHE construídas no país, é o descaso com a população. A empresa estatal, que fornecia energia quase de graça ao grande capital, foi a responsável pela expulsão de centenas de trabalhadores rurais do Vale do São Francisco (Lacerda, 1991, p. 62-63). Em síntese, o Estado brasileiro auxiliou a implantação das grandes empresas no Vale, ao viabilizar energia e irrigação, “enquanto para a população do São Francisco sobra o êxodo” (Lacerda, 1991, p. 55-56).

Sendo assim, sobraram aos atingidos os esforços para se fazerem ouvir. Na falta da casa e da terra, sobrou a união popular, através do Polo Sindical do Submédio São Francisco, a possibilidade de poder contar a própria história para seus iguais e para a posteridade, mesmo que esse caminho ainda entrasse em confronto com as ditas narrativas oficiais. Dessa forma, os relatos dos trabalhadores rurais, documentados por sindicatos locais e pelo Polo, evidenciam não apenas a repressão e a despossessão de territórios sofridos, mas também as trajetórias de mobilizações, passeatas e reivindicações. Este estudo buscou resgatar a versão da memória dos oprimidos, com a finalidade de relembrar que a luta dos moradores por reconhecimento e reparação continua a ser um componente essencial na busca por justiça e equidade na região.

Referências

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Caxias do Sul: EDUSC, 2005.
- ARAÚJO, M. L. C. *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1990.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- CAMPOS, P. H. P. “*Estranhas catedrais*”: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.
- CAMPOS, P. H. P. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255-286, 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019255>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- CATTA, L. E. Impactos de la Modernidad: los Excluidos del progreso. *Revista del CESLA*, Varsóvia, n. 15, p. 189-228, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243326047015>. Acesso em: 23 mar. 2026.

ESBOÇO HISTÓRICO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ITAPARICA, 1981. Fundo Petrolândia. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

GUIMARÃES NETTO, R. B. Crítica histórica: o documento como aprendizagem no debate historiográfico. In: MONTENEGRO, A. T.; ARAÚJO, K. S. F. *Historiografia: rastros e vestígios documentais de trabalhadores e trabalhadoras*. Recife: Ed. UFPE. 2022. p. 243-260.

HORA DE MUDAR É HORA DE LEMBRAR: A luta dos trabalhadores rurais do submédio São Francisco pela conquista do reassentamento. Polo Sindical do Submédio São Francisco, 1987. Fundo Petrolândia. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

LACERDA, M. M. C. *Itaparica: o futuro de um povo; a expropriação do espaço de trabalho pelo estado para a capital*. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06122022-183805/> . Acesso em: 23 mar. 2026.

MARQUES, J.; WAGNER, A.; MENEZES, L. *Barrando as barragens: o início do fim das hidrelétricas*. Manaus: UEA Edições/PNCSA. 2018.

NARRADORES DE JAVÉ. Dir. Eliane Caffé. Prod. O2 Filmes. Brasil, 2003. Filme.

OLIVEIRA, N. C. C. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 315-346, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/CHCpxyx8Xg6w74XRTmNBvJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2026.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. *Palabra Clave*, Bogotá, v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64911214>. Acesso em: 23 mar. 2026.

PERUZZO, C. M. K. A Comunicação nos Movimentos Sociais: exercício de um direito humano. *Diálogos de la Comunicación*, [S. l.], n. 82, 2010.

RIBEIRO, A. M. M. *O pólo sindical do submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

SILVA, F. M. *Poesia sobre o acampamento e parada da hidrelétrica de Itaparica*. Fundo Petrolândia. Recife: Nudoc/UFPE, 1987.

TERRA POR TERRA NA MARGEM DO LAGO. Ano I, nº 1, ago, 1979. Fundo Petrolândia. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

“O criador deu-a a todos” Crítica à concentração de terra pela Ação Católica Rural (1960's)

Maria Gabriela Vieira de Souza¹

Introdução

O debate acerca da estrutura fundiária brasileira e seus impactos socioeconômicos é incitado por movimentos sociais, partidos políticos e círculos acadêmicos de forma bastante diversa. O que mobiliza esses agentes críticos é uma consciência histórica sobre o país, agregada à problematização dos dilemas contemporâneos ao surgimento destas análises. Os argumentos que norteiam a discussão sobre a concentração de terra e o prejuízo social decorrente dessa configuração foram incorporados por organizações progressistas na década de 1960 e 1970. Entretanto, é nos movimentos de ordem Católica que as justificativas vinculadas à materialidade das condições econômicas vão ao encontro da força moral e espiritual da religiosidade.

A Ação Católica Rural (ACR), movimento católico criado em 1965 pelo arcebispo de Olinda e Recife, que tinha o intuito de evangelizar e conscientizar o campo no contexto pós-Golpe de 1964, revisitou muitas reflexões difundidas no período para construir seu vínculo com trabalhadores rurais no Nordeste brasileiro, associando o latifúndio à violação dos direitos humanos, à exploração de camponeses, à

1 Doutoranda em História (UFPE).

pobreza, à violência patronal e institucional. O objetivo deste capítulo é identificar como aspectos da ética cristã construíram as bases para a politização do cotidiano no Campo, a partir da utilização de citações bíblicas, da contextualização histórica da realidade brasileira e do enfrentamento dessas condições através da animação popular.

É possível observar como o tema da concentração da terra abre espaço para a aplicação da metodologia de evangelização conscientizadora da ACR, além de indicar caminhos para a transformação da realidade. O debate sobre a Reforma Agrária, intensamente presente nas décadas de 1950 e 1960, é reabilitado no novo contexto que se desenhou a partir do Golpe Militar, preservando a tradição religiosa voltada para a justiça social. A ACR, que priorizou a apropriação de espaços legais no regime golpista, movia críticas assentadas nas novas circunstâncias políticas que legitimaram os processos de exploração.

Logo, os métodos de extensão das práticas evangelizadoras carregam escolhas específicas de organização dos argumentos nas atas das assembleias, nas apostilas utilizadas em encontros regionais e nos cursos de formação de animadores. A intersecção entre a doutrina social da Igreja Católica e o desenvolvimento da crítica à desigualdade social não é inovadora no contexto da militância católica; entretanto, o volume de documentos disponíveis no Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais Dênis Bernardes (Nudoc/UFPE) evidencia um processo de comunicação entre movimento e militante que evoluiu ao longo de décadas, destacando a importância do engajamento popular nos espaços de sociabilidade camponesa, incorporando dioceses e sindicatos no processo evangelizador.

Para a compreensão dos elementos que correspondem à atuação da ACR no combate ao latifúndio, este capítulo será dividido em três seções, que podem ajudar a entender os

argumentos críticos sobre a concentração de terra no Brasil e sua relação com facções progressistas da Igreja Católica. Num primeiro momento, será abordado um panorama sobre a produção de autores que se dedicaram a pensar a sociedade brasileira diante de seus problemas latentes. Trazer uma fração deste pensamento intelectual é relevante, pois, em diversos documentos da ACR (alguns analisados neste texto), termos como “Desenvolvimento” e “Progresso” são recorrentemente empregados. Essas expressões, mediadas na década de 1960, refletem algumas das preocupações de militantes e acadêmicos ainda antes do Golpe. Autores como Celso Furtado (1961) e Florestan Fernandes (2008) oferecem a historicização das estruturas sociais, além de leituras do sistema econômico que destacam o estado de dependência na economia brasileira e o alto custo social para o país. De fato, as visões sobre as condições de subdesenvolvimento entre os autores são diferentes, mas corresponderam às inquietações daquela década em seus respectivos nichos teóricos.

Na segunda seção, será abordado uma trajetória do pensamento católico progressista e suas atuações em meios populares, com projeção de transformações sociais. Tal exposição propõe a contextualização das ideias que circulavam entre parte dos cristãos, especificamente no Nordeste. As mobilizações católicas conseguiram condensar as insatisfações com os efeitos do sistema econômico e o paradigma de caridade para com as massas. Essa inclinação para a ação social e política é explorada por Emanuel de Kadt (2007), ao abordar o engajamento cristão perante a percepção do tensionamento de classes na sociedade brasileira. As iniciativas promovidas pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em sintonia com movimentos de valorização da cultura popular, foram ferramentas de aproximação renovada com as massas trabalhadoras, que se associavam à Igreja Católica de maneira formal e hierarquizada. Projetos como o

Movimento de Educação de Base fortaleceram interações por meio de propostas pedagógicas fundamentais para a formação da ACR.

Por último, ao localizar dois documentos da ACR produzidos em 1969, é possível observar como o tema da estrutura fundiária é questionado pela organização.

A apostila *Terra e Reforma Agrária no Nordeste brasileiro*, de 1969, propõe a conscientização através de termos como “Libertação” e “Desenvolvimento” do trabalhador rural e militante, segundo a necessidade de renovação das estruturas políticas e econômicas. Em 18 páginas, é possível identificar a organização do discurso missionário a partir de dados dos últimos censos, a fim de dar luz a problemas adjuntos à concentração de terra, tais como a fome, as condições de desenvolvimento da indústria e o desprestígio ao sindicato local.

Em *Terras para todos os homens do campo*, o Pe. José Servat, autor do documento, traz textos do Concílio Vaticano II para fundamentar a necessidade de uma Reforma Agrária no país. O texto é repleto de referências a salmos e outros livros da Bíblia, mas, neste material reflexivo do Encontro Regional da ACR de 1969, aponta como ocorre a deturpação do projeto do “criador” na realidade nordestina. Esses relatos e textos de formação caracterizam a pastoral católica que levou em consideração as experiências camponesas dentro da tradição comunitária.

Subdesenvolvimento em perspectiva

Não foram poucos os intelectuais que se dispuseram a observar o problema brasileiro do ponto de vista de seus objetos sociológicos, políticos, históricos e econômicos. Esses intelectuais produziram diversas obras que transmitiram suas inquietações naquelas décadas. Isso significa que os aspectos da mudança social, do entendimento de uma sociedade

de classes, da existência de um sistema econômico capitalista competitivo – que proporcionou uma industrialização dependente – levaram esta parcela da população a indagar sobre uma perspectiva do futuro baseada em um projeto econômico atento às especificidades da margem do capitalismo mundial.

Todavia, ao eleger os problemas sócio-históricos brasileiros como objeto, é imprescindível que da temática emergente surjam renovações dos aspectos das ciências sociais, da história e da economia. Esses intelectuais não eram espectadores da mudança, mas participantes ativos dela, seja no envolvimento da militância ao longo da vida, seja por associação a valores democráticos e à justiça social. Esse entendimento particular da sociedade moderna brasileira provocou uma profunda reflexão sobre a estrutura econômica estabelecida na sociedade de classes.

Sob o expoente da sociologia, pode-se destacar a obra de Florestan Fernandes, intelectual brasileiro que não esteve imune a estas questões sociais. Em seus estudos sobre a formação da sociedade brasileira moderna, ele demonstrou como a reprodução do capitalismo replicou e acentuou as desigualdades socioeconômicas. Tais considerações são centrais nas conclusões sobre o crescimento econômico, os alicerces coloniais da sociedade e sua importante influência na caracterização da sociabilidade e cultura nacional.

O que se denomina “crescimento econômico”, catalisador da mudança social, na verdade corresponde, no campo da sociologia de Florestan Fernandes, à formação do regime de classes na periferia do mundo capitalista. Esses aspectos, apresentados pelo sociólogo, investigaram as condições sócio-históricas, desnaturalizando a concepção de mundo subdesenvolvido inflexível ou inerente à formação histórica brasileira.

Tais perspectivas, voltadas à ampliação máxima dos fatores estruturais, significam identificar, em toda a relação da geopolítica mundial, os aspectos exploratórios da periferia do capitalismo. Essas condições também se revelam fundamentais para o confronto dos fenômenos desencadeadores do desenvolvimento em relação à reprodução das desigualdades socioeconômicas. Há, portanto, uma mudança na percepção das forças dinâmicas do regime de classes, colocando a organização do capitalismo interno e externo como premissa para a manutenção da ordem social. Sobre a ocupação destes papéis históricos e expansão das visões sociodinâmicas, Fernandes (2008) afirma:

No que diz respeito à periferia do mundo capitalista, no entanto, impõe-se que se ponha em prática uma verdadeira rotação ótica do estudo sociológico do regime de classes. [...] O que varia é o modo pelo qual o regime de classes “nasce” e se “desenvolve”, com influências dinâmicas externas que afetam tanto a história quanto as estruturas das sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas. [...] Ao estudar o regime de classes em sociedades que se defrontam com o desenvolvimento capitalista induzido e controlado de fora, além disso sujeitas ao impacto negativo das debilidades resultantes de suas posições heteronômicas, os cientistas sociais têm de operar, tanto descritiva quanto interpretativamente, com uma heterogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais e dinâmicos da diferenciação social (Fernandes, 2008, p. 34-35).

O crescimento da preocupação com as desigualdades sociais e a necessidade de mudanças na política econômica brasileira nortearam a produção intelectual deste campo sobre as condições fundamentais para o desenvolvimento social e os impasses desse processo. As bases para a visão crítica da realidade brasileira foram pautadas na história colonial,

na falta de diversidade econômica e no atraso na renovação técnica de produção. A problematização do estado de dependência brasileira, em relação ao mercado externo, levou a uma análise mais profunda dos fatores estruturais que perpetuaram esse ciclo, destacando a necessidade de uma estratégia econômica mais autônoma. Com esses questionamentos, a concentração fundiária brasileira torna-se protagonista dos novos debates sobre a implementação de reformas capazes de ressignificar a economia do país.

Essa tendência é fundamentalmente destacada em um cenário no qual as opções de industrialização da década de 1950 se mostraram ineficazes devido à dependência de capital privado e misto, envolvendo componentes comerciais nacionais e internacionais. Essa situação reforçou a dependência das importações, juntamente com o mínimo engajamento da população na demanda por bens de consumo produzidos em massa dentro da indústria. Isso indica que o mercado interno brasileiro, juntamente com as características relacionadas às nações do continente, era deficiente em poder de compra para adquirir produtos industrializados. Em outras palavras, a iniciativa de industrialização falhou em atender às necessidades estruturais que, incapazes de corresponder a soluções inovadoras, acabaram impedindo a economia de alcançar autonomia ou diversificação ainda enraizada no setor primário de exportação (Wasserman, 2017, p. 29).

Celso Furtado apresenta-se como um dos economistas mais referenciados no período. Desde a década de 1950, publicou, alinhado à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)², estudos sobre o subdesenvolvimento,

2 Criada em 1948 como um órgão adjunto da ONU, a Cepal consolidou ideias desenvolvimentistas nos projetos econômicos na América latina. Seu objetivo era criar planos de revitalização comercial, a partir de políticas de industrialização supervisionadas pelo Estado. Esse processo não excluía as empresas privadas de participarem do progresso econômico do continente, mas reservava um papel substancial para que o Estado regulasse esse processo

apontando as principais falhas na formação econômica brasileira. Ainda em 1961, abordou como a experiência histórica do latifúndio resultou na falta de modernização da economia agroindustrial, que não incorporou novas combinações produtivas (assimilação de tecnologia) capazes de garantir o desenvolvimento econômico.

Essa diversificação técnica, que permite novas circunstâncias de produtividade, levaria, segundo o autor, a um incremento no fluxo de renda, ocasionado pela possibilidade de reinvestimentos e aquecimento econômico. Entretanto, Furtado ressalta que as economias subdesenvolvidas normalmente priorizam a inserção e expansão no comércio mundial, beneficiando a classe que opera somente para esse intercâmbio externo, levando à concentração de renda (Furtado, 1961, p. 92). São esses fatores que permitem a identificação das debilidades na constituição histórica da economia do país. Para o autor:

Voltemos agora a nosso problema fundamental: a quase nenhuma modificação nas condições de vida da grande massa rural durante os decênios de industrialização. Em primeiro lugar é necessário ter em conta que a industrialização resultou em grande parte das reações processadas dentro do sistema econômico em decorrência do declínio da economia de exportação. O desenvolvimento agrícola tradicional encontrara sua força dinâmica no exterior. Foi esse impulso vindo de fora que permitiu ocupar, através da expansão agrícola, grandes extensões do território brasileiro. Esse impulso se debilitou desde o começo do século. Dessa forma, a fase de industrialização foi também uma fase de crise da grande economia agrícola de exportação. Em segundo lugar, em razão do tipo de tecnologia absorvido

com o propósito de mediar os interesses sociais, especialmente na cooperação internacional.

nas Indústrias, por um lado, e da elevação da taxa de crescimento populacional – decorrência da revolução sanitária – por outro, o desenvolvimento industrial não determinou um processo de urbanização que permitisse a absorção fora da agricultura de todo incremento da população (Furtado, 1961, p. 251).

Essa industrialização, entretanto, não ocasionaria a melhora imediata das condições de vida dos brasileiros, uma vez que a economia estivesse voltada para o mercado externo. As observações sobre o subdesenvolvimento, portanto, não correspondem a um planejamento em etapas para o avanço econômico, mas sim a uma reflexão crítica sobre a orientação para o mercado exportador e as assimetrias sociais decorrentes desse processo histórico.

A concentração fundiária brasileira é problematizada a partir da reflexão de que sua estrutura surge sem desenvolver as exigências internas, ou seja, sem que, antes de alcançar uma divisão social do trabalho mais complexa, tenha se organizado para atender às demandas de subsistência das populações locais (Furtado, 1961, p. 248).

Segundo o economista, os problemas agrários deveriam ser pensados como os primeiros obstáculos ao desenvolvimento social na América Latina, especialmente porque seria a partir dos estudos das experiências no continente que seria possível esclarecer os problemas relacionados à propriedade da terra, ao domínio nos espaços rurais e às implicações das relações de trabalho, visto que, no início da década, Furtado refletiu sobre a estagnação dos salários e as condições de vida dos trabalhadores rurais:

O enfoque estruturalista do processo de desenvolvimento tenderia a colocar em primeiro plano os problemas agrários, os quais haviam merecido pouca atenção, até recentemente, da parte dos economistas, cujo interesse

se concentrara no estudo da industrialização [...]. À medida que os obstáculos à industrialização se acumularam e que esta última se mostrou menos eficaz do que se havia esperado, como fator de transformação das estruturas tradicionais, todo um horizonte de novas preocupações se abriu. [...] As grandes reformas agrárias, que constituem os ensaios mais relevantes de uma transformação das estruturas sociais e econômicas da região, também passaram a ser estudadas com particular interesse, e esse estudo permitiu ver mais nitidamente as relações entre os sistemas de produção e a ordenação sociopolítica (Furtado, 2021, p. 80).

O entendimento de que aspectos da modernização poderiam, por si só, trazer alguma melhoria de condições de vida dos camponeses foi gradualmente abandonado, tanto pelo próprio Furtado quanto por outros agentes sociais, que deixaram de acreditar na iniciativa dos latifundiários e empresários. A Igreja Católica passou a ver a questão agrária com forte interesse na década de 1960, à medida que setores da esquerda cristã ganhavam projeção nesse debate.

A crítica católica

Além das discussões na esfera acadêmica e institucional, a situação dos pobres no Brasil foi examinada pela Igreja Católica. Em sua dimensão progressista, tanto o clero quanto os leigos começaram a questionar os principais elementos de sustentação da estrutura capitalista, incluindo a acumulação de riqueza, a exploração de trabalhadores, a violação dos direitos humanos e a forte divisão entre ricos e desfavorecidos. Essas investigações foram apresentadas pelo Concílio Vaticano II³ e tornaram-se parte do ativismo católico no

3 É possível analisar as discussões que ocorreram nas reuniões do concílio por pontos que adentram os temas da pastoral católica e concepção da missão

Brasil. Nesse contexto, a sociedade brasileira foi reconsiderada sob a ótica dos princípios cristãos revitalizados nos ensinamentos sociais da Igreja. Consequentemente, questões de longa data relacionadas ao desenvolvimento econômico do país passaram a ser desafiadas nas comunidades religiosas.

Este tipo de aproximação com aspectos da realidade popular de cristãos empobrecidos não é uma novidade na reflexão católica. Entretanto, muito do que foi abordado sobre essa situação de degradação social de trabalhadores, por exemplo, permanecia deslocado para termos de caridade e apelos aos patrões para que corrigissem os excessos no cotidiano das relações de trabalho e de produção (Mainwaring, 2004, p. 73). A chegada da década de 1960, porém, marcou um amadurecimento das propostas do catolicismo progressista, que passou a atuar com maior intensidade no campo da

dos leigos no processo de evangelização. Entretanto, um dos temas mais relevantes levantados entre 1962 e 1965 esteve circunscrito no campo da economia. Os documentos produzidos e promulgados em 1965, desta vez pelo Papa Paulo VI, reuniram novas reflexões sobre o mundo pós-guerra e o surgimento de ideologias conflitantes, ou seja, partiram de análises do tempo presente. Diante dessa polarização que afeta a cristãos no mundo todo, a igreja institucionalmente refletiu sobre os sistemas econômicos e políticos vigentes. Suas críticas ao modelo econômico e ao estado de subdesenvolvimento de alguns países ressaltam alguns efeitos: "Mas não faltam motivos de inquietação. Não poucos homens, com efeito, sobretudo nos países economicamente desenvolvidos, parecem dominados pela realidade econômica; toda a sua vida está penetrada por um certo espírito econômico tanto nas nações favoráveis à economia colectiva como nas outras. No preciso momento em que o progresso da vida económica permite mitigar as desigualdades sociais, se for dirigido e organizado de modo racional e humano, vemo-lo muitas vezes levar ao agravamento das mesmas desigualdades e até em algumas partes a uma regressão dos socialmente débeis e ao desprezo dos pobres. Enquanto multidões imensas carecem ainda do estritamente necessário, alguns, mesmo nas regiões menos desenvolvidas, vivem na opulência e na dissipação. Coexistem o luxo e a miséria. Enquanto um pequeno número dispõe dum grande poder de decisão, muitos estão quase inteiramente privados da possibilidade de agir por própria iniciativa e responsabilidade, e vivem e trabalham em condições indignas da pessoa humana." (Igreja Católica, 1965).

ação social, visando à revisão das estruturas que sustentavam as desigualdades criticadas.

A ascensão de um clero progressista no Brasil, caracterizado por suas fortes tendências reformistas, não resultou na eliminação das tensões históricas com a Igreja tradicional. Ao contrário, essa nova dinâmica revelou-se como um campo de batalha ideológico e social, onde as iniciativas de grupos vinculados à esquerda frequentemente competiram com os esforços do clero conservador, conforme observado por Dreifuss (1981). Os cristãos engajados nesse projeto progressista não se limitaram a atuar dentro dos parâmetros estabelecidos pela hierarquia formal da Igreja Católica. Em vez disso, buscaram uma desconstrução das estruturas sociais vigentes, promovendo uma contestação que ia além das doutrinas religiosas tradicionais.

Essa mobilização foi impulsionada por grupos leigos e por clérigos mais politizados, que se dedicaram a conscientizar a classe trabalhadora sobre suas condições sociais e econômicas. Esses movimentos não apenas visavam à promoção de justiça social, mas também à criação de uma rede de apoio que fortalecesse a voz dos marginalizados na sociedade. Através de diversas iniciativas, esses grupos procuraram expandir a educação política e a organização comunitária, desafiando a apatia e a passividade que muitas vezes caracterizavam a relação dos fiéis com a Igreja. Assim, a luta pela transformação destes contextos tornou-se um componente central da fé e da pastoral destes grupos.

Kadt (2004) argumenta que a formação de uma consciência católica radicalizada desempenhou um papel crucial no envolvimento de movimentos religiosos que buscavam estabelecer uma atuação pastoral em cenários além das fronteiras das dioceses tradicionais. Um dos empreendimentos mais significativos idealizados antes do Golpe de 1964 foi o

Movimento de Educação de Base (MEB)⁴. Este movimento contou com o apoio do clero progressista atuante nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil, que, por meio de escolas radiofônicas, promoveu um modelo educativo que se distanciava de uma abordagem conformista, adotando uma perspectiva libertadora.

No Nordeste da década de 1960, as relações entre patrões e empregados no campo eram cada vez mais tensionadas e polarizadas. Assim, de acordo com as posições progressistas do MEB, fazia parte da agenda criticar a classe dominante do campo. Seus privilégios históricos eram refletidos, e sua riqueza e poder eram desnaturalizados. Para que a

4 “O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado pela Igreja Católica, no início de 1961, com o objetivo de desenvolver um programa educacional, por meio de escolas radiofônicas, junto às populações das áreas rurais consideradas subdesenvolvidas do norte, nordeste e centro-oeste do país. Esse movimento, embora originado da iniciativa eclesiástica e coordenado por membros do clero, foi financiado pelo governo federal. A proposta de colaboração foi realizada por dom José Vicente Távora, então arcebispo de Aracaju, em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao recém-eleito presidente Jânio Quadros. O convênio concretizou-se pelo decreto presidencial nº 50.370, assinado em março de 1961. Alguns números permitem se vislumbrar o alcance do projeto: o MEB chegou a contar com 7.353 escolas radiofônicas abrangendo 14 Estados no início de 1964, as aulas eram então transmitidas por uma rede de 29 emissoras e, nos primeiros cinco anos de funcionamento, cerca de 320 mil alunos concluíram o ciclo de alfabetização (Fávero, 2006).” (Bilhão; Klafke, 2021). Segundo estes autores, o combate ao analfabetismo era somente um dos temas de interesse da Igreja Católica progressista. A concentração fundiária era vista ainda como um vetor de miséria devido à disparidade dos avanços sociais no campo e no meio urbano, desde o governo Kubitschek. Uma fração significativa da Igreja Católica, especialmente entre os bispos alinhados à esquerda, diante das contradições inerentes ao projeto nacional desenvolvimentista, buscava transformar a totalidade da população em protagonistas ativos do desenvolvimento, transcendendo as limitações do planejamento puramente tecnocrático. Eles defendiam a necessidade de um crescimento mais harmonioso e equitativo, que não apenas favorecesse as regiões mais desenvolvidas do centro-sul, com sua urbanização e industrialização, mas que também incluísse e valorizasse o setor rural, em especial as áreas do Nordeste. Isso se baseou em duas razões principais: a visão das dificuldades rurais e uma perspectiva de futuro que reconhecia a necessidade da reforma agrária, um tópico constante durante esse período (idem).

concentração fundiária estivesse presente, o discurso religioso articulou esses elementos tópicos da pastoral com aspectos da vida material.

Kadt, com acesso a diversos materiais pedagógicos e suas propostas de formulação de cartilhas, aborda os dilemas do conselho de bispos responsáveis por essa agenda e a projeção dos efeitos concretos como práticas sociais. O livro, publicado originalmente em 1970, reúne a seguinte mensagem na cartilha:

Donato trabalha como meeiro. Ele trabalha para sua família. A família toda precisa do trabalho de Donato. O Brasil precisa do trabalho de todos. Todas as pessoas têm o direito à propriedade e uso da terra para cultivar seu roçado – já que foram criadas por Deus. Se todos pensarem juntos pode-se achar um caminho. Todo povo que se entreaajuda vive unido e em melhor situação (Movimento de Educação de Base, 1965 *apud* Kadt, 2007, p. 233).

Esse livro continha exercícios de alfabetização, embora apresentasse propostas que mencionavam um desejo de distribuição de terras. Era dessa forma que muitos movimentos sociais católicos garantiam que suas perspectivas sociais fossem legitimadas: utilizando expressões que reafirmavam a religiosidade ao mesmo tempo em que prestavam seu serviço à sociedade. O fato de esse material ter sido veiculado após o golpe acrescenta mais camadas sobre o sentido de produção do MEB. Certos termos tiveram de ser atenuados; todavia, a mensagem original foi mantida – uma estratégia replicada por outros movimentos populares durante a ditadura, inclusive pela Ação Católica Rural.

A reforma agrária sob a visão da Ação Católica Rural

É fato que a Igreja Católica Brasileira, institucionalmente (através da CNBB), apoiou o Golpe de 1964; entretanto, muitos

setores estiveram ativos nas mesmas lutas progressistas que aderiram durante as campanhas pelas reformas de base do governo Goulart. A Ação Católica Rural surge em 1965, fundada por Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife, e pelo padre francês Joseph Servat, com o objetivo de aproximar-se das massas. Dessa forma, alguns dos debates mais caros para os trabalhadores rurais foram incorporados na ação pedagógica da ACR. Veremos, nesta seção, como a organização articulou seus argumentos religiosos nessa conjuntura repressiva para alcançar seu objetivo de mobilizar e informar os camponeses que aderiram ao movimento ou tiveram contato com os materiais de formação.

Seria previsível imaginar que a ACR apresentasse argumentos religiosos voltados para uma terra prometida e dada por Deus a todos os homens. Entretanto, no documento *Terra para todos os homens do campo*, do padre Joseph Servat, a questão central está voltada para a alienação dos direitos do homem do campo no Nordeste. A materialidade das relações de produção é trazida para a reflexão sobre a exploração do homem a partir da falta de terra para ele e sua família. São reivindicados, a partir de então, textos do Concílio Vaticano II que repensaram essa situação na tentativa de garantir um bem-estar social. O documento afirma:

O Concílio, maior voz da Igreja, lembra tal situação de injustiça. No N° 71 da Constituição: “A Igreja no Mundo de Hoje” (*Gaudium et Spes*) pode-se ler: “Em muitas regiões economicamente menos desenvolvidas existem grandes e também extensíssimas propriedades rurais, pouco cultivadas ou sem cultura nenhuma, a espera de valorização, enquanto a maior parte do povo não tem terra ou dispõe somente de parcelas mínimas, e, por outra parte, o desenvolvimento da produção nos campos se apresenta de urgência evidente. Não raro os que são contratados pelos donos para o trabalho ou que cultivam

uma parte a título de locação, recebem somente um salário ou produção indignos do homem, são privados de habitação decente e são explorados pelos intermediários. Sem segurança alguma, vivem debaixo de tal servidão pessoal, que lhes é tirada quase toda a possibilidade de iniciativa e responsabilidade, sendo-lhes proibida qualquer promoção cultural humana e participação na vida social e política.” No Nordeste, uns homens, donos de muita terra, se colocam em lugar de Deus como proprietários exclusivos (Servat, 1969).

Esse resgate dos textos do Concílio é pavimentado pela própria tendência do movimento em interpretar esses textos de acordo com seu objetivo de politizar e conscientizar o trabalhador do campo. Mesmo que o evento exercesse grande influência sobre o clero no Brasil, esse tipo de atuação mais próxima das bases ficou a cargo da parcela progressista, especialmente na América do Sul.

Dessa maneira, é possível apresentar um conjunto abrangente de conteúdos satélites que se integravam à discussão da reforma agrária. Na página subsequente, encontramos um outro texto, datado de 1961, que figura neste documento de maneira significativa. Assim, as ideias que circulavam na Ação Católica Rural não apenas refletiam uma noção legitimadora promovida pelo Vaticano, mas também estavam profundamente entrelaçadas com a identificação de seus objetivos em diferentes contextos da realidade local. A Reforma Agrária se torna um veículo para a promoção de valores sociais e espirituais, alinhando-se com as necessidades e aspirações da população rural. Reproduzindo *Mater et Magistra* (Papa João XXIII, 1961), o texto segue:

Onde está a consciência do povo sobre uma situação e um futuro comuns? Dos direitos e deveres fundamentais? Cadê as lideranças autênticas? A Organização

profissional? A Participação política para o bem comum e a defesa dos pobres?

Isso vai exigir visão certa das coisas, coragem, do homem, o povo do campo, fé e competência. Na Encíclica *Mater et Magistra* (1961) O Papa João xxiii escrevia: “Estamos convencidos que os protagonistas do progresso económico e social e da elevação cultural do meio rural devem ser os mesmos interessados, quer dizer: os lavradores” (Nº 141). Contudo, a ação dos poderes públicos há de encontrar sempre justificação de motivos do bem comum... e procurar que os cidadãos das zonas menos desenvolvidas se sintam e sejam deveras, na medida do possível, os responsáveis e os realizadores da sua elevação económica (Nº 148) (Servat, 1969).

Logo, o protagonismo dos camponeses na construção da melhoria da própria condição de vida era levantado na alçada da distribuição de terras. A ACR, portanto, encarregou-se de promover esta formação consciente do trabalhador. A inclusão de outros temas além da concentração fundiária repercute bastante nos documentos de formação de militância da Ação Católica Rural, permitindo identificar aspectos de uma cultura religiosa e formativa muito característica do período pré-golpe de 1964.

A apostila *Terra e reforma agrária no Nordeste brasileiro*⁵, de 1969, pode ser descrita quase como um dossiê sobre o tema da Reforma Agrária em voga no Brasil naquele ano. O texto

5 É deste documento que retiramos a citação que está no título deste capítulo. Havia, entre muitos dos argumentos religiosos inerentes à ACR (quando se tratava de críticas à concentração fundiária) a difusão da perspectiva de que o direito à terra também seria um direito natural estabelecido por força divina ainda nos primórdios da criação do mundo. Revisitando o Gênesis, o fragmento completa-se da seguinte forma: “A Terra é um direito natural do homem, quer seja rico, quer seja pobre “O criador deu-a a todos”. Deus deixou a terra para todos os homens, mas poucos são os donos. milhões de camponeses vivem na terra dos que dizem: “ eu sou o dono da terra”. a Terra é um desígnio de Deus. Deus deu-a a todos os homens (Cf. Gên.I, 22-23)” (ACR, 1969).

reproduz as opiniões de parcelas da classe trabalhadora que almejavam uma redistribuição de terras em um sistema agrário mais justo na região, garantindo a aproximação com a doutrina social da igreja, mas também se aprofunda na problematização de novas leis e as expectativas de cumprimento das medidas promulgadas pelos militares.

No terceiro tópico da apostila, são discutidas diversas contradições que emergem em relação à questão da posse da terra e àqueles que realmente a cultivam. A ACR propõe uma reestruturação da posse da terra no Brasil, visando beneficiar a vasta maioria dos trabalhadores rurais, que historicamente têm sido alvo de exploração por parte de seus empregadores. Essa análise crítica busca evidenciar a injustiça social que permeia as relações laborais no campo.

O argumento central dessa discussão remete aos textos bíblicos mais antigos, que estabelecem uma conexão intrínseca entre a criação do ser humano e sua capacidade de explorar e cuidar da terra que habita. Essa perspectiva sugere que a terra não deve ser vista apenas como um recurso a ser explorado, mas como um bem comum que deve ser compartilhado de maneira justa e equitativa. A ACR questionou, nesse contexto, aspectos da opressão que caracterizava o modelo econômico no mundo rural marcado pelo latifúndio:

3. Posse da terra como condição para a liberdade POLÍTICA, ECONÔMICA, RELIGIOSA E CULTURAL DO CAMPONÊS: Sabemos que Deus não vendeu terra a ninguém e ninguém pode mostrar nos cartórios um documento de que a terra “foi passado em cartório por Jesus Cristo”. A terra já era nossa, porque foi obra da natureza e somente dispondo-se da terra podemos ser cristãos desenvolvendo-nos uns aos outros de maneira mais agradável. Deus criou a terra para que ela possa ser utilizada por nós, para que a fome desapareça. Por isso, a terra é o nosso maior meio de desenvolvimento. O homem sem

terra priva-se da própria iniciativa, para viver esperando ordens de um patrão que o escraviza. Nesta situação de escravo não sabe o que fazer, não tem iniciativa do progresso da própria vida nem se interessa pela nação. Nos meios políticos e religiosos também fica dependendo dos outros. Por exemplo: “Uma pessoa que trabalhava como assalariado para um patrão dono de terra (engenho) teve que tirar uma licença especial e deixar um documento assinado e empenhado para poder sair do Engenho a fim de fazer um curso com outros camponeses e debater sobre os problemas da vida” (ACR, 1969, p. 12).

A realidade rural, marcada por coerções e abusos aos camponeses, leva a ACR a argumentar que a verdadeira liberdade ainda é uma meta distante para muitos trabalhadores. Mesmo aqueles que ocupam posições de assalariados não conseguem escapar dessa designação de cativos, pois estão frequentemente sujeitos a condições de trabalho que limitam sua autonomia e dignidade. A visão da ACR retrata esses indivíduos como prisioneiros de um sistema que perpetua as desigualdades, reforçando a ideia de que, para que a Reforma Agrária cumpra seu papel transformador, é fundamental não apenas garantir a posse da terra, mas também assegurar condições de trabalho justas e dignas que realmente promovam a liberdade e a emancipação desta classe.

Além das metáforas proeminentes associadas ao plano divino, este trecho também aborda os meios pelos quais os trabalhadores rurais podem se desenvolver. Embora a passagem específica discuta o avanço individual e o autoaperfeiçoamento cristão, essa melhoria dos padrões de vida é revisitada em outra parte da apostila em relação a uma face da política nacional. A ACR distancia-se da noção de que a Reforma Agrária serviria como uma força radicalizadora na sociedade; ao contrário, afirma-se que tal reforma seria essencial para o progresso econômico da nação. O tópico do

desenvolvimento é revisitado após o golpe desse movimento usando uma linguagem bastante análoga às discussões realizadas pelos círculos intelectuais antes da ditadura. Essas questões são apresentadas da seguinte forma:

A reforma agrária deve favorecer a sobrevivência da Nação e o verdadeiro desenvolvimento do povo brasileiro, permitindo a todos as mesmas iniciativas e chances de participação na economia do país. A reforma agrária vai favorecer as cidades. Toda a indústria depende do desenvolvimento da nação. Para o homem ser mais interessado e viver despreocupado sem precisar dos outros. É necessário a Reforma Agrária, para que sobreviva a Nação, e sua realização deve ser urgente. Para isto, o Governo deve tomar uma atitude com todas as suas forças, para realizá-la em breve. Parece ser o melhor meio de acabar com a “desordem” com o “comunismo”. Já existe a lei no Brasil. É dever de um governo verdadeiro colaborar com a agricultura para acabar com o atraso e a miséria do povo brasileiro. Para evitar uma fome maior do que a que já existe no mundo. Porque sem terra e sem lavoura, não se pode viver, sendo a mesma terra, fonte de sobrevivência da nação. A Reforma Agrária é condição do desenvolvimento da indústria. Para o desenvolvimento da paz e para o desenvolvimento da nação. “Do jeito que vai, as fábricas de máquinas agrícolas vão fechar.” Posse de terra para uns é meio de escravizar os homens que trabalham. Cada qual deseja trabalhar em cima de seu pedaço de terra (ACR, 1969, p. 9).

Os temas debatidos são um reflexo de duas questões: a primeira diz respeito à relevância da Reforma Agrária para o público-alvo da ACR – uma classe camponesa empobrecida e explorada, inserida culturalmente na mentalidade católica; a segunda refere-se ao que estava em debate na sociedade daquele período. Em 1969, o Ato Institucional Nº 9

foi publicado⁶, somando-se à legislação da questão agrária, como o Estatuto da Terra, dando atenção à questão da concentração fundiária no Brasil. Obviamente, como um governo de extrema direita, a Ditadura Militar não tinha nenhuma intenção de promover mudanças estruturais na sociedade brasileira; ainda assim, isso não impediu que o movimento se apropriasse de questões legais para instruir seus militantes e tentar conscientizá-los não somente da necessidade, mas da prerrogativa legal à qual a discussão estava inserida.

Com certa profundidade, os próprios militantes da ACR reconheciam que a possibilidade de execução da Reforma Agrária pelas bases militares seria impossibilitada pelas forças patronais que se correlacionaram com a ditadura. Muito se argumentava que a resposta sobre a reforma agrária deveria ser executada pelo próprio povo e que nada seria realmente resolvido através do governo golpista. No mesmo documento:

II) A REFORMA AGRÁRIA (O que dizem): O povo diz que a Reforma Agrária é conversa do governo. O povo não confia no governo porque ele “enquanto dá 1 tira 10”. Rio Grande do Norte, por exemplo, o Governo desapropriou os pequenos proprietários (na região dos açudes) e o povo ficou sendo apenas moradores nas terras do governo. Não gozam das mesmas vantagens dos proprietários,

6 Editado em 25 de abril de 1969, o Ato Institucional estabelecia o seguinte: “O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, CONSIDERANDO a motivação contida nos Preâmbulos dos Atos Institucionais nºs 5 e 6, respectivamente, de 13 de dezembro de 1968 e 1º de fevereiro, de 1969; CONSIDERANDO, ainda, que a Reforma Agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que impliquem alterações de ordem constitucional, resolve editar o seguinte Ato Institucional: Art. 1º - O § 1º do art. 157 da Constituição federal passa a vigorar com a seguinte redação: Para os fins previstos neste artigo a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata, correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas” (Brasil, 1969).

nem têm condições de ter empréstimos dos Bancos, porque não têm documentos das terras onde moram. Foram reduzidos à condição de simples arrendatários do próprio governo federal. O povo desconfia que a Reforma “vem pra iludir os bestas”, dizem uns. “A terra está nas mãos dos grandes proprietários, por isso a estrutura não muda”. Na Bahia há muitos camponeses que não acreditam na Reforma Agrária, porque sabem que neste estado de coisas os grandes proprietários não a aceitam” (ACR, 1969, p. 2).

Mesmo assim, o movimento continuou inserido nos debates da sociedade naquelas décadas de ditadura e, ao mesmo tempo, realizando seu trabalho pastoral de evangelização, atuando em dioceses e realizando encontros periodicamente para reprogramar aspectos da atuação entre os trabalhadores rurais. A Reforma Agrária continuou a ser argumentada como uma necessidade essencial para o camponês, assim como outros temas que se tornaram latentes na realidade do campo: entre eles, a seca, a violência patronal e a persistente tentativa da ACR em construir bases sindicalistas de trabalhadores que pudessem alinhar-se ao projeto político da organização. Essa estratégia visava empoderar os camponeses, instigando um senso de responsabilidade e de luta por seus direitos, mesmo em um contexto de repressão e autoritarismo.

Considerações finais

A questão agrária no Brasil segue como um dos problemas sociais mais latentes deste século. Conflitos no campo são fortemente divulgados, assim como a exploração do trabalhador em áreas rurais também, inclusive na categoria de trabalho escravo. Logo, os apontamentos da Ação Católica Rural, mesmo que imersos na ética cristã, fornecem elementos de

uma luta que não se esgota, mesmo que de diferentes abordagens. Pouquíssimo se avançou em termos de políticas que redefinam o processo de concentração fundiária no Brasil. Em dados de 2017, 1% das propriedades agrícolas ocupava 45% do território rural no país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). É necessário compreender que a concentração de terras também corresponde à concentração de poder e riquezas. Os efeitos de tais estruturas socioeconômicas foram amplamente discutidos pela ACR no período da Ditadura Militar.

O legado dos debates promovidos por essas iniciativas ainda ecoa com força nos dias de hoje, especialmente em virtude da persistente ausência de soluções eficazes para as demandas sociais que emergem em nossa sociedade. A ACR, ao explorar as diversas possibilidades de atuação que se apresentavam, também cultivou uma cultura de contestação que se manifestou de maneira incisiva antes do Golpe de 1964. Essas iniciativas, que se desenrolaram em um contexto de repressão, continuam a ter uma relevância histórica indiscutível, pois foram fundamentais para fomentar o debate sobre ideias que, em muitos casos, eram silenciadas ou marginalizadas, especialmente durante o período do Regime Militar. Por outro lado, a atuação progressista dentro da Igreja Católica brasileira, embora tenha recebido um certo impulso com as adesões que se seguiram ao Concílio Vaticano II, ainda se mantém como um setor minoritário. Isso revela a complexidade das dinâmicas sociais e religiosas no Brasil, onde as vozes progressistas lutam para encontrar seu espaço em um contexto mais amplo que tende a favorecer visões conservadoras. Portanto, essas reflexões não apenas permanecem atuais, mas também oferecem uma contribuição valiosa para uma historicização mais abrangente das lutas pela Reforma Agrária no Brasil.

Referências

- ACR. Ação Católica Rural. *Terra e Reforma Agrária no Nordeste brasileiro*, Novembro/1969. Fundo ACR. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).
- BILHÃO, I. A.; KLAFFE, Á. A. Igreja, Estado e educação: uma análise da constituição do Movimento de Educação de Base (MEB). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 21, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/QgkyCknBSVnpRHbhdYVJDgR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 9*, de 25 de abril de 1969. Dá nova redação aos parágrafos 1º e 5º e revoga o parágrafo 11 do artigo 157 da Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.
- FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Editora Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. As reformas agrárias latino-americanas. In: STEDILE, J. P. (org.). *Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- IGREJA CATÓLICA. *Gaudium et Spes*: constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual. Concílio Vaticano II, 7, dez. 1965.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário 2017: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- KADT, E. *Católicos radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.
- LÖWY, M. *O que é Cristianismo da Libertação*. Religião e Política na América Latina. Expressão Popular: São Paulo, 2016.
- MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- NAPOLITANO, M. 1964: *história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2015.
- PAPA JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*: Carta encíclica sobre o desenvolvimento da doutrina social da Igreja. 1961.
- SERVAT, J. *Terra para todos os homens do campo*, Outubro /1969. Fundo ACR. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (Nudoc).

Grito no Nordeste em perspectivas interdisciplinares

Felipe de Lima França¹

Introdução

Nas ciências humanas, pesquisar sobre temas religiosos apresenta desafios próprios, com suas dimensões transcendentais, simbólicas e comunitárias, tocando questões de identidade, cultura e significado, áreas que estão profundamente interligadas à experiência humana. Nessa abordagem, a investigação não apenas observa fatos, mas lida com sistemas de crenças que moldam e impactam experiências individuais e coletivas, exigindo modos de proceder sensíveis e metodologicamente rigorosos, que levem em consideração tanto a historicidade dos fenômenos quanto suas implicações culturais e sociais.

Um distanciamento analítico que trate a religião como um fenômeno cultural e/ou social, considerando-a uma instituição que influencia e é influenciada por processos históricos, sociais, políticos e econômicos, embora útil para contextualizar, muitas vezes subestima a dimensão teológica e a espiritualidade vivida pelos fiéis. Portanto, surge a necessidade de uma abordagem mais integrativa, que leve em conta tanto a religião enquanto sistema de ideias quanto suas práticas individuais e comunitárias.

1 Mestrando em Ciência da Religião (UFJF) e História (UFF). Especialista em Ensino Religioso (UFPI).

A interdisciplinaridade deve ser um aspecto central nessas pesquisas, pois a religião, por ser um fenômeno multifacetado, requer o diálogo principalmente entre as disciplinas tais como história, sociologia, filosofia, antropologia, psicologia, ciência da religião e teologia. A integração dessas áreas permite uma análise mais integral, já que a religião atravessa esferas que vão desde o simbólico e o litúrgico até o social/cultural e político. No caso da Ação Católica Rural (ACR), e seu principal veículo de comunicação de ideias, o jornal *Grito no Nordeste*, essa abordagem interdisciplinar é fundamental para entender a construção teológica, a mobilização social e a formação de identidades no campo rural e religioso.

Dentro da ciência da religião, a análise da ACR permite um olhar diferenciado sobre a relação entre religião e sociedade, especialmente em contextos de repressão e resistência. Esse movimento não apenas buscou evangelizar o campo – ou seja, difundir a mensagem dos evangelhos cristãos –, como também construiu uma teologia própria voltada para as necessidades concretas dos trabalhadores rurais. Essa abordagem, que vai além da simples análise doutrinária, investiga como a prática religiosa se conectou com questões como justiça social, reforma agrária e a luta por direitos humanos, que são temas centrais nas ciências da religião.

Na década de 1960, o contexto da Igreja Católica foi profundamente transformado pelo Concílio Vaticano II, que trouxe novas perspectivas sobre o seu papel no mundo contemporâneo. Realizado entre 1962 e 1965, representou uma abertura para novas formas de presença na sociedade e valorizou a atuação de homens e mulheres na missão eclesial. Essa transformação preparou o terreno para movimentos como a ACR, que abraçou a ideia de uma Igreja mais próxima das necessidades sociais e políticas das diversas margens e fronteiras.

A busca pela descentralização da autoridade eclesiástica e a valorização do papel das pessoas não ordenadas – diáconos, padres ou bispos (os três graus da hierarquia exclusiva aos homens) – deram à Igreja uma nova dinâmica. O leigo passou a ser visto como protagonista da evangelização, especialmente nas zonas rurais, onde o clero tinha dificuldades de atuar. A ideia de uma “Igreja em saída”² e aberta às realidades sociais do mundo contemporâneo impulsionou a criação de novos movimentos que atuavam diretamente na base da sociedade.

Dom Helder Camara, um dos participantes ativos do Concílio Vaticano II, assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife em 1964, trazendo consigo as inspirações conciliares de uma Igreja mais atenta aos pobres e marginalizados. Influenciado pelas novas diretrizes do concílio, o arcebispo implementou uma série de iniciativas voltadas para a justiça social, entre elas a criação da ACR, em 1965. Sua atuação no Nordeste brasileiro fez dele uma figura central na articulação entre fé e luta social, promovendo teologias que também dialogavam com as necessidades das diversas periferias geográficas e existenciais.

O contexto político do Brasil, a partir do Golpe Civil-Militar de 1964, intensificou a repressão a movimentos sociais e políticos, criando um ambiente de vigilância e controle. Os movimentos católicos, no entanto, continuaram a desempenhar um papel fundamental, especialmente em iniciativas como a ACR, que, mesmo em meio à ditadura, encontraram formas de articular a fé cristã com as demandas por justiça social. Esse contexto reforçou a importância da ACR como uma “voz profética” que desafiava as estruturas opressoras,

2 “Igreja em saída” foi uma das primeiras convocações que o Papa Francisco (2013-2025) fez no documento Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (ou a Alegria do Evangelho) publicada em novembro de 2013.

oferecendo aos trabalhadores rurais uma perspectiva de esperança e dignidade.

Para a Igreja e para o Brasil, a existência de um movimento como a ACR foi crucial, tanto por criar espaços de evangelização quanto por formar uma consciência política entre os trabalhadores rurais, oferecendo-lhes teologias e ações pastorais que legitimaram suas lutas por direitos. A ACR se tornou um instrumento necessário para a formação de leigos engajados, capazes de articular a fé com as questões sociais mais urgentes, como a reforma agrária e os direitos trabalhistas.

A ACR foi um dos primeiros movimentos na Igreja Católica brasileira a conceder esse espaço aos trabalhadores como protagonistas da evangelização no campo no pós-Golpe de 1964. Esse protagonismo foi fundamental para a difusão da nova mensagem cristã em áreas rurais, onde o clero tradicionalmente tinha pouca presença. Ao colocá-los no centro da evangelização, a ação não apenas respondeu aos desafios pastorais do Nordeste brasileiro, mas também promoveu uma nova forma de entender o “ser Igreja”, onde o laicato tinha voz ativa nas questões espirituais e sociais.

O *Grito no Nordeste*, seu jornal interno, é um exemplo claro desse novo papel autônomo dos leigos na evangelização preterida e na colaboração em rede, funcionando como um veículo de comunicação entre as diferentes comunidades rurais, articulando lutas e reflexões teológicas, sociais e políticas. As publicações não só divulgavam informações sobre as atividades do movimento, mas também ofereciam espaços para as pessoas expressarem suas vozes e contribuírem, direta ou indiretamente, conscientes ou inconscientes, na construção de uma teologia que partia de suas próprias experiências de vida, trabalho, luta e conquistas.

Atualmente, é comum ver mulheres e homens assumindo papéis importantes dentro da estrutura oficial administrativa

da Igreja Católica, especialmente após 2013, sob o pontificado do Papa Francisco, que tem incentivado a valorização do laicato. No entanto, a experiência da ACR, a partir de 1965, durante o período da Ditadura Civil-Militar, já era possível identificar esse protagonismo leigo em um momento em que a Igreja começava a experimentar timidamente novas formas de engajamentos pastorais e sociais, liderando processos de evangelização e de articulação política, demonstrando que o espaço eclesial podia, desde aquele momento, ter liderança, ocupação e participação ativa de pessoas fora da hierarquia católica patriarcal.

Dentro desta perspectiva, o *Grito no Nordeste* torna-se uma fonte rica para pesquisadores de diversas áreas, ao documentar a luta, as conquistas e as vitórias das populações rurais no Brasil. Ele oferece um material valioso para a história e a sociologia, registrando a atuação de movimentos sociais e religiosos em um contexto de repressão e resistência. Além disso, é possível acompanhar as dinâmicas internas da ACR e compreender como a articulação entre fé e política foi vivida no cotidiano dos trabalhadores rurais.

Para além dessas áreas, essas publicações apresentam uma das primeiras teologias rurais criadas no Brasil do pós-Golpe Civil-Militar, resultado da síntese entre as experiências de vida e trabalho dos camponeses e as reflexões teológicas da ACR. Os trabalhadores rurais, por meio de suas práticas e vivências, construíram narrativas teológicas que dialogavam com os desafios e as esperanças do campo, mostrando que a teologia não se limita aos ambientes clericais ou eclesiais, mas pode emergir diretamente da realidade experienciada e vivida pelas diversas comunidades.

O objetivo deste texto é apresentar uma abordagem interdisciplinar do *Grito no Nordeste*, reconhecendo a importância da ACR nas pesquisas historiográficas e, a partir dessa perspectiva, abrir caminho para a análise de temas teológicos

dentro do campo da ciência da religião, explorando como esse material serve como fonte valiosa para entender as dinâmicas entre fé e questões sociais nas comunidades rurais brasileiras no pós-1964.

O jornal *Grito no Nordeste*

Como já foi mencionado, o *Grito no Nordeste* é um periódico criado em 1965 pela Ação Católica Rural, destinado à divulgação das atividades do movimento e das realidades enfrentadas pelos trabalhadores rurais. De acordo com a dissertação de *História Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979)*, de Pedro Silva, o jornal se caracteriza por sua função educativa e de conscientização, promovendo debates sobre questões sociais, políticas e religiosas pertinentes à vida no campo. Com uma linguagem acessível e abordagem direta, tornou-se um veículo importante para expressar as demandas dos camponeses, articulando suas lutas em um período de repressão política e controle social (Silva, 2012, p. 20). Em sua análise, Silva aponta que, em 1970, havia cerca de 10 mil assinantes, demonstrando seu impacto e relevância na época (Silva, 2012, p. 20, p. 105-106). O *Grito* aparece também como uma fonte valiosa na tese *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*, de Socorro Abreu e Lima (2012), e é citado na obra *Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950 - 1990)*, de Antônio Montenegro (2019). Ambos os autores reconhecem a relevância do jornal para compreender as dinâmicas sociais e políticas no Brasil, durante a Ditadura Civil-Militar, fornecendo evidências sobre a atuação da ACR e sua influência nas lutas dos trabalhadores rurais, uma perspectiva interna e autêntica das experiências vividas.

A história da Igreja Católica local, contextualizada por Severino Vicente da Silva, em *Entre o Tibre e o Capibaribe*:

os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife (2014), investiga as transformações e tensões vividas durante esse período. Embora não aborde diretamente a ACR, sua análise do Concílio Vaticano II e de suas novas diretrizes é essencial para entender o contexto em que o movimento foi criado, e o jornal reflete essas mudanças que ocorriam nas bases eclesiais, tornando-se fundamental para compreender como a Igreja local se posicionou em relação às inúmeras demandas da época.

A relevância desse material para a sociologia é evidente na análise de movimentos sociais, visto que sua documentação é parte do acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais da UFPE (Nudoc). Essas publicações registram lutas e conquistas dos trabalhadores rurais, permitindo investigar as dinâmicas sociais, a organização coletiva e as estratégias de resistência numa conjuntura de repressão, oferecendo fontes sobre a mobilização social e a formação de identidades coletivas entre os camponeses, o que contribui para o entendimento das relações de poder e das transformações sociais.

Do ponto de vista antropológico, o jornal é rico para analisar as práticas culturais e as tradições dos trabalhadores rurais, registrando não apenas as lutas sociais, mas também as práticas religiosas, rituais e expressões culturais que permeiam a vida no campo. Ao abordar as questões identitárias e culturais dos camponeses, contribui para a compreensão das interações entre cultura e religião, evidenciando como as práticas cotidianas estão imersas em significados e valores compartilhados.

No âmbito da teologia, essa fonte é crucial para o estudo da Teologia da Libertação, não só difundindo as ideias e reflexões teológicas que emergem da experiência dos trabalhadores rurais, mas também por se tornar um espaço de

articulação entre uma teologia crítica e comprometida com a justiça social. Essa conexão reflete a proposta de uma face progressista da Igreja, que buscou responder às demandas dos marginalizados, reafirmando a relevância da espiritualidade na transformação das realidades sociais.

A partir da perspectiva da ciência da religião, o *Grito no Nordeste* se destaca por sua capacidade de integrar diferentes abordagens teóricas, constituindo-se como um campo de estudos para a análise da religião e da espiritualidade presentes nas práticas cotidianas dos trabalhadores rurais, o que permite a investigação das intersecções entre fé, cultura e sociedade. Essa análise enriquece o entendimento sobre as diversas formas de vivência religiosa e suas implicações sociais, destacando a pluralidade das experiências religiosas no Brasil.

Por fim, essa fonte também é relevante para a filosofia, pois propõe uma reflexão sobre conceitos de subjetividade e identidade. As narrativas e práticas registradas revelam como os trabalhadores rurais atribuem significados a suas vidas e experiências, oferecendo uma visão filosófica sobre a condição humana e a busca por dignidade. Essa capacidade de reunir perguntas existenciais e sociais em um único espaço fortalece o jornal como uma ferramenta crítica para o entendimento das complexidades da vida no campo. Ao articular temas que vão da teologia à sociologia, passando pela antropologia e filosofia, esse veículo de comunicação se estabelece como uma fonte multifacetada, essencial para compreender não apenas as dinâmicas do campo, mas também o papel da religião na transformação social. Essa pluralidade evidencia um recurso inestimável para pesquisas acadêmicas, contribuindo para um debate mais amplo e enriquecedor no âmbito das ciências humanas.

O Grito no Nordeste como fonte

Diversos autores têm usado o *Grito no Nordeste* como fonte primária em suas pesquisas, o que realça a importância desse periódico para compreender o movimento da Ação Católica Rural e a produção acadêmica em diferentes campos de investigação. Essa seção apresenta uma breve revisão de como esses trabalhos utilizaram essa mesma documentação, reforçando a sua relevância para a análise de movimentos históricos, sociais e religiosos no Nordeste brasileiro.

De acordo com Socorro Abreu e Lima, o contexto histórico em que o jornal surgiu foi marcado por intensas lutas sociais, especialmente no campo, com destaque para o estado de Pernambuco. A partir dos anos 1950, movimentos como as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais começaram a organizar os trabalhadores em torno de demandas essenciais, como a reforma agrária e os direitos trabalhistas. Com a ascensão do governo de Miguel Arraes no início de 1963, houve um breve período de incentivo à organização rural, que foi drasticamente interrompido pelo Golpe Empresarial-Militar de 1964 (Abreu e Lima, 2018, p. 90-91).

A dissertação *Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979)* destaca o papel dessas publicações como uma importante ferramenta de comunicação e conscientização do movimento, pois possuía periodicidade trimestral e era distribuído entre os militantes, servindo para divulgar as atividades internas, relatar os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais e fomentar discussões teológicas que surgiam (Silva, 2012, p. 105-106), criando, assim, uma rede interna de colaboração.

Esse projeto tinha o objetivo de ser a voz para os trabalhadores rurais, muitos dos quais viviam à margem da sociedade e eram frequentemente ignorados em suas demandas. No depoimento do padre José Servat, registrado na obra

Travessias: padres europeus no Nordeste brasileiro (1950-1990), o fundador do jornal descreve sua liderança na produção e, embora inicialmente mimeografado, serviu até como subsídio de formação em diversas dioceses, usado em pregações e encontros locais. Ao longo dos anos passou a ser impresso, mas manteve a preparação com o envolvimento ativo de militantes e dirigentes, sob a coordenação de Servat até 1983 (Montenegro, 2019, p. 259).

O artigo *A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985* destaca como essas publicações foram capazes de conectar as lutas sociais no campo com as reflexões teológicas da Teologia da Libertação, tornando-se um espaço essencial tanto na articulação entre as demandas dos camponeses e a Igreja Católica. Além disso, desempenharam papel central na formação dos militantes ao discutir temas como sindicalização, reforma agrária e direitos humanos, por meio de uma linguagem que buscava empoderar os trabalhadores rurais (Abreu e Lima, 2018, p. 90-95).

Assim como outros periódicos produzidos por movimentos sociais, o *Grito* surge como uma forma de resistência à grande imprensa corporativa, que geralmente representava os interesses dos patrões e ignorava as demandas dos trabalhadores (Silva, 2012, p. 157). Ao se consolidar como uma voz autêntica dos trabalhadores, desempenhou um papel essencial na construção de uma narrativa que desafiava as estruturas opressoras tanto no campo quanto nas esferas eclesiais.

A tese *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos* foi um dos primeiros trabalhos acadêmicos que utilizou o *Grito no Nordeste* como fonte primária, muito antes de sua digitalização pelo Núcleo de Documentação da UFPE, acessando o periódico na sede da ACR em Recife, para cobrir o período de 1967 a 1980 (Abreu e Lima, 2012, p. 231). Essa

utilização reforça sua importância para a historiografia dos movimentos rurais e eclesiais.

Com o condicionamento físico e a digitalização recente, o *Grito no Nordeste* se torna ainda mais acessível, potencializando novas pesquisas sobre os movimentos sociais e religiosos que marcaram o Brasil a partir da década de 1960, principalmente pelo contexto de repressão e censura inaugurado com o Golpe de 1964. A seguir, serão mencionados alguns desses primeiros trabalhos desenvolvidos a partir da consulta do acervo físico e digital disponibilizado pelo Nudoc/UFPE.

A dissertação de História *Fermento da massa: formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968)*, de Maria Gabriela Vieira de Souza, também lança luz sobre o papel formador do jornal na mobilização dos trabalhadores rurais, destacando como se tornou essencial para a formação política e social da militância, contribuindo para a construção de uma consciência crítica entre os trabalhadores (Souza, 2023, p. 180). Ainda de acordo com a autora, um dos objetivos centrais era expor as realidades do cotidiano rural, muitas vezes marcadas pela violência estrutural e pela exclusão. Ao publicar episódios concretos da vida dos camponeses, criou-se um senso de identificação entre os leitores, por mostrar que suas lutas não eram isoladas, e sim compartilhadas por muitos. Essa abordagem gerou uma consciência coletiva, fundamental na construção de um sentimento de solidariedade entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que fortalecia a mobilização coletiva em resposta às adversidades enfrentadas no campo (Souza, 2023, p. 181).

Outro aspecto importante foi o espaço dedicado às cartas enviadas pelos próprios militantes da ACR, oferecendo uma perspectiva mais orgânica e pessoal sobre as lutas diárias individuais e coletivas, relatando experiências de amigos e familiares, proporcionando uma visão direta das dificuldades

enfrentadas no cotidiano. No jornal, a inclusão dessas vozes foi uma forma de dar protagonismo aos trabalhadores rurais, permitindo que eles compartilhassem suas experiências e participassem ativamente da construção do movimento (Souza, 2023, p. 182; 203-204).

No texto completo publicado nos anais do “VI CONACIR – Congresso Nacional de Ciência da Religião: religião busca pela paz e direitos humanos”, promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2022, *Um “Grito no Nordeste” brasileiro de 1967: os direitos humanos e divinos por meio da Ação Católica Rural*, França e Silva destacam a inspiração do caráter profético do jornal, comparando-o com o grito do personagem João Batista no deserto, considerado o último profeta na tradição cristã, que antecede a prometida salvação da tradição judaica, assumindo um grito coletivo em que homens, mulheres e crianças se uniram para reivindicar seus direitos à dignidade e à justiça social (p. 254), interpretando-os como elementos indispensáveis para participar da salvação judaico-cristã.

Através do jornal, os camponeses se identificaram e se reconheceram como participantes de uma luta maior, inspirados em temas teológicos católicos, como a própria fé cristã e a esperança na ressurreição de Jesus. Dessa forma, promoveu-se uma evangelização rural consciente de seu compromisso com a libertação social, incentivando os trabalhadores a assumirem um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa e digna, na qual já se refletisse a ideia concreta de “Reino de Deus já chegou”, pregado por Jesus (Lc. 11, 20) e transmitido nas tradições cristãs.

No capítulo “Despertar os leigos para uma ação no campo: um grito no Nordeste por direitos (1967)”, do e-book *Pensamentos e Influências em Religião e Teologia*, França e Silva apontam que a ACR, através de seu jornal interno, já antecipava a importância da ideia de cidadania muito antes da

promulgação da Constituição de 1988, ao priorizar formação social e evangelização que desenvolvesse uma consciência crítica entre os camponeses (França; Silva, 2023, p. 95).

A pesquisa desenvolvida na monografia de História *Os começos esperançosos, de 1965-1969: a mediação da Ação Católica Rural entre os direitos humanos e divinos por meio do jornal Grito no Nordeste* foca na análise dessa ferramenta de mediação entre a espiritualidade cristã e a luta por justiça social. Ao usar o jornal como sua principal plataforma de comunicação, a ACR conseguiu conectar as demandas por direitos humanos às reflexões religiosas, reforçando a ideia de que a busca pela dignidade e pelos direitos no campo era também uma expressão da fé cristã (França, 2023, p. 15).

Por fim, ao analisar o *Grito no Nordeste*, é possível perceber a riqueza dessa fonte para estudos, sendo arriscado delimitar e nomear sua relevância em pesquisas que não tenham diálogos interdisciplinares. O jornal permitiu que os trabalhadores rurais se reconhecessem como protagonistas de suas próprias histórias, ao mesmo tempo que oferecia um espaço para reflexões teológicas sobre a justiça social e a dignidade humana. Seu legado permanece vivo, especialmente após sua digitalização pelo Nudoc/UFPE, que amplia o acesso a essa fonte e possibilita novas investigações sobre o papel da Ação Católica Rural no Brasil.

O Grito no Nordeste na Ciência da Religião e Teologia

O estudo de fontes históricas que atravessam a fronteira entre a teologia e a ciência da religião revela o quanto essas disciplinas se complementam na análise das manifestações religiosas que se entrelaçam com dinâmicas sociais e políticas. No contexto brasileiro, o *Grito do Nordeste* se destaca como um documento central para a compreensão da relação entre religião e engajamento social.

Sua análise oferece uma rica perspectiva sobre como o catolicismo, quando imbricado às lutas populares, transforma-se em uma prática que ultrapassa os limites do espiritual para adentrar o campo da resistência política. A abordagem de autores como Danièle Hervieu-Léger, Sidnei Nogueira, Frederico Pieper, Elisa Rodrigues, Maurice Halbwachs, Eric Hobsbawm, Carlo Ginzburg e Talal Asad permite compreender essa transformação sob diferentes prismas, a partir das teorias que eles elaboraram sobre religião, memória e tradição.

Danièle Hervieu-Léger, em sua obra *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*, oferece uma chave de leitura central para a análise dos processos religiosos que envolvem a continuidade e a transformação das tradições religiosas, apresentando o conceito de cadeia de memória, que é a base da transmissão religiosa ao longo das gerações (Hervieu-Léger, 2015, p. 27-28). No contexto de um movimento social e religioso, como o da ACR, é possível perceber que a preservação da fé católica, em um ambiente rural e politicamente conturbado, depende da criação de uma memória coletiva que ressignifica tradições à luz das novas realidades sociais.

As publicações não apenas documentam essa memória, mas também a transforma, atualizando-a em consonância com as exigências de justiça social, algo fundamental para manter a relevância da tradição católica em um período de intensas mudanças. Assim, a perspectiva de Hervieu-Léger nos permite entender como a fé, enquanto memória viva, é adaptada para enfrentar os desafios do presente.

Complementando essa análise de memória, Maurice Halbwachs, em sua teoria da memória coletiva, oferece um arcabouço teórico para interpretar o jornal como um veículo de articulação da memória dos trabalhadores rurais. Para o sociólogo francês, a memória não é apenas um ato individual, mas uma construção social, e, no contexto da luta

camponesa mediada pela fé cristã, ela adquire um caráter profundamente comunitário (Halbwachs, 2009, p. 34-35). A guisa dessa visão, o periódico torna-se um espaço onde as experiências de opressão, resistência e fé são registradas e compartilhadas, servindo não apenas para a documentação, mas também para a criação de uma narrativa coletiva que une a comunidade em torno de um objetivo comum. Esse processo reforça a memória dos eventos e reinterpreta a fé à luz das necessidades contemporâneas. Através dessa perspectiva, o documento analisado não é apenas uma fonte de informação, mas também um meio ativo de construção da identidade coletiva dos trabalhadores rurais.

Eric Hobsbawm (1997, p. 9-10), em seu trabalho sobre tradições inventadas, oferece uma outra dimensão relevante para a análise. O *Grito no Nordeste*, ao documentar e refletir sobre as ações e teologias desenvolvidas pelos camponeses, preserva uma tradição existente e contribui para a criação de novas formas de expressão religiosa que respondem aos desafios do tempo presente.

A tradição católica, tal como era vivida pelos trabalhadores rurais, não era uma continuidade estática, mas uma tradição reinterpretada e adaptada às suas necessidades de conscientização de si na luta por direitos. Ao resgatar práticas religiosas e (re)interpretá-las dentro de um contexto de resistência política, o jornal pode ser lido como parte de um processo de “invenção” de uma nova tradição, em que o catolicismo se torna um meio de articulação política e social.

Esse aspecto político e social é aprofundado pela leitura de Sidnei Nogueira (2020), especialmente em sua obra *Intolerância religiosa*, publicada pela coleção “Feminismos Plurais”, ao ressaltar que, muitas vezes, movimentos religiosos de resistência surgem como respostas à opressão não apenas religiosa, mas também social e política. O caso da Ação Católica Rural, como registrado no periódico, pode

ser visto como uma forma de resistência contra as tentativas do Regime Civil-Militar de silenciar e subalternizar os trabalhadores rurais e suas práticas religiosas. Nogueira também oferece uma perspectiva crítica que nos permite ver como a religião, em muitos casos, torna-se uma ferramenta de resistência contra a opressão estatal e econômica. Assim, essa fonte pode ser analisada como um documento religioso e como um manifesto político, em que a fé é mobilizada para defender os direitos dos marginalizados.

A dimensão crítica da religião como uma construção de poder e resistência também é abordada por Talal Asad, em *A construção da religião como uma categoria antropológica*. O conceito de religião não é universal, mas sim uma construção moldada por relações de poder (Asad, 2010, p. 263-265). Nesse sentido, o periódico da ACR nos permite ver como o catolicismo foi ressignificado pelos trabalhadores rurais, na perspectiva de prática isolada de espiritualidade, além de uma resposta às realidades sociais e políticas do seu tempo, desafiando as concepções hegemônicas de religião, ao mostrar como a fé pode ser vivida de maneira profundamente enraizada nas lutas cotidianas por direitos e dignidade.

Nesse contexto de dimensões de memória, tradição e poder, Carlo Ginzburg também oferece uma metodologia útil para a análise do periódico, ao afirmar que “a análise micro-histórica [...] movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia” (Ginzburg, 1989, p. 178). A micro-história, focada em narrativas e experiências locais, permite olhar para o documento como um reflexo das vidas individuais dos trabalhadores rurais, suas crenças, e suas lutas. O historiador italiano propõe valorizar essas histórias “menores”, que revelam dinâmicas sociais e religiosas maiores. No caso do periódico, os relatos pessoais dos camponeses, seja dos poucos identificados com nome e sobrenome ou

os inúmeros anônimos não nomeados, oferecem uma visão detalhada de como a teologia, a espiritualidade e a prática religiosa eram vividas e adaptadas no contexto da representação política.

Por fim, a perspectiva de Frederico Pieper, em *Desconstrução da categoria 'religião' e seus desdobramentos epistemológicos*, pode ser aplicada para refletir sobre como o periódico ultrapassa os limites do que tradicionalmente se entende por religião (Pieper, 2023, p. 184), convidando a questionar as fronteiras entre o sagrado e o profano, e a fonte analisada faz exatamente isso ao demonstrar como a teologia pode ser articulada de maneira profundamente inserida nas lutas políticas e sociais.

Como já foi enfatizado anteriormente, ao considerar essas diferentes abordagens teóricas, o *Grito no Nordeste* se revela uma fonte rica e multifacetada por oferecer novas compreensões e novos questionamentos sobre a interseção entre religião, política e memória. As discussões teológicas e sociais nele contidas, articuladas a partir das experiências dos trabalhadores rurais, desafiam as concepções tradicionais de religião e demonstram a importância da fé como força de resistência e transformação social.

O jornal *Grito no Nordeste* e o ensino básico: diálogos interdisciplinares

O *Grito no Nordeste* também se apresenta como uma fonte histórica rica e interessante para o Ensino Básico, contribuindo significativamente para a construção de um aprendizado crítico e reflexivo, especialmente no âmbito das Ciências Humanas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que norteia as práticas pedagógicas no Brasil, enfatiza a formação integral dos estudantes, destacando o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico, a argumentação

e o respeito à diversidade. Em consonância com esses objetivos, o estudo e a utilização em sala de aula desse jornal oferece uma oportunidade valiosa para promover uma educação que articule diferentes disciplinas e que conecte o passado histórico ao presente, incentivando as crianças e jovens a refletirem sobre o papel da religião e da política nas lutas por direitos. A BNCC estabelece, por exemplo, que o ensino de história deve proporcionar uma compreensão dos processos históricos, incluindo os direitos humanos, as lutas sociais e a resistência popular (Brasil, 2017, p. 9; 19; 561; 567).

Nesse sentido, a utilização do *Grito* em sala de aula se alinha com a proposta de promover uma análise crítica sobre o Regime Civil-Militar brasileiro, particularmente no que se refere à opressão das classes camponesas e à resistência desses trabalhadores. Segundo Circe Bittencourt, a educação histórica precisa estar vinculada ao respeito à diversidade e à conscientização cidadã (Bittencourt, 2004, p. 18-22). Através da utilização dessas fontes, os estudantes podem conhecer a vida no campo, as condições de trabalho e as estratégias de resistência social durante um dos períodos mais difíceis da história brasileira, integrando isso ao estudo da Ditadura, um dos tópicos centrais do currículo de história para o Ensino Médio.

Além disso, a BNCC menciona a importância de trabalhar com fontes históricas autênticas, oferecendo a oportunidade de analisar documentos que refletem a realidade vivida pelas populações (Brasil, 2017, p. 418). O *Grito no Nordeste* certamente pode ser utilizado como uma dessas fontes, permitindo que os jovens pesquisadores desenvolvam habilidades analíticas, ao trabalhar um documento que não apenas registrava os acontecimentos, mas também desempenhava um papel ativo na mobilização dos trabalhadores rurais. Através da análise de seu conteúdo, é possível abordar temas como a reforma agrária, a desigualdade social, a

violação aos direitos humanos e a religiosidade popular, oferecendo uma visão mais ampla da história social do Brasil.

No campo da ciência da religião, o debate atual sobre o ensino religioso no Brasil, regulamentado pela Resolução CNE/CP nº 05/2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em ciências da religião, ressalta a necessidade de uma abordagem plural e crítica no tratamento das religiões já contemplada na BNCC (Brasil, 2017, p. 437). Já o Parecer CNE/CP nº 12/2018 reforça que o ensino religioso deve favorecer o exercício da liberdade de pensamento e crença, incorporando as diferentes tradições religiosas e filosóficas, como uma forma de promover a liberdade de concepção e cidadania em um Estado laico e democrático, conforme previsto pela Constituição Federal de 1988.

O periódico, com seu conteúdo fortemente influenciado pela Teologia da Libertação e pelas reflexões de base cristã católica, pode ser utilizado como um recurso pedagógico para explorar a relação entre religião e política no Brasil. No artigo *O ensino religioso no Estado Laico Brasileiro e a Lei Municipal 7.280/2019*, os autores discutem que o ensino religioso deve estar alinhado aos objetivos da formação básica do cidadão, assim como a compreensão do ambiente natural, social e político, e o entendimento sobre tecnologia, artes e valores sociais (Barcellos *et al.*, 2021, p. 141-142). Ademais, Elisa Rodrigues, no artigo *Ciência da religião e ensino religioso: efeitos de definições e indefinições na construção dos campos*, discorre sobre a necessidade do ensino religioso reflexivo, no qual o componente curricular deve promover o respeito à diversidade religiosa, incentivando os estudantes a reconhecerem a importância das religiões no contexto sociopolítico (Rodrigues, 2015, p. 61-63).

Nesse sentido, o jornal proporciona uma reflexão sobre como o catolicismo progressista foi utilizado para embasar

tanto a luta por justiça social quanto para a construção de uma consciência crítica entre os camponeses nordestinos, sendo um exemplo concreto de como a pedagogia religiosa pode atuar em contextos de autoritarismos, resistências e negligência dos direitos fundamentais das pessoas.

Ao abordar questões de ética e cidadania, o ensino de filosofia, utilizando o jornal, permite que temas fundamentais como moral, justiça e direitos humanos sejam explorados a partir de uma perspectiva vivencial. Ao questionar “o que é o ser humano?” e “quais são seus direitos e deveres?”, estimulam-se discussões sobre a dignidade humana e as obrigações sociais, trazendo à tona debates acerca da ética cristã e dos direitos dos trabalhadores, incentivando o pensamento reflexivo, ao utilizar essa fonte para promover diálogos em sala de aula sobre a moralidade das ações de resistência e a legitimidade da luta por direitos, conectando esses debates às realidades vividas no campo.

Portanto, o *Grito no Nordeste* se revela uma ferramenta interdisciplinar, provocando a simbiose entre história, ciência da religião, filosofia e outras disciplinas. Sua relevância no Ensino Básico vai além do conteúdo histórico, promovendo a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas responsabilidades éticas e sociais por não só documentar a luta dos trabalhadores rurais, mas também articular um discurso que combina religião, política e direitos humanos, enriquecendo o processo educativo e permitindo que os estudantes compreendam a complexidade dos fenômenos sociais e históricos que moldaram o Brasil contemporâneo.

Considerações finais

O *Grito no Nordeste* emerge como uma fonte indispensável para o estudo das intersecções entre religião, política e movimentos sociais no Brasil, em especial no Nordeste, durante

o período do Regime Civil-Militar. Além de ser um veículo de comunicação e resistência, o jornal contempla um momento histórico de intensa transformação nas práticas religiosas, especialmente no que tange à articulação entre a fé católica e as lutas por justiça social.

A relevância do periódico não se limita à sua função de documentação histórica: ele oferece uma janela para entender como os camponeses construíram, a partir de suas experiências de opressão e resistência, uma teologia própria e profundamente enraizada nas realidades do campo, servindo de mediador entre os discursos teológicos vindos das esferas clericais e as vivências concretas dos trabalhadores rurais, que (re)interpretaram esses discursos à luz de suas demandas por terra, trabalho e dignidade. Nesse sentido, o *Grito no Nordeste* não apenas difunde, mas também constrói teologias.

A memória dos trabalhadores rurais, suas lutas, e a prática religiosa católica não são meramente conservadas; elas são atualizadas, criando uma narrativa de resistência que, ao mesmo tempo em que se enraizou no passado, se abriu para novas formas de religiosidade política. Esse movimento é essencial para entender a relação entre religião e modernidade, que desestabiliza estruturas religiosas tradicionais, mas, paradoxalmente, reforça novas práticas religiosas que respondem às demandas contemporâneas.

O processo de digitalização recente do *Grito no Nordeste* abre novas possibilidades para a pesquisa acadêmica, permitindo que novas gerações de pesquisadores e estudiosos explorem essa rica fonte, democratizando o acesso a esse material, ao mesmo tempo que possibilita leituras contemporâneas, especialmente à luz das discussões sobre memória, política e religião que emergem em tempos de crescente desigualdade e intolerância.

O material preservado no jornal continua a inspirar não só estudos sobre a Ação Católica Rural e o movimento camponês, mas também oferece *insights* valiosos para a compreensão das formas contemporâneas de luta e resistência que ainda se apoiam na intersecção entre religião e política.

Assim, o *Grito no Nordeste* se estabelece como um objeto de estudo fundamental não apenas para historiadores, teólogos, cientistas da religião e todos aqueles interessados em entender como a religião, quando inspirada por ideais progressistas, pode ser uma força de mudança social. Sua análise continua relevante, demonstrando que, embora as condições históricas possam mudar, as questões que ele levanta – de justiça, dignidade e resistência – permanecem tão atuais quanto no momento de sua criação.

Referências

ABREU E LIMA, M. S. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 9, n. 18, p. 89–118, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/criticahistorica/article/view/5597>. Acesso em: 25 mar. 2026.

ABREU E LIMA, M. S. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/429>. Acesso em: 7 dez. 2022.

ASAD, T. A construção da religião como uma categoria antropológica. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 19, n. 19, p. 263-284, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/44990>. Acesso: 27 mar. 2026.

BARCELLOS, L. A.; HOLMES, M. J. T.; CAHÚ, M. P.B.; CAVALCANTI, A. P. R. O ensino religioso no Estado Laico Brasileiro e a Lei Municipal 7.280/2019. *Estudos de Religião*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 127-150, 2024. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/estudosreligiao/article/view/319>. Acesso em: 27 mar. 2026.

BÍBLIA DE JERUSALÉM ONLINE. Evangelho de Lucas. *Liturgia das Horas Online*. Disponível em: <https://liturgiadas horas.online/biblia/biblia-jerusalem/lucam/11-2/>. Acesso em: 18 out. 2024.

BITTENCOURT, C. F. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, C. F. (Org). *O saber histórico na sala de aula*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso: 26 mar. 2026.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 5, de 28 de dezembro de 2018*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2019-pdf/105531-rcp005-18/file>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. *Parecer CNE/CP nº 12/2018, aprovado em 2 de outubro de 2018*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura em Ciências da Religião. Brasília: DF, 2018.

FRANÇA, F. L. “Os começos esperançosos, de 1965-1969”: a mediação da Ação Católica Rural entre os direitos humanos e divinos por meio do jornal *Grito no Nordeste*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/53173>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FRANÇA, F. L.; SILVA, S. V. “Despertar os leigos para uma ação no campo”: um grito no Nordeste por direitos (1967). In: SILVEIRA, R. P. (Org.). *Pensamentos e Influências em Religião e Teologia*. v. 1. Formiga: Editora Uniesmero, 2023. Disponível em: <https://zenodo.org/records/7750592>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FRANÇA, F. L.; SILVA, S. V. Um “Grito do Nordeste” brasileiro de 1967: os direitos humanos e divinos por meio da Ação Católica Rural. In: *Anais do VI CONACIR- Congresso Nacional de Ciência da Religião: religião, busca pela paz e direitos humanos*. Juiz de Fora: PPCIR/UFJF, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ZXkhmTi9xTT7rZjiDPlI___kTg_WTYIoL/view. Acesso em: 29 ago. 2024.

GINZBURG, C. *A microhistória e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 2009.

HERVIEU-LÉGER, D. *O Peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MONTENEGRO, A. T. *Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019.

NOGUEIRA, S. *Intolerância religiosa*. Feminismos Plurais. Coordenação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2020.

PIEPER, F. Desconstrução da categoria “Religião” e seus desdobramentos epistemológicos. *Numen*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, p. 188-207, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/42524/26719>. Acesso: 27 mar. 2026.

RODRIGUES, E. Ciência da religião e ensino religioso. Efeitos de definições e indefinições na construção dos campos. *Rever*, São Paulo, ano 15, n. 2, p. 55-66, 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/rever/article/view/26184/18848>. Acesso em: 27 mar. 2026.

SERVAT, J. *Um Grito no Nordeste: A Experiência da AC.R. no Brasil, 1956-1986*. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, s/d.

SILVA, P. H. P. *Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, S. V. Igreja católica e ditadura civil-militar: algumas palavras sobre a experiência da Arquidiocese de Olinda e Recife. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 37, n. 1, p. 70-84, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/240168>. Acesso em: 27 mar. 2026.

SILVA, S. V. *Entre o Tibre e o Capibaribe: Os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife*. 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2014.

SOUZA, M. G. V. *Fermento da massa: formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51318>. Acesso em: 10 out. 2024.

“Só tem é cana”**A persistência da violência na zona rural nordestina (1986-2008)**Maria Carolina Alves de Oliveira¹**Introdução**

O “fim” da Ditadura Empresarial-Militar,² caracterizado por transformações de ordem política, social e econômica, não representou uma ruptura definitiva no cenário de violência no meio rural do Nordeste. O autoritarismo não se extingue com o Regime, uma vez que, se o definirmos como “uma estrutura política profundamente hierárquica, por sua vez escorada numa visão de desigualdade entre os homens”, a qual “comporta normalmente um notável emprego de meios coercitivos” (Stoppino, 1998, p. 94), podemos perceber que essa conjuntura nunca deixou de existir no campo nordestino. A violência, como aspecto de coerção e controle social, compõe uma das estruturas responsáveis pela manutenção do sistema de exploração da força de trabalho pelas classes dominantes rurais. O conceito de violência aqui utilizado se refere ao “uso de força física ou poder, em ameaça ou na

1 Graduada em História (UFPE).

2 A partir do proposto por Dreifuss (1986), a classe empresarial estava intimamente ligada ao regime, não apenas no sentido de se favorecer, mas também ocupando papéis de destaque, compondo a ditadura desde o início, a partir do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Isso possibilita que o regime seja definido não apenas como militar, mas também civil, e predominantemente, empresarial. Desse modo, a opção pelos termos Ditadura Empresarial-Militar parece ideal.

prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Krug *et al.*, 2002, p. 5), conforme definição da Organização Mundial da Saúde. Isto é, aqui estão compreendidas práticas que, dotadas de intencionalidade, não resultam necessariamente em lesão corporal, de modo que injúria psicológica, falta de recursos básicos e direitos fundamentais estão abarcados nesta definição. No contexto da sociedade canavieira nordestina, tais práticas violentas constituem-se como endêmicas (Dabat, 2012), inserindo-se em uma complexa estrutura sócio-política.

O objetivo central deste capítulo é analisar a estrutura, os mecanismos e as formas de manifestações da violência a partir do jornal *Grito no Nordeste*, durante o período que sucedeu a Ditadura Empresarial-Militar. O boletim em questão era uma das principais ferramentas utilizadas pela Ação Católica Rural (ACR)³ para oportunizar o engajamento e a organização política dos homens e mulheres do campo, frente a uma realidade marcada pela exploração e pelas injustiças sociais. Exponente da imprensa alternativa, o *Grito* começou a circular a partir de 1967, trazendo, em linguagem simples e acessível, uma gama de assuntos referentes à vivência camponesa, constituindo verdadeiro espaço de sociabilidade do trabalhador rural nordestino. A variedade de gêneros textuais presentes nas páginas do jornal nos permite identificar estruturas, dimensões e agentes próprios do quadro dos conflitos existentes no campo nordestino.

É em uma dessas edições – ed. 136 – (Grito, ed. 136, 1995), de uma década após o Regime, que encontramos um texto do peregrino francês Eric Guyader sobre a opressão e a precariedade da vida no campo, especificamente na zona canavieira.

3 Para mais detalhes sobre a ACR, ver os capítulos 4 e 5 desta coletânea.

O relato descreve duas crianças que trabalham no corte de cana quase como autômatos, sujeitos a um trabalho árduo, cujas vozes são silenciadas sob o peso da opressão e da violência patronal. Cobertas de carvão e cinzas, elas representam não apenas a exploração, mas também a desumanização em um sistema que as nega a infância e a dignidade. Guyader destaca: “Ao peregrinar entre as canas, ouve-se um grito silencioso que sobe das entranhas da mãe Terra. O próprio ar está debaixo da lei do silêncio que reina aqui / Liberdade não tem. Dignidade não tem. / *Só tem é cana...*” (Guyader, 1995, p. 9, grifo nosso). Neste relato, temos um exemplo de como se perpetua o ciclo de injustiças e de impunidade da estrutura fundiária violenta e autoritária nas entranhas da zona canavieira nordestina.

O tema da violência no campo já foi amplamente discutido, principalmente no que se refere a sua ocorrência antes e durante o Regime Empresarial-Militar. No entanto, o *Grito no Nordeste* constitui uma fonte inédita para a tratar do assunto. No periódico, é possível encontrar toda sorte de registros de práticas violentas, como iconografia, poesias, textos de conscientização, depoimentos dos trabalhadores e reportagens tecendo denúncias de práticas violentas, que são suficientes para demonstrar a continuidade de uma estrutura autoritária mesmo após o fim do Regime Ditatorial de 1964. Desse modo, este texto está dividido em três seções: a primeira buscará compreender o histórico da violência e impunidade na zona rural do Nordeste brasileiro, identificando as diferentes dimensões, tipificações e agentes envolvidos; na segunda, trataremos das variadas representações da violência no campo presentes no jornal *Grito no Nordeste* da ACR, durante o período pós-Ditadura Empresarial-Militar, buscando compreender a diversidade de manifestações retratadas em suas edições; por fim, a terceira parte focará em

demonstrar a permanência do autoritarismo e da violência no campo nordestino após o Regime.

Breve história da violência no campo nordestino

Ao tratar da história do campesinato brasileiro, percebemos que essa é pautada, sobretudo, nos conflitos referentes à distribuição e concentração fundiária. A longevidade da luta pela terra remonta aos tempos da colonização e invasão de territórios indígenas; atravessando a devastação do arraial de Canudos pelo exército, no sertão baiano, entre 1896 e 1897; assim como o massacre da comunidade rural de Pau de Colher (BA), em 1938, durante o Estado Novo varguista, por parte da força policial de Pernambuco. Não são poucos os exemplos semelhantes ao longo da história do Brasil. Portanto, buscaremos tecer um recorte histórico a partir dos anos 1940, quando a designação “camponês” adquire revestimento político, com o crescimento da organização dos movimentos de trabalhadores rurais.

Em primeiro lugar, vale salientar que o campesinato brasileiro é plural, visto que se manifesta a partir de formas e dinâmicas muito particulares, abarcando como agentes diversas categorias – a exemplo de posseiros, meeiros, lavradores, foreiros, pequenos arrendatários etc. –, cada qual com reivindicações próprias, ainda que articuladas, sendo elas: direitos e garantias trabalhistas, posse e manutenção da terra e reforma agrária (Carneiro; Cioccarì, 2011). Tais reivindicações compõem, na verdade, demandas de classe.⁴ Nesse sentido,

4 Aqui, entendida sob a perspectiva do conceito thompsoniano: um grupo de pessoas que se identificam a partir de categorias de interesses, experiências sociais, tradições e valores comuns, de modo a “definir a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas” (Thompson, 2001, p. 169).

[...] todas as ações e lutas camponesas recebem, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativa de aliciamento, de acomodação, de subordinação. O direito da propriedade que, afinal de contas, o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação, é o *mesmo direito* que o capitalista invoca para expropriar o camponês (Martins, 1990, p. 16).

Em vista disso, compreende-se que a experiência camponesa é acompanhada da violência desde as suas fundações, manifestando-se de diversas formas, desde a repressão física em conflitos de terras até a marginalização social e econômica das comunidades rurais.

A segunda metade da década de 1940 foi assinalada pela presença dos trabalhadores do campo na esfera do debate político nacional, principalmente com a criação das Ligas Camponesas e a articulação dos sindicatos dos trabalhadores rurais – ambos movimentos fomentados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, em 1947, um decreto do governo Gaspar Dutra instituiu a ilegalidade do PCB, o que acarretou na perseguição e repressão aos camponeses pelo Estado, aliado às oligarquias rurais. Ainda assim, os movimentos dos trabalhadores rurais continuaram a atuar, mesmo que na clandestinidade, de modo a constituir suas demandas (CEMVDHC, v. 1, 2017).

Nas décadas de 1950 e 1960, o Nordeste destacou-se como a região com maior número de movimentos reivindicatórios e associações camponesas de caráter classista, na medida em que as articulações sindicais, greves e congressos agrícolas avançavam como um rastro de pólvora (CEMVDHC, v. 1, 2017). Foi justamente após essa crescente agitação ideológica que, em 1963, durante o mandato do presidente João Goulart, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que estendia ao campesinato os direitos já concedidos ao

operariado urbano pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 20 anos antes. Com o respaldo do ETR, os sindicatos passaram a contar com o apoio jurídico para pleitear benefícios como salário mínimo, férias, aviso prévio e décimo terceiro salário.

As elites açucareiras nordestinas não assistiriam inertes e, por conseguinte, a opressão se tornou cada vez mais comum: a exemplo da Chacina do Engenho Oriente, em Itambé, Mata Norte de Pernambuco, no ano de 1963, em que Jeremias, um militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), junto a outros trabalhadores rurais, sofreu emboscada pelo proprietário José Borba e seus jagunços, sendo assassinado por um tiro de rifle (Gallindo, 2010). Nesse sentido, percebemos que a conjuntura do campo no pré-Golpe:

assemelha-se a uma moeda de dupla face: de um lado, uma forte história de luta e de resistência, de organização e de solidariedade de classe; de outro, uma triste história [...] de despejo sem indenização pelas benfeitorias e lavouras, de trabalho obrigatório sem pagamento e de rotineiro uso da violência (CEMVDHC, v. II, 2017, p. 162).

Em outros termos, para a classe patronal açucareira nordestina, a incipiente legislação trabalhista não passava de letra morta. O mundo rural continuava sendo cenário trágico de violação dos direitos humanos, expressada pela aliança entre a esfera privada – das milícias e dos jagunços e pistoleiros ostensivamente armados pelos latifundiários – e a esfera estatal – da polícia militar e do exército. Foi a partir de 1964, no contexto da Ditadura Empresarial-Militar, que esses laços se estreitaram e a garantia da impunidade encorajou toda sorte de práticas bárbaras, majoritariamente contra líderes sindicais, acusados de “subversão” contra o regime puro e simplesmente por reivindicarem melhores condições de vida e trabalho. É importante observar que o

mesmo autoritarismo tradicional presente na zona rural, associado a latifundiários, grileiros e “senhores de engenho”, nas últimas décadas, manifesta-se a partir de grupos industriais e conglomerados financeiros (Carneiro; Ciocari, 2011).

A violência contra os trabalhadores rurais, anterior e posterior ao Golpe, revela-se essencialmente complexa e se manifesta sob roupagens diversas. As práticas mais notificadas costumam ser aquelas que afetam direta ou indiretamente a integridade física desses indivíduos, tais como espancamentos, ameaças, homicídios, prisões, despejos, chacinas e cárcere privado – subnotificados nas páginas policiais dos grandes noticiosos. Por outro lado, é possível identificar ações violentas tácitas, como destruição de plantações, soltura do gado nas roças, bloqueio de acesso a nascentes, contaminação de cursos d’água, degradação da mata originária e precarização do trabalho, as quais visam a desmobilização dos camponeses. Todos os abusos mencionados compõem o quadro de violência no campo nordestino que abrange diversas tipificações, incluindo as dimensões física, psicológica, material e simbólica, refletindo as consequências dos atos para os trabalhadores. Essas atrocidades não são casos isolados, mas sim parte de um aparato de repressão intrincado que busca controlar e silenciar os trabalhadores rurais. Como registram Carneiro e Ciocari:

em determinadas regiões, como na zona canavieira, isso é facilitado pela concepção vigente – propalada pelos senhores de engenho – de que, sendo trabalhadores que usam como instrumentos de trabalho a faca e a foice para cortar cana, a única forma possível de fiscalização do seu trabalho é a *coação constante*, a possibilidade, sempre presente, de agressão física sobre o trabalhador (Carneiro; Ciocari, 2011, p. 40, grifo nosso).

A imposição da coação, conforme destacado acima, reflete uma lógica perversa que busca manter o sistema de exploração vigente. Tal estratégia é alimentada por uma cultura de impunidade que protege os agressores e perpetua a vulnerabilidade dos trabalhadores. Ao criar um ambiente de medo e insegurança, as elites rurais asseguram a continuidade de práticas que favorecem a concentração de terras e recursos, em paralelo à deslegitimação das reivindicações por direitos e garantias fundamentais. Nesse cenário, a violência se torna uma ferramenta de controle social, utilizada para desestimular a organização dos trabalhadores e arrefecer suas demandas.

Na próxima seção, debruçar-nos-emos sobre como o jornal *Grito no Nordeste*, importante veículo de classe e espaço de sociabilidade para os camponeses, aborda e documenta essas violências mesmo após o fim do Regime Empresarial-Militar.

Retratos da violência no *Grito no Nordeste*

Como proposto por Tânia Regina de Luca, os jornais feitos *por e para* trabalhadores demonstram um imenso potencial, no que tange ao estudo das condições de vida e da organização política destes indivíduos, configurando essencialmente espaços de sociabilidade, uma vez que reúnem “[...] pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (Luca, 2010, p. 140). Tendo isso em vista, entendemos o *Grito no Nordeste* como um projeto coletivo próprio do campesinato, marcado por suas experiências cotidianas. E, sabendo que a lógica da violência se faz corrente na zona rural nordestina, não é de surpreender a presença de práticas perversas ao longo das páginas do periódico. O recorte que privilegiamos vai desde a edição 88 (1986) até a edição 186 (2008), ou seja, compreendendo o pós-Ditadura, mas mantendo o enfoque em tudo que se refere

à temática da violência. Esse recorte totaliza 41 edições, que trazem os mais diversos tipos de representação, tais como notícias, iconografia, poesias, textos de conscientização e reflexão teológica e cartas enviadas pelos leitores. Aqui, foi feita a opção de dar destaque à análise de alguns dos registros que revelam a permanência do autoritarismo no campo nordestino, mesmo com o final do regime.

Desde a primeira publicação analisada (ed. 88/1986), é possível observar casos de violência documentados pelo *Grito*. Em uma de suas matérias acerca do cenário em diferentes municípios nordestinos, a situação é descrita no Engenho Itapirema de Baixo, em Goiana (Pernambuco), onde foram destruídos sítios e plantações de “moradores de engenho” por homens armados. Os trabalhadores ainda sofreram ameaças de que mais hectares de cultura seriam devastados pelos tratores. Os “moradores” logo procuraram a Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, atual Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco), o In-cra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o governador do Estado de Pernambuco e o sindicato local, porém, nenhuma medida foi tomada e essas instituições permaneceram inertes. A matéria do periódico da ACR ressalta, de maneira incisiva, a impunidade e a permanência do quadro de violência no pós-ditadura, como podemos notar no excerto que afirmava: “Na ‘Nova República’ o latifúndio ainda pode destruir, esmagar as culturas do povo sem que as autoridades da nação assumam verdadeiras responsabilidades” (Grito, ed. 88, 1986, p. 9). Fica claro que, mesmo com o fim do regime, a impunidade e o mandonismo continuam a reinar na zona rural nordestina.

Em um artigo publicado na edição 89 do *Grito*, por ocasião da Páscoa, encontramos uma reflexão que articula o

Evangelho de Cristo à luta pela terra, conforme o seguinte trecho: “o povo brasileiro, e essencialmente o Trabalhador Rural, vem experimentando na pele ao longo dos anos, a Vida, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo” (ed. 89, 1986, p. 5). O escrito, de título *Páscoa: no passado e no presente, esperança para o povo*, convida os trabalhadores a identificar nos conflitos rurais os sinais de ressurreição, ressaltando que, assim como Jesus e seus doze apóstolos celebraram a Páscoa em meio a perseguições, os camponeses também encontraram força e esperança em sua luta, mesmo diante da violência perpetrada por jagunços e pistoleiros. A mensagem de que a terra é um dom de Deus, pertencente a quem nela vive e trabalha, ecoa com intensidade, reafirmando que a resistência é um ato sagrado.

A edição 98, publicada em 1987, noticia o assassinato do líder sindical Deraldino Mendes Rodrigues, trabalhador rural de Várzea do Poço, na Bahia, pelo latifundiário Genésio Gomes do Nascimento. Os abusos do proprietário não se iniciaram com o homicídio, mas já aconteciam por meio de outras práticas autoritárias para com os moradores da área. Primeiro, Genésio interditou o caminho utilizado pelos trabalhadores para transportar o gado em direção ao rio. Em seguida, fechou a “cancela de saída” da propriedade de Deraldino, o que deixou a vítima isolada. No dia do atentado à vida do líder sindical, a questão da porteira foi discutida e foi acordado que seria resolvida com as autoridades competentes, no entanto, no momento em que o trabalhador ia embora, foi atingido e morto pelas costas por tiros, desferidos por Genésio. Esse caso é importante para compreender que as práticas violentas não ocorrem isoladamente: o assassinato destes trabalhadores costuma ser o paroxismo de um processo composto por diferentes faces da opressão, que vão desde as mais tácitas às mais explícitas.

O ano de 1988, o mesmo da promulgação da chamada Constituição Cidadã, não passaria ileso da ocorrência da violência no Nordeste. A edição 102 já inicia com uma capa marcante, em que podemos observar a gravura creditada a Udo Lohoff: nela, um trabalhador é representado crucificado, tal qual Cristo, em meio ao canavial. O flagelo do camponês, explorado pelo latifúndio, em muito se assemelha às chagas de Jesus, condenado à pena capital pelos romanos. Outro elemento de destaque na capa é a poesia do Padre Arnaldo Liberato⁵, intitulada “A força do fraco”, dedicada aos trabalhadores da cana, mortos e vivos anônimos. Destacamos o seguinte trecho:

Maldito usineiro
Maldito capital,
Que espanca o trabalhador
E endeusa o canavial.
[...]
Usurento de nascença
De crescimento brutal
Alimenta-se da carne humana
De todos que morrem no canavial
(Grito, ed. 102, 1988).

Os versos em questão carregam forte crítica ao sistema capitalista e à exploração inerente à *plantation*⁶ açucareira, utilizando linguagem visceral que expõe a crueldade do trabalho nas plantações de cana. A metáfora de “alimentar-se da carne humana” ilustra a maneira como os trabalhadores

5 Assistente Geral da ACR, quando na ausência do Padre José Servat, a partir do ano de 1983 (Grito, ed. 73, 1983).

6 Neste contexto, entendida à luz das ideias de José Marcelo M. F. Filho (2020), o termo abrange o espaço açucareiro em sua totalidade, considerando sua lógica produtiva, estruturas e mecanismos, formas de organização e modo de existir.

são tratados como meros recursos para o lucro, sem qualquer consideração por suas vidas e dignidade. A referência ao “crescimento brutal” do usineiro sugere uma crítica ao capitalismo, que privilegia a acumulação de riqueza em detrimento do bem-estar dos indivíduos.

Ainda na mesma edição, encontramos a reportagem *Zona canavieira: história, vida e lutas* / “O açúcar com gosto de sangue”, que detalha a história da zona da cana, as condições de vida e de trabalho dos canavieiros, a partir de seus depoimentos, passando pela situação de desemprego e pelas suas lutas. A rotina exaustiva de trabalho de homens, mulheres e crianças começa às quatro horas da manhã, encerra às oito da noite – chegando por vezes até às dez da noite –, sendo pagos com baixos salários que mal sustentam as famílias, conforme o relato da trabalhadora pernambucana Cícera Alves:

O salário não dá nada não. Sabe porquê? Porque a gente ganha 275 cruzados por dia, um quilo de charque já é 240 cruzados, né? Uma cuia de farinha é Cz\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzados), um bujão de gás tá por 400 cruzados, aqui. Como é que dá pra viver? Não dá nunca pra viver (Grito, ed. 102, 1988, p. 6).

As condições de saúde, moradia e educação também são descritas como sub-humanas. Para além disso, a violência física também se faz presente, justamente no sentido de manter toda essa estrutura atroz, como informa o alagoano Benedito José:

Se for dizer tudo não tem papel que caiba. Só vou dizer que cada dia se agrava mais a *violência organizada*. Tem grupos secretos de pistoleiros ligados à UDR [União Democrática Rural], só para matar... Se mata no canavial, na rua e em todo canto. Matam para roubar e também para defender o privilégio dos grandes (Grito, ed. 102, 1988, p. 6, grifo nosso).

A primeira publicação do ano xxiii traz na seção das cartas dos leitores, *Os Amigos Escrevem*, um forte relato vindo do município de Araruna (Paraíba), onde a lógica do abuso de poder impera por parte dos grandes proprietários, principalmente com a escalada dos conflitos de terra no estado. Os trabalhadores enfrentam não só os algozes latifundiários, mas também o braço armado do governo, que zela pela propriedade privada, permitindo a opressão dos camponeses. Prisões, incêndios criminosos às casas das famílias, ameaças de morte, espancamentos e processos judiciais são exemplos das arbitrariedades executadas pela polícia, em conchavo com ruralistas e seus capangas, contra homens, mulheres e crianças, citadas pelo leitor Manoelzinho, autor da carta enviada à redação do *Grito*. O “amigo” põe fim à sua denúncia com um questionamento: “Até quando vai isso?” (*Grito*, ed. 108, 1990, p. 5). Os conflitos no campo, de fato, não parecem encontrar um desfecho, pelo menos não com um final feliz para a classe trabalhadora, como veremos nas edições dos anos seguintes.

Na edição 128, de 1993, o jornal do trabalhador rural reserva uma seção à temática da “luta pela terra”, onde é exposto o histórico dos conflitos fundiários no Brasil, desde a chegada dos portugueses, reproduzindo trechos do livro *A luta pela terra no Brasil*, de autoria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A matéria enfatiza que, na sociedade brasileira, a formação das classes sociais e a constituição do poder econômico e político estão justamente atreladas ao domínio e à posse de terra. No momento seguinte, a questão da violência no campo é esmiuçada a partir das seguintes dimensões: a “violência do latifúndio”, a “violência dos latifundiários”, a “violência do Estado” e a “violência do preconceito”. O primeiro aspecto é frisado como a opressão velada e silenciosa, sobretudo estrutural, que marginaliza os camponeses, priva-os do acesso às condições mínimas de vida (subnutrição,

falta de acesso à educação e saúde, péssimas condições de habitação, entre outras) e submete-os à rotina de trabalho extenuante; toda essa conjuntura de carestia é comparada ao holocausto, pela redação do *Grito*. A seguir, temos a dita violência “visível” ou física, que surge como reação às lutas dos trabalhadores por direitos, entendidos como ameaça aos interesses dos latifundiários. Conforme o periódico,

Este tipo de violência tem três objetivos muito claros:

1. Eliminar lideranças que passam a aglutinar os trabalhadores nas lutas pela reforma agrária e melhores condições de vida e trabalho.
2. Criar medo, pânico e passividade na maioria dos trabalhadores. Assim não se movem, não se organizam, não lutam, porque temem as represálias e as brutalidades.
3. Manter o poder e o mandonismo local dos fazendeiros, fazendo com que todos sigam suas ordens e se curvem às suas vontades (*Grito*, ed. 128, 1993, p. 10).

Tal trecho enfatiza o caráter intencional e sistemático que permeia o contexto de constante coação, que, como já discutido anteriormente, é utilizado de modo a manter a ordem social desigual vigente (Carneiro; Cioccarì, 2011). Em terceiro lugar, o âmbito estatal se refere aos abusos promovidos pelas polícias militares, federal, civil e exército; o braço armado do Estado salvaguarda o latifúndio, através principalmente das prisões, espancamentos, repressão de manifestações de movimentos populares e assassinato, de modo complementar à violência privada. Por último, a violência do preconceito é alimentada por estigmas e narrativas distorcidas veiculadas pela grande mídia, o que legitima a opressão e oculta a realidade estrutural dos conflitos. Nesse sentido, o *Grito* fornece uma importante reflexão acerca dos mecanismos de opressão contra o campesinato. Fica

evidente que a luta pela terra não é apenas uma demanda por acesso à terra, mas uma busca por direitos e pela afirmação da cidadania dos trabalhadores rurais.

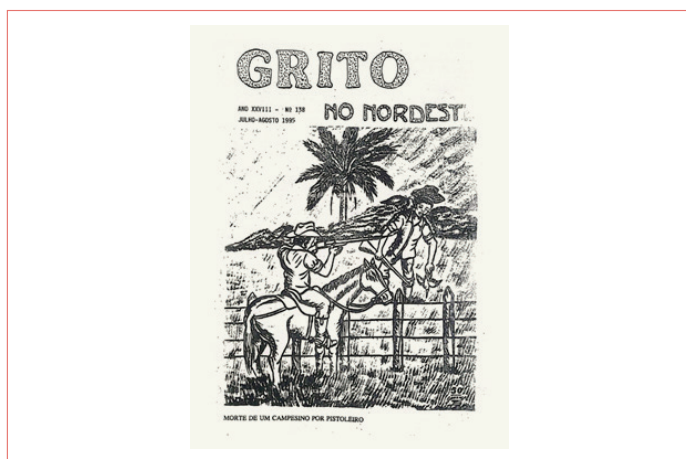
Na edição 136, de 1995, aparece o relato do peregrino francês Eric Guyader, que descreve seu encontro com duas crianças retornando do corte de cana – uma cena que ilustra a desumanização a que esses jovens estão submetidos. A descrição das crianças, que caminham “como adultos debaixo de uma opressão grande demais”, enfatiza a perda da infância, substituída pela rotina árdua de trabalho. O contraste entre a inocência infantil e a realidade brutal do trabalho forçado é palpável, e a fala de uma das crianças sobre “obedecer” ao dono da usina revela a relação de submissão que permeia a vida no campo. Guyader capta a essência do sofrimento coletivo, ao afirmar que, ao percorrer as canas, “ouve-se um grito silencioso que sobe das entranhas da mãe Terra” (Grito, ed. 136, 1995, p. 9), refletindo a falta de liberdade e dignidade.

A capa da edição 138, também de 1995, destaca a temática da violência no campo (Figura 1). A imagem, acompanhada pelo título *Morte de um camponês por pistoleiro*, retrata o camponês sofrendo sob o peso do autoritarismo e da opressão imposta pelas milícias armadas, a serviço dos proprietários de engenhos e usinas.

Representações como essa, publicadas no *Grito no Nordeste*, desempenhavam, entre outras funções, o papel de aproximar e fortalecer o movimento dos trabalhadores rurais. Desse modo, tal ilustração revela que, na metade da década de 1990, a questão da violência no campo ainda se fazia presente e relevante.

Nos anos 2000, as ocorrências violentas no meio rural nordestino não se encerram, como podemos observar a partir da edição 175, de 2003, que, na seção *Ação dos movimentos*, relata a situação da zona da mata de Pernambuco. O Engenho Prado, localizado no município de Tracunhaém,

FIGURA 1. Gravura “Morte de um campesino por pistoleiro”



Fonte: Capa do jornal *Grito no Nordeste*, ed. 138, 1995.

era considerado terra improdutiva por pelo menos 40 anos; diante disso, trabalhadores rurais e suas famílias instalaram-se na região e passaram a plantar lavouras para comércio e subsistência, durante 6 anos. No entanto, o empresário João Santos, através de seus capangas e com aval da Polícia Militar do estado, instaurou um clima de terror na área:

[...] destruíram as lavouras das 300 famílias de agricultores acampadas na localidade [...], expulsando-as da terra. Além disso, poluíram o rio e desmataram mais de 3 hectares de mata atlântica. Impedidos de comercializarem as suas lavouras, os trabalhadores do Engenho Prado vivem uma situação de fome e penúria (Grito, ed. 175: jun, 2003, p. 11).

Essa violência não apenas desmantelava suas fontes de sustento, como também visava causar medo nos trabalhadores para evitar mobilizações. A natureza não saiu ilesa desse processo e foi desmatada em nome da ambição por mais terras e lucro dos mais ricos.

Tendo em vista essa análise documental, compreendemos que a violência é elemento cotidiano na vida dos trabalhadores rurais. O *Grito no Nordeste* apresenta, ao longo de suas edições, representações e manifestações diversas das práticas integrantes da estrutura autoritária que se perpetuou mesmo após a Ditadura Empresarial-Militar. A violência e seus mecanismos são responsáveis, em grande medida, pela manutenção da exploração do trabalho pelas classes dominantes. Assim, o jornal desempenha um papel significativo na contestação das desigualdades e violações dos direitos humanos no meio rural, ressaltando a importância da organização política dos trabalhadores para enfrentar a violência e reivindicar direitos fundamentais, fortalecendo a luta por justiça social no campo.

A permanência do autoritarismo no meio rural

Os excertos do jornal em questão são suficientes para demonstrar a permanência da violência no campo após o fim do regime. Como discutido anteriormente, sendo o autoritarismo o sistema regulador da sociedade camponesa mesmo antes do Golpe de 1964 (Ferreira Filho, 2021), não é de se surpreender que, após o fim oficial da ditadura, esse quadro de abusos permaneceu cristalizado, apesar “das intensas lutas levadas pelos trabalhadores rurais com apoio de tantas entidades e setores comprometidos da sociedade brasileira” (Abreu e Lima, 2015, p. 324). Após 1988, com a “Constituição Cidadã”, mesmo sob a administração de um governo que se apresentava como democrático, persistiram práticas de violência no campo. Eram frequentes o descumprimento da lei, as expulsões violentas de trabalhadores assentados e os assassinatos de líderes de movimentos sociais rurais, principalmente durante reivindicações de salários atrasados ou organização do trabalho. Conforme observa Abreu e Lima,

fruto da dominação de classe, da ação ou omissão do Estado, [i. e., a violência] continua através das políticas que têm se colocado a favor dos grandes proprietários que hoje representam algo conhecido como o agronegócio, que comumente passam ao largo do respeito aos preceitos constitucionais da função social da propriedade e não levam em conta, efetivamente, uma política que considere a importância da preservação do meio ambiente e construção de uma sociedade menos desigual em nosso país (Abreu e Lima, 2015, p. 324).

O que se nota é que, apesar das promessas de um Estado democrático, as estruturas de opressão permanecem intactas, perpetuando um ciclo de violência que compõe a rotina de trabalho do campesinato. A magnitude da violência no campo é evidenciada por dados alarmantes. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (2014), entre os anos de 1985 e 2014, foram registrados, no Brasil, 29.476 conflitos,⁷ sendo o Nordeste a região geográfica mais afetada, com 10.488 lutas, totalizando 36%. Tais contendas, cabe ressaltar, compreendem questões relativas à desigualdade da distribuição de terra e questões trabalhistas. No referido período, foram registrados 474 assassinatos no meio rural nordestino. O relatório ainda registra a destruição de casas, espancamentos, assassinatos e incêndio às lavouras de camponeses, provocados por latifundiários e policiais.

Diante da realidade apresentada, a noção de que a propriedade da terra deve cumprir uma função social, conforme estabelece a legislação, parece ainda distante tanto dos proprietários rurais quanto, muitas vezes, do próprio Poder Judiciário (Abreu e Lima, 2015). A desconexão entre os preceitos legais e a prática cotidiana contribui para a perpetuação de um cenário de injustiça e violência no campo, onde os

7 Os povos indígenas também compõem essa cifra, principalmente no que diz respeito à reivindicação de terras originárias.

direitos humanos são sistematicamente desrespeitados. A falta de efetividade na aplicação das leis e a resistência de setores poderosos em reconhecer a função social da terra agravam os conflitos e mantêm as estruturas de opressão intactas.

Considerações finais

A violência é um fenômeno histórico e estrutural, profundamente enraizado nas relações de poder e nas desigualdades sociais que permeiam o meio rural nordestino. Fica evidente que essa violência não é apenas um reflexo das tensões agrárias, mas sim um elemento central que permeia a vida dos camponeses. Ela revela a continuidade de práticas autoritárias que, mesmo após o fim da Ditadura Empresarial-Militar, persistem na forma de impunidade e repressão. A realidade de opressão e exploração enfrentada pelos trabalhadores rurais está intrinsecamente ligada à desigualdade social e à falta de efetividade das políticas públicas voltadas para a Reforma Agrária.

Embora progressos tenham sido alcançados nas últimas décadas, os desafios persistem. A impunidade que, muitas vezes, resguarda os perpetradores de abusos e a progressiva expropriação e espoliação do campo representam obstáculos significativos àqueles que creem na Reforma Agrária como elemento crucial na construção da democracia brasileira.

O jornal *Grito no Nordeste*, como um espaço de sociabilidade, resistência e conscientização, denuncia essas violências, oferecendo uma voz aos que historicamente foram silenciados. Ao documentar as diversas formas de opressão, desde as mais sutis até as mais explícitas, o boletim da ACR não só narra a dor e o sofrimento, mas também fortalece a mobilização social e a construção de uma identidade coletiva entre os trabalhadores. Através de sua proposta editorial, o *Grito* fomentava uma consciência crítica e denuncia a violência

sistêmica que permeia a vida rural destacando, a importância da organização e da solidariedade na busca por mudanças. Mesmo diante das agruras do latifúndio, é possível encontrar histórias de força e resiliência entre os camponeses. Nesse sentido, enquanto houver resistência e luta por direitos, a cana não será o único legado da zona rural nordestina.

Referências

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XVII – nº 73. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1983.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XX – nº 88. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1986.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XX – nº 89. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1986.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XX – nº 98. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1987.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XXI – nº 102. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1988.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XXII – nº 108. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1990.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XXVI – nº 128. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1993.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XXVIII – nº 136. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1995.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XXVIII – nº 138. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1995.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*: ano XXXIV – nº 175. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 2003.

ABREU E LIMA, M. S. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, T. B. (Org). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste*: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985*: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA (CEMV-DHC). *Relatório final*. v. 1. Organizado por: Fernando de Vasconcelos Coelho et al. Recife: CEPE, 2017.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA (CEMV-DHC). *Relatório final*. v. 2. Organizado por: Fernando de Vasconcelos Coelho et al. Recife: CEPE, 2017.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil 2014*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

DABAT, C. *Moradores de Engenho*: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canaveira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: EDUFPE, 2012.

DREIFUSS, R. A. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

FERREIRA FILHO, J. M. M. *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, séc. xx)*. Recife: Editora UFPE, 2020.

FERREIRA FILHO, J. M. M. O Golpe de 64 e a retomada do autoritarismo estrutural no mundo dos engenhos de Pernambuco. In: SILVA, M. G.; SOARES, N. T. (Orgs.). *Pernambuco na Mira do Golpe*: mundos dos trabalhos e dos trabalhadores, v. 3. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 147-167.

GALLINDO, J. F. R. *O trotskismo no campo em Pernambuco*: o Jeremias das caminhadas. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7876>. Acesso em: 27 mar. 2026.

KRUG, E. et al. (Org.). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-154.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990. v. 1.

STOPPINO, M. "Autoritarismo". In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos Ingleses e outros escritos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

“Mulher, fornecedora de mão de obra para enriquecer a quem?”

O trabalho feminino nas páginas
do jornal *Grito no Nordeste*

Thawanny Victória Santos Costa¹

Introdução

Ao longo da história, as mulheres das classes sociais menos privilegiadas jamais estiveram alheias ao trabalho, como apontou Heleieth Saffioti (2013). Mais que isso, o trabalho doméstico não remunerado, realizado majoritariamente por esse grupo, constitui um dos principais pilares da produção capitalista, na medida em que possibilita a reprodução da classe trabalhadora. Para Silvia Federici (2017), nesse sistema, o corpo representa para as mulheres o principal terreno de sua exploração, uma vez que foi apropriado pelo Estado e pelo patriarcado, sendo forçado a funcionar como meio para a reprodução e a acumulação do capital. Nesse sentido, tratar de “mulheres” significa não somente revelar uma história oculta, mas também discutir uma forma específica de exploração e, conseqüentemente, uma perspectiva particular da história das relações capitalistas (Federici, 2017).

As trabalhadoras rurais, inseridas nos “amargos domínios” da produção canavieira, não foram exceções a essa regra. Suas trajetórias de vida desenvolveram-se dentro do contexto de superexploração da força de trabalho e das opressoras

1 Mestranda em História (UFPE).

relações de gênero. Segundo Marcela Bezerra (2012), as canavieiras geralmente exerciam tripla jornada de trabalho, pois, além de atuar na produção, de maneira sub-remunerada, sob seus ombros recaía também o trabalho no roçado e no ambiente doméstico. Diante disso, o objetivo deste capítulo é salientar as diferentes formas de trabalho e exploração a que estavam submetidas as mulheres, destacando a dupla opressão de classe e gênero. A partir dessas análises, busca demonstrar que as atividades femininas, exercidas em diferentes âmbitos, foram imprescindíveis para a manutenção e reprodução da classe trabalhadora.

Com o objetivo de alcançar esses propósitos, este capítulo se pauta na análise de edições do jornal *Grito no Nordeste*², publicado desde 1967, pela Ação Católica Rural (ACR). Esse movimento, criado em 1965, no contexto da Ditadura Empresarial-Militar (Dreifuss, 1986), buscava promover uma evangelização libertadora no Nordeste, a partir da conscientização e da ação transformadora protagonizada pelos trabalhadores rurais, sobretudo através da organização de classe. Nas páginas deste boletim, que se debruçava sobre a vivência dos trabalhadores e trabalhadoras, figuram questões cotidianas do universo da cana-de-açúcar, dentre elas, a condição da mulher.

Ao tratar do cotidiano feminino, um dos aspectos mais evidenciados pelo jornal diz respeito ao trabalho, dividido em duas principais categorias: 1) aquele realizado no ambiente doméstico de forma não remunerada, mas essencial para a sobrevivência da família; 2) aquele exercido na palha da cana, de maneira sub-remunerada, indispensável para a renda familiar. Em ambos os casos, apesar de sua

2 As edições que serviram de fonte para este trabalho integram o Fundo ACR do acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais em Pernambuco (Nudoc) e encontram-se digitalizadas, disponíveis no site do núcleo.

importância, a desvalorização do trabalho feminino impera. Quando destinado à família, este não é levado em consideração; quando destinado à produção, é superexplorado a níveis baixíssimos de salário. Nesse sentido, torna-se invisível, contribuindo para o não reconhecimento da mulher como trabalhadora e para a sua desvalorização como indivíduo (Abreu e Lima, 2005). É tendo isso em vista que o *Grito*, na sua edição 47, publicada em 1978, questiona onde estão os ganhos desse trabalho estranhado (Marx, 2004), que não enriquece a trabalhadora, mas o sistema que a oprime: “mulher, fornecedora de mão de obra para enriquecer a quem?” (Grito, ed. 47, 1979, p. 20).

Para embasar essas reflexões, a presente pesquisa compromete-se com a História das Mulheres e com a perspectiva de gênero. A emergência da História das Mulheres e a percepção destas como sujeitos históricos relacionam-se às alterações teóricas e metodológicas ocorridas na própria História – sobretudo a partir da década de 1960, com a proeminência da História Social – e ao contexto político da segunda metade do século xx, marcado pelo movimento feminista. A partir de suas contribuições, a História das Mulheres, dentre outros aspectos, questiona a prioridade atribuída à “história dos homens”, investigando através de que processos as ações desses sujeitos foram eleitas como representativas da história humana em geral, enquanto as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou relegadas a uma arena particularizada e menos importante (Scott, 1992).

O gênero, por sua vez, tem sido o termo usado para teorizar acerca da diferença sexual desde meados de 1970. Quanto aos usos desse conceito, a forma mais interessante para este trabalho é seu emprego como categoria de análise, como proposto por Joan Scott, que o define enquanto “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, bem como “uma forma primeira de

significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 12). Nessa perspectiva, considera-se que o gênero é tanto produto das relações de poder quanto parte da construção dessas próprias relações (Pinsky, 2009). Diante desse debate historiográfico, este trabalho recusa uma suposta oposição entre a história de gênero e a história das mulheres, e defende, assim como Soihet (2013), que esses campos caminham para uma interpenetração, impedindo a abordagem isolada de cada um. É muito mais enriquecedor, portanto, não ofuscar ou hierarquizar perspectivas, mas colocá-las em diálogo.

Finalmente, para tecer as análises pretendidas, este trabalho trilha o seguinte caminho: no primeiro tópico, busca situar o leitor no universo canavieiro de forma geral e, em seguida, tratar especificamente da condição da mulher nesse meio, articulando a opressão de classe à de gênero; no segundo, traça um breve panorama da trajetória da ACR, caracterizando sua forma de atuação no meio rural nordestino e apresentando o jornal *Grito no Nordeste*; o terceiro e último tópico tem como objetivo analisar algumas edições do periódico que tematizam as diferentes formas de trabalho das mulheres, destacando o potencial do *Grito* como fonte para a historiografia e para o ensino de História.

O patriarcado da *Plantation*

A *Plantation*³ açucareira possui a marca indelével da violência e do autoritarismo desde seus primórdios. Essas práticas, muito mais que meras consequências, funcionam como condição, meio e produto da organização e da gestão do espaço

3 O conceito de *plantation* aqui adotado pauta-se nas ideias de José Marcelo Marques Ferreira Filho (2020), ou seja, não se restringe à dimensão puramente física e institucional, mas diz respeito ao espaço açucareiro como um todo, aos mecanismos e meios que regulavam sua espacialidade, sua operacionalidade em relação às suas formas, funções, estruturas e processos, e inclui também sua lógica produtiva; tipo de organização e modo de existir.

pela classe dominante (Ferreira Filho, 2020); ademais, impuseram ainda hoje nos domínios amargos da planta doce. Para a manutenção desse sistema, os trabalhadores canavieiros foram historicamente submetidos a condições miseráveis de vida e trabalho. Conforme resumiu Christine Dabat:

Suas vidas eram abreviadas pela inserção precoce no trabalho. Suas condições de existência eram proverbialmente rudimentares, miseráveis e precárias. O regime de trabalho contava entre os mais duros e brutais que se conhecia. Impune reinava nos canaviais a violência patronal, desde a época da conquista (até o presente). Portanto, é num contexto de oposição aguda em termos de classe que se situa o assunto deste estudo: a história das relações de trabalho, que envolviam, na ‘morada’, trabalhadores rurais e plantadores de cana-de-açúcar, era simplesmente aquela da luta entre explorados e exploradores (Dabat, 2012, p. 20).

Nesse cenário, a inoperância ativa do Estado, ou seja, a abstenção do poder público na garantia de direitos aos trabalhadores rurais, permitia que a classe patronal empregasse todos os métodos, sutis ou explícitos, de exploração (Ferreira Filho, 2021). Um dos mecanismos fundamentais para assegurar esse sistema, por exemplo, é a superexploração do trabalho feminino, essencial para o barateamento do custo da produção capitalista (Federici, 2017). Em seu artigo, Rachel Kurian e Kumari Jayawardena definem as *plantations* como instituições fundamentalmente patriarcais que perpetuam a violência estrutural contra as mulheres trabalhadoras. A partir do conceito de *Plantation Patriarchy*, as autoras definem um conjunto de formas de controle que incorporam hierarquias sociais e preconceitos de gênero, a fim de justificar e normalizar o estatuto subordinado das mulheres na organização social das plantações (Kurian; Jayawardena, 2017). Diante disso, defendem que

a discriminação contra as mulheres trabalhadoras não era apenas uma ação de determinados proprietários, funcionários do governo, maridos ou líderes sindicais, mas uma característica sistêmica da produção das plantações. Sugere que as plantações eram, na sua essência, instituições patriarcais que incorporavam a discriminação de gênero no regime de trabalho e na hierarquia social” (Kurian; Jayawardena, 2017, p. 3, tradução nossa).

Sendo assim, os “patriarcados múltiplos” combinam violência direta, estrutural e cultural, formando uma espécie de triângulo vicioso: a violência direta intimida e reprime; a violência estrutural institucionaliza; e a violência cultural interioriza essa relação, perpetuando essa estrutura (Kurian; Jayawardena, 2017). Portanto, o que se pretende demonstrar é que as mulheres da *plantation*, além de fazer parte de uma comunidade já marginalizada com relação ao resto da sociedade, enfrentam desafios específicos de gênero que as colocam também em desvantagem com relação aos seus companheiros homens.

Ao investigar essa dupla opressão – de gênero e de classe – na zona canavieira de Pernambuco, Marcela Bezerra (2012) demonstra que as trabalhadoras exerciam uma tripla jornada de trabalho. Desde a infância, as mulheres geralmente realizavam atividades em três diferentes espaços: no roçado para subsistência, no ambiente doméstico e nas lavouras canavieiras. Quando as circunstâncias econômicas não exigiam o emprego assalariado de toda família, o trabalho feminino nos canaviais tendia a ser evitado, principalmente devido aos possíveis assédios morais e sexuais cometidos por cabos e outros trabalhadores. Entretanto, com o agravamento das condições de vida, tornou-se cada vez mais necessário o emprego de outros membros da família, principalmente mulheres e crianças, que tinham sua produção definida como uma espécie de “ajuda” ao chefe da casa (Bezerra, 2012).

A mão de obra feminina empregava-se, sobretudo, nas atividades de plantio e semeio da cana, mas não se restringia a essas etapas da produção. As mulheres realizavam os mais variados trabalhos, alguns exigindo menos esforços que outros, mas todos pesados. Segundo Aline Souto (2020, p. 108), geralmente o “trabalho de mulher” era “semeá, adubá e tratá da cana”, atividades que, de acordo com a tabela de tarefas, possuíam a remuneração inferior ao corte e outros “trabalhos de homens”. Por outro lado, mesmo quando executavam as mesmas tarefas, as trabalhadoras recebiam salários inferiores aos dos homens, visto que a equiparação de pagamento foi conquistada apenas após a greve de 1979, em Pernambuco.

Além do trabalho na cana, atribuía-se às mulheres o infundável e desvalorizado trabalho doméstico. Assim, mesmo após um longo dia nos canaviais, elas continuam sem descanso, obrigadas a realizar as atividades “não produtivas” – porém indispensáveis – da casa (Rossini, 1988). A preparação das refeições de toda a família, o cuidado com os filhos, a costura e os remendos das roupas, bem como a responsabilidade de carregar água das cacimbas e dos riachos para as necessidades diárias, eram algumas das tarefas das mulheres (Bezerra, 2012). Por fim, imbricado com as atividades domésticas, havia o trabalho no sítio e/ou no roçado. A proximidade da casa fazia deste um lugar de atuação feminina por excelência, pois permitia que as mulheres cuidassem das crianças mais novas, ao mesmo tempo em que contribuíam para o sustento da família (Dabat, 2012). É dessa forma, portanto, que recai sobre os ombros femininos a chamada tripla jornada de trabalho.

Diante das precárias condições socioeconômicas em que as famílias canavieiras se viam forçadas a sobreviver, a criatividade e a inteligência das mulheres funcionavam, diariamente, como atenuantes das carências materiais. Transformando

os poucos recursos a que tinham acesso, as mulheres construíam desde vassouras de “mato” a camas, colchões e redes para os membros da família. À vista disso, como afirma Bezerra (2012), não fossem as “trampolinagens” femininas, as famílias canavieiras ficariam ainda mais desamparadas. Torna-se claro, então, que seja através da realização de atividades domésticas fundamentais para a manutenção das famílias ou do trabalho nas lavouras, as mulheres desempenham atividades sem as quais a reprodução da força de trabalho seria impossível (Bezerra, 2012).

Ação Católica Rural e Grito no Nordeste

Como pontua Christine Dabat (2012), o papel tradicional da Igreja Católica na zona canavieira foi resumido acertadamente por diversos estudiosos, dentre eles Francisco Julião, ao afirmar que “(...) o padre era muito ligado ao latifúndio, ao coronel, ia comer buchada na casa dele aos domingos, rezava a missa lá, casava a filha dele. O camponês ia para a igreja e era tratado com muito desprezo” (Santiago, 2001 *apud* Dabat, 2012). De fato, como reafirma Antonio Montenegro (2019), no Brasil, a Igreja funcionou majoritariamente a serviço das elites dominantes e dos governos constituídos, sendo caracterizada por um apoliticismo que, na verdade, encobria uma política a favor da manutenção de um *status quo* estruturado sob desigualdades e violência. Por outro lado, se é inegável seu caráter conservador e elitista – evidenciado, por exemplo, no apoio inicial ao golpe de 1964 –, o que surge da base desta Igreja, a partir de perspectivas mais progressistas, torna-se também incontornável (Souza, 2023).

Nesse sentido, é imprescindível debruçar-se sobre o movimento intitulado Ação Católica Rural (ACR), criado em 1965, a partir da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), com o objetivo de fazer dos homens e mulheres do campo sujeitos

de sua própria história (Silva, 2012). As ideias que originaram a ACR remontam às sessões do Concílio do Vaticano II (1962-1965), a partir do encontro entre Dom Helder Camara, então arcebispo, e José Servat, padre francês cuja experiência com os camponeses fez com que fosse designado para liderar a construção do movimento no Brasil. Nesse período, a Igreja latino-americana passava por transformações significativas a partir da incorporação das dificuldades cotidianas enfrentadas pelos leigos. O Vaticano II, portanto, marcou o florescimento de uma igreja progressista na América Latina, cujo fruto mais simbólico foi a Teologia da Libertação, caracterizada por sua opção preferencial pelos pobres e responsável por balançar os alicerces da sociedade latino-americana durante quase três décadas (Silva, 2012).

No Brasil, essas ideias ganharam espaço especialmente na Arquidiocese de Olinda e Recife, onde o arcebispo Dom Helder Camara atuava como um de seus principais símbolos. Esse contexto de renovação eclesial, somado à tradição de lutas de trabalhadores no campo de Pernambuco, propiciou um campo fértil para o surgimento da ACR, movimento que carrega consigo vários elementos característicos do cristianismo da libertação, apesar de ter sido criado antes da publicação dos seus primeiros textos (Silva, 2012). Após o Golpe de 64, o medo e a perseguição no meio rural se intensificaram. O cenário, antes de grande efervescência e luta política, tornava-se paralisado, sobretudo com o desmantelamento das Ligas Camponesas e dos sindicatos. Nesse quadro vivenciado pelo campo, deu-se o surgimento da ACR, como uma tentativa de romper o silêncio e organizar politicamente trabalhadores e trabalhadoras.

A ACR pode ser caracterizada como um movimento de evangelização libertadora, cujo principal objetivo era conscientizar os trabalhadores rurais, a partir da mensagem bíblica e da análise da realidade no campo, apontando formas

de transformá-la (Abreu e Lima, 2018). De acordo com sua proposta, o conceito de conscientização diz respeito ao reconhecimento dos problemas cotidianos enfrentados pelos camponeses e à percepção de que esses não são individuais, mas sim coletivos (Silva, 2012), devendo, portanto, ser enfrentados por meio da organização de classe. O método utilizado para essa análise de conjuntura era o “Ver, Julgar e Agir”, que consistia em:

ver um fato em seu conjunto, de forma ampla, verificando se é um fato isolado ou se existem outros idênticos; a quem este fato atinge; quais as causas materiais e morais do mesmo, bem como suas consequências. Num segundo momento, analisa-se o fato à luz do evangelho e, por fim, propõe-se uma reflexão sobre o que fazer diante dessa situação, procurando-se perceber o que isto significa em relação à própria vida (Abreu e Lima, 2018, p. 94).

Para divulgar as ideias do movimento, foi fundamental a publicação do jornal *Grito no Nordeste*, que passou a funcionar como seu principal veículo de comunicação. O *Grito* teve início em 1967 e, nas palavras do próprio boletim, surgiu para quebrar o silêncio quase absoluto que reinava no campo nordestino, tendo em vista a repressão ditatorial. Desde o início, apresenta-se como um amigo do trabalhador e esclarece que sua principal pretensão é ser “o laço que une todos os esforços espalhados no mundo rural nordestino” (*Grito*, ed. 1, 1967, p. 4). De fato, este conseguiu conquistar os corações e as mentes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, atingindo cerca de 10 mil assinaturas, em meados da década de 1970 (Silva, 2012), e sendo utilizado por algumas dioceses nas pregações e formações de seus grupos (Montenegro, 2019).

As edições do *Grito* eram capazes de aproximar as dificuldades enfrentadas no campo às palavras bíblicas, a partir de uma linguagem simples e acessível, – indispensável diante

das condições incipientes de leitura de muitos camponeses –, e do uso de imagens sugestivas e muitas vezes impactantes.⁴ Em suas páginas, o jornal trata de assuntos que vão desde reflexões teológicas a denúncias das lutas travadas no campo. Como pontua Socorro Abreu (2018), desde seu início, o movimento e o seu boletim se debruçaram sobre as dificuldades do camponês, como a falta de terra – vista como o princípio de todos os males –, a miséria e as injustiças. O *Grito*, portanto, discutia principalmente sobre a importância da organização de classe e voltava-se, particularmente, para a necessidade da Reforma Agrária. Entretanto, não ofuscou outros aspectos do mundo rural, como o cotidiano feminino, tema que figura em diversas edições a partir de diferentes ângulos.

O trabalho feminino nas páginas do *Grito no Nordeste*

Desde sua segunda edição, publicada no ano de 1967, o *Grito* discute questões relacionadas às vivências femininas no meio rural. A partir de uma seção intitulada “Página Feminina” (*Grito*, ed. 2, 1967, p. 9), o jornal trata das dificuldades de trabalho das mulheres em diferentes espaços – na costura, na enxada, nas salas de aula –, além de denunciar a tentativa de implementação de uma política de controle da natalidade, baseada na esterilização das mulheres do campo. Apesar da nomenclatura “Página Feminina” não ter perdurado, o *Grito* continuou discutindo uma diversidade de temas relacionados ao cotidiano feminino: o trabalho – tanto no ambiente doméstico quanto na palha da cana e em outros espaços –, a maternidade, a violência patriarcal, a sexualidade,

4 Exemplo disso é a capa da edição de número xviii, publicada em 1971, que ilustra a crucificação do trabalhador da cana-de-açúcar, demonstrando que, assim como Jesus Cristo foi crucificado pelos romanos, o trabalhador da cana-de-açúcar também o é pelo sistema de exploração da *Plantation*.

o casamento, a participação na política e no sindicato etc. Entretanto, as matérias sobre as diferentes formas de trabalho desse grupo e as dificuldades enfrentadas nesse âmbito são as mais recorrentes.

Como discutido anteriormente, diante da dupla opressão – de classe e de gênero – que lhes atingia, as canavieiras geralmente acumulavam dupla – casa-produção – ou tripla jornada de trabalho – casa-roçado-produção (Bezerra, 2012). A primeira edição a discutir essa questão é a de número 11, do ano de 1969. Em uma reflexão intitulada “As nossas atitudes na vida”, o jornal defende que “a mulher é igual ao homem, com os mesmos direitos à responsabilidade e no desenvolvimento pessoal”. A partir desse raciocínio, questiona: “temos feito o esforço de libertar as mulheres de nossas famílias? (...) a esposa é realmente tida como companheira de vida toda (...) ou, ao contrário, apenas como uma empregada do homem com a única finalidade de trabalhar em casa, de dar e criar filhos?” (Grito, ed. 11, 1969, p. 2). Já na edição 23, de 1972, o *Grito* retoma esse debate questionando as opiniões dos leitores acerca de uma frase do *Diário de Pernambuco*, que afirmava: “no Nordeste, a mulher trabalha mais do que o homem, quando ambos pertencem às camadas sociais inferiores” (Grito, ed. 23, 1972, p. 19).

Porém, é na publicação 36, de 1975, que a condição de trabalho da mulher torna-se objeto de análises mais longas e profundas. Partindo da ideia de que, para as mulheres de camadas populares, a casa é um lugar de trabalho, o jornal aborda as tarefas domésticas que recaem sobre seus ombros. Mas, diferenciando-se das edições anteriores, o *Grito* vai além do reconhecimento dessa carga exaustiva de trabalho, criticando abertamente sua desvalorização: “Alguém dá valor a este trabalho de casa? Não. Por que? Porque é serviço de mulher. Porque na Sociedade onde vivemos, o que dá cartaz é dinheiro. Ora, esses serviços de casa só fazem é gastar

dinheiro” (Grito, ed. 36, 1975, p. 8). Essas reflexões acerca do trabalho doméstico alinham-se às de pensadoras feministas, como Silvia Federici (2017), segundo a qual, a partir da organização capitalista, as mulheres tornaram-se bens comuns e suas atividades foram definidas não como trabalho, mas uma espécie de recurso natural, disponível para todos e a todo momento.

Nessa perspectiva, em que somente a produção para o mercado é valorizada, a atividade reprodutiva não é considerada trabalho e torna-se invisível, mistificada como uma vocação natural e designada como “trabalho de mulher” (Federici, 2017). Tendo isso em vista, apesar de não defender explicitamente a necessidade de remuneração do trabalho doméstico, por exemplo, é possível reconhecer no *Grito* uma posição progressista, especialmente levando em consideração que a Igreja Católica foi uma das principais responsáveis pela vinculação da mulher ao ambiente doméstico e aos cuidados com a família. Dessa forma, o jornal oportuniza aos trabalhadores e trabalhadoras rurais uma visão crítica do sistema capitalista e patriarcal que ignora as atividades domésticas, apesar destas funcionarem como importante parcela da produção.

Voltando-se especificamente para o cotidiano das canavieiras, a edição 38, de 1976, em uma matéria chamada “A mulher na cana”, descreve, com riqueza de detalhes, o dia a dia da maioria dessas mulheres, perpassado por aspectos como as atividades no eito, o assédio dos patrões, as relações familiares, o cuidado com os filhos e as dificuldades materiais:

Já bem cedinho, ela vai descendo a ladeira, com a enxada no ombro. Os cabelos jogados para trás presos num lenço feito de saco. Já quase corcunda, os pés nus e os passos fatigados ela arrasta a poeira levando o seu lanche das 11 horas. Ela vai para o engenho vizinho e

muitas vezes fará uma meia légua para chegar no lugar de tirar a conta. Raramente ela vai de caminhão transportada no meio dos homens, sacudida como material de trabalho. Ela prefere semear adubo em cada pé de cana. Com isso ela ganha Cr\$1,60 (um cruzeiro e sessenta centavos) por conta e no fim do dia consegue ganhar Cr\$ 12,00, até Cr\$ 15,00 por dia (Grito, ed. 38, 1976, p. 6).

Além de evidenciar o desgaste e a exploração dessas mulheres a níveis baixíssimos de salário, o jornal discute outros aspectos desse trabalho, como o assédio e a violência sexual:

Ela gosta mais de trabalhar somente com mulheres “mas a gente não pode escolher”. Às vezes o empreiteiro é bom, tem respeito e compreensão, ele deixa trabalhar 2 ou 3 mulheres juntas, então não custa tanto o trabalho. As línguas também trabalham bastante, as canções e os risos levados pelo vento arrastam consigo, parece, a miséria deixada lá, em casa. Mas, às vezes o empreiteiro é duro e “abusa da gente”, ou é muito enxerido! Se a mulher é jovem e bem feitinha, ele lhe dá o melhor lugar no trabalho; que as “coroas” e as reservadas se viram sozinhas! No fim da semana, as últimas receberão menos apesar de terem lutado mais. É assim! (Grito, ed. 38, 1976, p. 6).

A companhia e a união feminina, portanto, funcionam como inebriantes, afastando as tristezas e as dores do cotidiano. Por outro lado, reforçando os diferentes tipos de violência a que estão submetidas, há a constante ameaça dos abusos patronais. Como supracitado, Dabat (2005) aponta que, desde a infância, evitava-se que as meninas trabalhassem na cana, não só em razão do grande esforço físico requerido, mas pelas potenciais ocorrências de tratamento indecoroso. Sendo assim, apesar do assédio sexual ser visto como tabu e, por isso, raramente aludido – até mesmo pelas trabalhadoras que,

ao desconsiderar suas diversas formas, negavam ter sofrido qualquer violência sexual por parte do patronato (Bezerra, 2012) –, ele era mais uma face da violência na *plantation*.

Em seguida, a matéria traz informações sobre o cuidado com os filhos, a saúde e a inserção precoce na lógica de trabalho:

O menino desde 9 anos de idade segue o pai, junta as canas e amarra o feixe. Os outros filhos pequenos ficam em casa. Algumas vezes a caçula é levada pela mãe e a filha mais velha acompanha também, vigiando o nenê e tirando conta. Aquela que fica tomando conta da casa tem apenas seus 10 anos e se ocupa de seus 6 a 7 irmãos. Menina sem infância, já acostumada a carregar pesos enormes na cabeça, recebendo carões na volta dos pais e descontando nos seus irmãozinhos os beliscões e co-corotes que a autoridade lhe deu. [...] De noite, a mãe terá que se levantar para cobrir um bichinho que tosse (cobrir com que, Ave Maria!) ou acalmar a agitação dum filho atacado de vermes (Grito, ed. 38, 1976, p. 7).

Aqui encaramos, a partir do trabalho infantil, a reprodução de um ciclo familiar em que os canaviais parecem ser o único destino possível. O trabalho doméstico atribuído às filhas inseria-se em um contexto de exploração da força de trabalho feminina. Exigido pelas condições socioeconômicas, o trabalho precoce, ao impossibilitar os estudos, fazia com que as mulheres canavieiras assumissem papéis semelhantes aos desempenhados pelas mães e avós, reproduzindo a condição comum imposta às mulheres na zona canavieira (Bezerra, 2012). Essas crianças sem infância, para além da exploração patronal, são vítimas também das precárias condições materiais e de saúde, que as mães tentam contornar com suas “trampolinagens” (Bezerra, 2012), forrando as camas com “folhas secas de banana e de sacos de adubo” (Grito,

ed. 38, 1976, p. 7) e tratando de diversas enfermidades com os recursos naturais. O *Grito* continua:

Mas, antes do sol se esconder atrás do morro, a mãe tem que lavar a roupa, pelo menos ensaboá-la. Ela lavará até uma segunda bacia cheia de roupa, pois a vizinha ou a cunhada, ou a comadre de batismo ou de fogueira deu à luz nestes dias. “É troca de serviço, elas fazem isto para mim também, quando preciso”. A mulher da cana ao dizer isto, deixa seu olhar se encher de alegria e ternura. Apesar da dureza da vida, há comunhão de sentimentos entre as mães (Grito, ed. 38, 1976, p. 7).

Mais uma vez, portanto, são evidenciadas as redes de apoio e solidariedade construídas pelas mulheres, a fim de atenuar as condições penosas de vida. Como aponta Marcela Bezerra (2012), o grande número de tarefas, o reduzido tempo de descanso, o deslocamento de ida e a volta para o local de trabalho e para a residência, bem como os esforços físicos, esgotavam fisicamente as trabalhadoras, muitas vezes impedindo-as de conciliar o trabalho na produção canavieira com os afazeres domésticos. Nesses casos, os parentes e as pessoas próximas, sobretudo mulheres, assumiam responsabilidades na manutenção da casa e na socialização dos filhos menores. Assim, “avós, tias, cunhadas, filhas e vizinhas assumiam a ‘obrigação natural’ das trabalhadoras canavieiras” (Bezerra, 2012, p. 102).

Por fim, o jornal termina com o seguinte trecho:

Num suspiro, a mulher apanha a roupa do homem, úmida de sereno, pendurada na corda. Dá uma última olhada no caminho que leva à vila. Entra na casa e fecha a porta com o ferrolho. Prepara, na cadeira, a camisa e a calça que ele vestirá amanhã para ir trabalhar, bem cedinho, logo depois do galo cantar. Depois ela se dirige à cozinha, corta um pedacinho do cuscuz, bota dentro uma

metade de sardinha. De pé, perto do fogão, começa a comer. Não desce, tem um nó na garganta. Deixa sem tocar, volta ao quarto das crianças, cobre a caçula se mexendo no fundo da rede e, de novo, seus olhos tristes se enchem de alegria. “Amanhã será melhor”. Num sorriso ela vai se deitar (Grito, ed. 38, 1976, p. 8).

Como vimos, o dia de trabalho das canavieiras iniciava-se antes do amanhecer e não tinha hora para terminar. Geralmente, as atividades domésticas eram realizadas nas horas extremas, ou seja, muito cedo ou muito tarde (Rossini, 1988). Após providenciar a alimentação da família, elas continuam a trabalhar nas lavouras canavieiras e, ao retornar para casa, retomavam os encargos domésticos (Bezerra, 2012). Assim, o tempo de repouso da mulher torna-se cada vez menor, enquanto o do homem permanece o mesmo, uma vez que, após uma longa jornada de trabalho, este chega em casa e aguarda o jantar, enquanto a mulher trabalha lavando roupa, cozinhando e/ou costurando (Rossini, 1988) – em outras palavras, garantindo a reprodução da força de trabalho.

Ao promover discussões sobre as diferentes formas de trabalho feminino e sua importância para a manutenção e reprodução das famílias da classe trabalhadora, o *Grito* contribui para desnaturalizar a exploração feminina, sobretudo quanto ao trabalho doméstico, essa fraude que se esconde sob o nome de amor (Federici, 2019). Como aponta Mello (2016), este não é algo que as mulheres nascem sabendo fazer, nem que fazem simplesmente por amor ou porque é inerente a elas. Responsabilizar as mulheres – e somente elas – por esse trabalho foi um processo histórico.

Ainda tratando do trabalho doméstico, mas relacionando-o à necessidade de participação política da mulher, a edição 51, de 1979, apresenta uma matéria intitulada “Mulheres falam: nossa participação é importante!”, onde reúne trechos

de cartas enviadas por esposas dos agricultores contando suas duras vidas, por exemplo: “Não somos apenas esposas dos agricultores, somos quem, além de tudo, cuida da casa, das crianças, da roupa, da roça, da criação, é bem assim! A gente pensa que o homem tem trabalho duro, mas a mulher ainda mais” (Grito, ed. 51, 1979, p. 5). Diante de relatos como esses, o jornal se posiciona da seguinte forma:

Companheiras é preciso conversar sobre todas as dificuldades: o montão de filhos, nada de ajuda para criar e educar os filhos, a falta de terra, a falta de assistência, a falta de dinheiro. Tudo isso deve ter uma causa principal que não é o movimento, que não é a esposa, não são os filhos, nem a própria mãe, nem ainda Deus [...]. São problemas gerais do nosso tempo, do nosso país, do nosso continente América Latina. Qual será então a causa? Será que a causa não está na chamada sociedade capitalista? Nesta sociedade os homens acham que o lugar da mulher é ser dona de casa e seu trabalho, como doméstica, lavadeira, dona de casa não é valorizado (Grito, ed. 51, 1979, p. 5).

Aqui, há uma crítica mais ferrenha do jornal ao sistema capitalista, a partir do reconhecimento de sua relação direta com a estrutura patriarcal e a superexploração do trabalho feminino. Diante dessas análises, percebe-se que a recorrência da discussão sobre trabalho demonstra não apenas que este é parte indissociável das trajetórias femininas, mas também que ocupa a maior parcela de seu tempo. Ademais, ao tratar das diferentes atividades exercidas pelas mulheres, o jornal contribui para a conscientização das mesmas acerca da importância dos trabalhos realizados por elas para a manutenção e reprodução da classe trabalhadora. O *Grito no Nordeste*, portanto, ao denunciar as opressões que perpassam o cotidiano feminino, desempenha papel significativo na contestação das desigualdades de gênero no meio rural.

O Grito no ensino de história

Diante desse potencial, é essencial pensar no *Grito* não apenas como fonte para o fazer historiográfico, mas também como material didático, especialmente no Ensino Básico, em que se perpetuam a invisibilidade e o silenciamento das mulheres. Para reverter esse quadro, é necessário comprometer-se com um ensino de História, que inclua a história das mulheres e das relações de gênero em sua diversidade. Não se trata, entretanto, de acrescentar fatos a uma história masculina, preenchendo lacunas, mas de ampliar a compreensão dos processos históricos, revelando aspectos como “os micropoderes, as subjetividades, as violências cotidianas, as táticas de lutas, entre outras tantas experiências que envolvem os gêneros” (Rovai, Monteiro, 2020, p. 215).

Essa, entretanto, não é uma tarefa simples. Para executá-la, é necessário questionar os procedimentos que promovem omissões e apagamentos das mulheres em operações historiográficas, registros públicos, bem como na própria escola (Rovai, Monteiro, 2020). Esse processo, porém, muitas vezes precisa ser feito a partir dos usos de fontes e materiais não tradicionais, uma vez que os livros didáticos, por exemplo, habitualmente reforçam as hierarquias de gênero. É nesse sentido que a utilização do *Grito* como material pedagógico pode contribuir para o debate acerca das relações de gênero e do cotidiano feminino. Com sua linguagem simples e suas imagens simbólicas, o periódico apresenta um potencial didático que permite seu uso em sala de aula de maneira eficiente. A partir das vivências com as exposições itinerantes – fora da universidade – de documentação do Nudoc, foi possível constatar que os estudantes, especialmente do ensino básico, costumam se interessar rapidamente por fontes como o *Grito*, pelo seu caráter atrativo, ilustrado e diferente dos materiais a que estão habituados.

No que se refere à discussão de gênero, o *Grito* pode proporcionar debates acerca da participação feminina na história, luta política das mulheres, igualdade de gênero, desnaturalização do trabalho doméstico, violências patriarcais, maternidade, trabalho nos canaviais, modificações na compressão do papel da mulher na sociedade etc. Essas são apenas algumas das inúmeras possibilidades de reflexões que podem ser feitas por meio do jornal, de modo a contribuir para o alargamento da consciência histórica e social dos alunos e alunas, a partir da compreensão de que as mulheres são sujeitos históricos atuantes em diferentes espaços e épocas.

Considerações finais

Apesar dos avanços já conquistados pelos movimentos feministas, pela História das Mulheres e pela análise de gênero, ainda há um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito à valorização das diferentes formas de trabalho feminino. Discutir a participação das mulheres, em diferentes espaços de atuação ao longo da história, continua sendo, em certa medida, uma tarefa hercúlea, favorecida pelo surgimento de novas fontes como o *Grito no Nordeste*. Sobretudo no Ensino Básico, em que se perpetuam os silenciamentos, é indispensável pensar o potencial desse jornal para a construção de um ensino de história comprometido com as lutas das mulheres, sobretudo as da classe trabalhadora.

Ao discutir o cotidiano das trabalhadoras rurais e denunciar as opressões que o perpassam, o jornal exerce, portanto, papel significativo na contestação das hierarquias de gênero, contribuindo para o despertar de uma consciência crítica acerca dessa realidade e apontando formas de enfrentamento. A partir de suas páginas, é possível concluir, dentre outros aspectos, que a *plantation* só se mantém pela superexploração do trabalho feminino, exercido dentro e fora do lar. Com

suas diferentes formas de trabalho – não remunerados e/ou sub-remunerados –, são as mulheres que garantem a reprodução e a sobrevivência da classe trabalhadora.

Sendo assim, o *Grito no Nordeste* é uma ferramenta útil para ensino, pesquisa e extensão. Através de pesquisas acadêmicas sobre o tema, exposições itinerantes para diferentes públicos e incentivo ao uso didático do jornal, o Nudoc tem atuado no sentido de promover uma história a contrapelo, a partir da valorização de sujeitos historicamente marginalizados, como as mulheres. A escrita da História, tradicionalmente, constituiu-se como uma ode aos feitos dos grandes homens. Paulatinamente, as mulheres conquistaram seu espaço como agentes históricos. Entretanto, a categoria “mulheres” não é universal, sendo preciso fugir de uma História que conta apenas a saga de heroínas ou personagens extraordinárias – geralmente brancas e provenientes de classes sociais hegemônicas – como costumam fazer os livros didáticos. A partir da discussão de gênero, portanto, o *Grito* contribui para pluralizar as narrativas históricas femininas e lançar luz sobre trajetórias ordinárias que permanecem no silêncio, apesar de sua relevância social, como as de mulheres trabalhadoras rurais.

Referências

- AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano I, jan./mar. 1967.
- AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano II, abr./jun. 1967.
- AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano III, 1969.
- AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano V, jul./set., 1972.
- AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano IX, out./dez. 1975.
- AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano X, abr./jun. 1976.
- AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano XI, jul./set. 1978.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano XIII, jul./set. 1979.

ABREU E LIMA, M. S. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. *Crítica Histórica*, Alagoas, v. 9, n. 18, p. 89-118, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/criticahistorica/article/view/5597/pdf>. Acesso em: 30 mar. 2026.

ABREU E LIMA, M. S. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

BEZERRA, M. H. *Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988)*. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11042>. Acesso em: 30 mar. 2026.

DABAT, C. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: EDUFPE, 2012.

DREIFUSS, R. A. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA FILHO, J. M. M. O Golpe de 64 e a retomada do autoritarismo estrutural no mundo dos engenhos de Pernambuco. In: SILVA, M. G.; SOARES, N. T. *Pernambuco na Mira do Golpe*. v. 3: mundos dos trabalhos e dos trabalhadores. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

FERREIRA FILHO, J. M. M. *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, séc. xx)*. Recife: Editora UFPE, 2020.

KURIAN, R.; JAYAWARDENA, K. Plantation Patriarchy and Structural Violence: Women Workers in Sri Lanka. In: ROOPNARINE, L.; MAHASE, R.; HASSANKHAN, M. S. (editors). *Social and Cultural Dimensions of Indian Indentured Labour and its Diaspora: Past and Present*. New York: Routledge. 2017.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, S. C. *Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MONTENEGRO, A. T. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil*. Recife: CEPE, 2019.

PINSKY, C. B. Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/rWNRkfDygzWFKmR3NMDk94S/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2026.

ROSSINI, R. E. *Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista*. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ROVAI, M. G. O.; MONTEIRO, L. N. História das mulheres e História pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 14, n. 27, p. 206-230, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/12358>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

SOIHET, R. *História das mulheres e história de gênero: um depoimento*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 11, p. 77-87, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SILVA, P. H. P. *Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SOUTO, A. S. *Semeá, adubá, tratá: as intersecções nas experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco*. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SOUZA, M. G. V. *Fermento da massa: formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

Defensora da “justiça social” ou “lobo vestido de cordeiro”?

Debates em torno da União
Democrática Ruralista (UDR) nas
páginas dos jornais (1980's)

Hugo José Cordeiro Vanderlei de Oliveira¹

Introdução

As aspas que se encontram no título deste trabalho foram tiradas de duas edições de jornais publicadas no ano de 1987. A primeira, que associa a União Democrática Ruralista (UDR) à defesa da “justiça social”, encontra-se numa matéria do *Diário de Pernambuco*, em que o jornalista José Vieira trata das controvérsias em torno da instalação de uma sede da entidade ruralista, em Pernambuco. Sua posição é claramente favorável, afinal, um dos objetivos da UDR seria “apoiar e participar dos movimentos que busquem edificar cada vez mais a justiça social e a desenvolver as condições de vida do povo brasileiro”, de acordo com o autor, o que fazia daqueles que se opunham a ela uma “minoria de uma esquerda festiva” (*Diário de Pernambuco*, 1987).

A referência ao lobo em pele de cordeiro foi retirada de uma história em quadrinhos publicada no *Grito no Nordeste*, periódico criado e veiculado pela Ação Católica Rural (ACR).²

¹ Doutorando em História (UFF).

² Ao longo de sua história, a ACR mudou seu nome para Animação de Cristãos no Meio Rural, razão pela qual, daqui em diante, quando formos nos referir

Na trama, representa-se um diálogo entre um trabalhador e uma trabalhadora do campo, cujo assunto é “essa tal de UDR”; eles chegam à conclusão de que ela seria como um “lobo vestido de cordeiro”, pois estaria agindo para “confundir a mente dos trabalhadores, dos pequenos produtores” enquanto representaria somente os interesses dos grandes proprietários rurais (Grito, ed. 96, 1987).

O que está expresso no título, portanto, é um confronto de perspectivas distintas sobre um mesmo objeto de estudo. O objetivo deste texto é realizar o cruzamento de fontes documentais que, por terem sido produzidas por agentes sociais em condições diversas e com interesses próprios (*Diário de Pernambuco e Grito no Nordeste*), abrigam pontos de vista até mesmo opostos sobre a União Democrática Ruralista, uma das principais entidades representativas do empresariado rural brasileiro no contexto da chamada “Nova República”. O exercício aqui proposto ganha sentido se pensamos o documento como “indicativo da singularidade histórica e das ações dos atores sociais envolvidos que tomam corpo na escrita, ou melhor, na narrativa histórica” (Guimarães Neto, 2022, p. 245). Além disso, fica evidente que a seleção desse *corpus* documental não foi feita de forma aleatória ou inadvertida. Ao contrário, ela nos parece conveniente por possibilitar o confronto da perspectiva dos líderes, articuladores e apoiadores da UDR – cujas análises eram veiculadas pelo *Diário* – com a de um movimento de base da Igreja católica construído por trabalhadores e trabalhadoras rurais do Nordeste brasileiro.

O que buscamos não é, na conclusão, dizer ao leitor qual o ponto de vista que mais se aproximava da verdade dos fatos. Mais que isso, interessa-nos: i) compreender as práticas

a essa organização por meio do seu nome inteiro, utilizaremos esta denominação (Abreu e Lima, 2018, p. 90).

sociais que deram ensejo à produção dos referidos documentos por parte dos sujeitos em relação no seu respectivo contexto histórico; bem como ii) matizar a interpretação acerca do empresariado rural, por meio da introdução de novas vozes na narrativa histórica, promovendo uma “passagem da monofonia à polifonia”, como indicou Christine Dabat (2007, p. 34). No entanto, no ato da escrita deste trabalho, mais um sujeito entra em jogo: aquele que seleciona, lê e analisa as documentações para narrar uma história que, nesse momento, é encarada por você, leitor. Apesar de parecer banal, este fato precisa ser destacado, pois dele emerge a constatação de que se encontram aqui, pelo menos, duas dimensões temporais: a dos acontecimentos narrados e a de quem os narra.

Sendo assim, poderíamos nos questionar sobre o que o tempo passado – o do contexto da “Nova República” – teria a dizer para nós, do tempo presente, acerca da atuação ideológica do empresariado rural na busca da realização de seus interesses. Trata-se de uma operação comumente feita e também legítima. Contudo, no intuito de estabelecermos uma relação com o passado que não seja meramente cumulativa – sintetizada pelas imagens do “inventário” e da “herança” (Gagnebin, 2021, p. 145) –, propomos o seguinte questionamento: quais elementos do nosso tempo presente podem explicar o ímpeto de pesquisa sobre o empresariado rural, de forma geral, e a UDR, em particular?

Serve como inspiração para essa reflexão o conceito de “atualidade” elaborado por Walter Benjamin. Conforme esclarece Jeanne-Marie Gagnebin:

Em oposição à concepção achatada e trivial de “atualidade” como presentificação, isto é, como repetição de um valor eterno do passado no presente, concepção apologética e repetitiva, Benjamin forja um conceito

intensivo de atualidade (*Aktualität*) que retoma a outra vertente semântica da palavra, ou vir a ser ato (*Akt*) de uma potência. Essa atualidade plena designa muito mais a ressurgência intempestiva de um elemento encoberto [...] do passado no presente. O que também pressupõe que o presente esteja apto, disponível para acolher esse ressurgir, reinterpretar a si mesmo e reinterpretar a narrativa de sua história à luz súbita e inabitual desse emergir (Gagnebin, 2021, p. 146, grifos nosso).

Seguindo esse fio, podemos tentar responder ao questionamento acima proposto destacando a relação entre a ação do empresariado rural – ou agronegócio – e uma das pautas mais urgentes do nosso tempo: a ambiental. Se a discussão sobre esse tema já vem sendo feita há algum tempo, parece que ela se intensificou após as enchentes que acometeram os estados de Pernambuco e da Bahia, em 2022, e do Rio Grande do Sul, em 2024. Soma-se a isso o enorme crescimento do número de focos de incêndio de 2023 para 2024, e o estabelecimento de uma seca que está sendo tratada como a maior da história do país (Casemiro, 2024). O historiador Luiz Marques, em uma entrevista concedida ao *Joio e o Trigo*³, afirmou categoricamente: “o agronegócio é o grande problema do Brasil e, se ele não for extirpado, não temos a mais remota chance de viabilidade como sociedade e como natureza” (Marques, 2024), após sublinhar a peculiaridade climática do momento que vivemos e sua relação com a forma de exploração da terra vigente em nosso país, que tem como agente central o empresariado rural.

É importante lembrar que, durante o governo Bolsonaro, a faceta mais obscurantista do agronegócio se instalou na estrutura administrativa do Estado, em espaços como a

3 O *Joio e o Trigo* é uma rede de jornalismo investigativo dedicada a temas de alimentação e poder privado no meio rural. Cf.: <https://ojoioeotrigo.com.br/blog/>.

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, e promoveu uma verdadeira contrarreforma agrária, implementada através da aprovação de um conjunto de leis voltadas para o avanço das expropriações de terra, em prol da grande propriedade rural; do esvaziamento e do sucateamento de órgãos como o INCRA e a FUNAI; e da garantia de impunidade às violências praticadas contra assentamentos, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, dentre outras populações florestais, o que fez as ocupações de movimentos sociopolíticos, como o MST, alcançarem uma baixa histórica (Alentejano, 2020). Enquanto isso, a propaganda dessa fração da classe dominante – que ficou cristalizada na tríade “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, veiculada pelas Organizações Globo – se intensifica a cada dia, difundindo o velho causo de que, sem eles, o Brasil quebra e, pior, todos passam fome. Constituído este cenário, o exercício de confronto entre o que diz esse tipo de propaganda e o que pensa e afirma o outro lado da luta de classes, ou seja, o da classe trabalhadora do campo, torna-se quase um imperativo. Por isso, regressamos ao contexto em que se encontraram a União Democrática Ruralista e a Animação de Cristãos no Meio Rural, quando a luta de classes no Brasil alcançou um de seus pontos mais altos (Fontes, 2010, p. 227). A ele retornamos na esperança de compreender: como chegamos aqui?

Com esse intuito, dividimos o texto em duas partes. Na primeira, iremos analisar a interpretação da UDR feita por um de seus maiores articuladores no estado de Pernambuco, o empresário canavieiro Antônio Celso Cavalcanti, por ocasião de uma entrevista concedida por ele à Rádio Clube de Pernambuco e reproduzida em trechos pelo *Diário*. Na segunda, vamos introduzir no debate a visão da ACR acerca da questão, por meio do exame das edições do seu periódico, o *Grito no Nordeste*, no qual a UDR foi tema de debate algumas vezes.

A UDR segundo seus apoiadores

O começo de nossa história se passa no ano de 1985. Poucos meses após a posse de José Sarney (PMDB) na presidência da República⁴, foi anunciado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em pleno IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Esse anúncio foi uma das primeiras respostas do governo à pressão feita pelos movimentos sociais e partidos de esquerda, que duvidavam do real compromisso do presidente com a restauração da democracia, devido ao seu histórico político⁵. Uma avaliação que não estava equivocada, afinal, a chamada “Nova República” seria caracterizada exatamente por conjugar promessa de ruptura com prática conciliatória diante dos segmentos militares que perpetraram o Golpe em 1964 (Codato, 2023; Maciel, 2008; Saes, 2001).

O contexto no campo era marcado pelo crescimento do número de casos de violência e pela difusão do debate em torno da Reforma Agrária, que havia sido retomado já na década de 1970 por organizações como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Acompanhado pelo Plano Cruzado, o PNRA contribuiu para atenuar a desconfiança dos setores mais à esquerda diante do Governo Sarney, que, no seu primeiro ano de mandato, implementou um conjunto de reformas, dando continuidade ao projeto de distensão iniciado pelo ditador Ernesto Geisel (Maciel, 2008, p. 79). Ao mesmo tempo, o empresariado rural demonstrou-se

4 José Sarney foi o primeiro presidente civil após os cinco generais do período ditatorial e era o candidato a vice-presidente na chapa que foi eleita indiretamente pelo Congresso Nacional em 1985. Contudo, o líder da chapa, Tancredo Neves (PMDB), faleceu poucos dias após a vitória, o que deixou a presidência para o político maranhense.

5 Sarney é um político que “se formou” no ARENA, o partido da Ditadura, que existiu até a reforma partidária de 1979.

indignado diante do conteúdo do plano e da circunstância na qual ele foi anunciado.

Conforme Sônia Regina de Mendonça, o PNRA “objetivava conter a violência vigente no mundo rural, que vitimava dezenas de trabalhadores, abatidos sob a pecha de ‘invasores’ da propriedade privada” (Mendonça, 2016, p. 140), e o fato de seu anúncio ter sido feito num espaço de organização de trabalhadores rurais foi simbolicamente relevante. Todavia, essa não foi a única motivação para a reação do patronato rural. Embora o texto não trouxesse grandes novidades, previa a penalização de uma das principais formas de exploração da terra naquele bloco histórico: o uso especulativo, que havia sido impulsionado pela política agrária da ditadura.

Um dos resultados desta política, que ficou conhecida como a “modernização conservadora do campo”, foi a formação de uma coalizão de interesses em torno do negócio com a terra, que passou a unir variadas frações do capital, atraídas pelas facilidades oferecidas pelo Estado ditatorial na forma de subsídios e benefícios fiscais (Mendonça, 2010, p. 75). Assim, é compreensível o relato de Moacir Palmeira, que participou da equipe responsável pela concepção do plano:

Na verdade, atiramos no que vimos e matamos o que não vimos. Exatamente porque dirigimos o fogo para a especulação, acertamos o coração do sistema, sem nos darmos conta disso, atingindo a articulação de interesses acima mencionada. Talvez a reforma agrária mais convencional tivesse provocado menos resistência do que essa, que visava a especulação (Palmeira, 1994, p. 56).

Como era esperado, não demorou para que várias entidades do empresariado rural se organizassem para protestar contra o PNRA e tentar descaracterizá-lo. Contudo, o que chama a atenção é o fato de que essa reação não foi protagonizada por grandes proprietários do Norte e Nordeste,

regiões que concentravam a maior parcela das áreas de litígio, ou seja, o foco das desapropriações previstas no plano. Ao contrário, foram os empresários do Sudeste que forneceram a resposta mais contundente, um dado sintomático, visto que as grandes beneficiadas pela “modernização conservadora do campo” na ditadura foram empresas rurais desta região e não daquelas.⁶ Estavam entre as referidas entidades a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a União Democrática Ruralista (UDR), entendidas aqui como “aparelhos privados de hegemonia”.

Algumas delas, como a SRB, colocavam-se invariavelmente contra qualquer tipo de iniciativa distributivista; outras, como era o caso da SNA, até cediam à necessidade de remediar de alguma forma a brutal concentração fundiária brasileira, mas não como estava sendo proposto no plano. No fim das contas, o resultado foi a descaracterização do projeto inicial do PNRA, após ser feito um conjunto de alterações “sem o conhecimento do Mirad ou do Incra por um advogado ligado aos interesses latifundiários sob a tutela do Conselho de Segurança Nacional, seguidas de pequenas correções feitas pelo próprio presidente” (Maciel, 2008, p. 108-109).⁷

A União Democrática Ruralista foi fundada em meio a esse movimento de resposta da burguesia agrária ao anúncio do PNRA. Trazia consigo a promessa de união do “ruralismo” e da representação fiel dos *produtores rurais*,⁸ que estariam

6 Para citarmos um exemplo: conforme René Dreifuss, a Madeireira Nacional S.A. (Manasa) era dona de 4.140.767 hectares de terra nos estados do Amazonas e do Pará, em 1989. Isto equivale a pouco menos que a área total do estado do Rio de Janeiro (Dreifuss, 1989, p. 70).

7 Mirad era a sigla para o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, ao qual era subordinado o Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, fundado em 1970.

8 Conforme Regina Bruno, “a bandeira do produtor autêntico foi, talvez, a que mais legitimou, politicamente, [Ronaldo] Caiado e a UDR junto ao patronato rural e perante a sociedade. Funcionou como reorganizadora de novos sím-

diante de um cenário desanimador: “segundo os uderristas, a classe rural estava enfraquecida, dispersa e desgastada, e seus representantes marcados pelo imobilismo e comprometidos com interesses alheios aos próprios” (Bruno, 1996, p. 73). Essa leitura estava relacionada à crise de hegemonia que vivenciava o campo tradicional/oficial de representação do empresariado rural, composto pela Confederação Nacional da Agricultura, federações e sindicatos setoriais, descredibilizados e excessivamente dependentes da estrutura estatal (Dreifuss, 1989, p. 72). Assim, a UDR se apresentou como uma alternativa aos *produtores rurais*: 1) defendendo uma nova forma de relação dessa fração de classe com a política – caracterizada pela participação no debate público e pela presença frequente nos veículos de comunicação –; 2) realizando trabalho de base em quase todos os estados do país; e 3) empregando a força das armas como uma estratégia de defesa legítima da propriedade privada da terra, justificando-a de uma forma historicamente inédita (Bruno, 1996, p. 75-76). Em uma resposta a esse processo, outras associações do empresariado rural, como as citadas acima, fundaram a Frente Ampla da Agropecuária (FAA), sem convidar a UDR para compô-la, em uma tentativa malsucedida de isolar e enfraquecer a entidade ruralista.

Desde sua fundação até a primeira metade da década de 1990, a UDR fincou raízes em quase todos os estados da União. De acordo com Dreifuss, “no terceiro trimestre de 1986, a entidade já estaria com sedes em 15 estados da federação, um total de 40 regionais e mais de 40 mil associados” (Dreifuss, 1989, p. 73). À essa altura, empresários rurais de diferentes setores e regiões de Pernambuco já flertavam com ela, chegando ao ponto de levantarem nomes para assumir

bolos e da ação dos grandes proprietários de terras e empresários rurais, fragilizando as críticas sobre o latifúndio e as denúncias quanto à especulação da terra” (Bruno, 1996, p. 73).

a sua presidência no estado quando chegasse a hora. Contudo, a instalação da primeira regional pernambucana só aconteceria mais de um ano depois, em novembro de 1987, em uma reunião realizada na sede da Associação de Fomecedores de Cana de Pernambuco, então presidida por Antônio Celso Cavalcanti (Diário de Pernambuco, ed. 329, 1987). Nesse ínterim, a organização presidida por Ronaldo Caiado se tornou um dos principais – senão o principal – símbolos de mobilização contra a reforma agrária no país, o que levou pessoas das mais variadas orientações políticas a discutirem sobre ela nos meios de comunicação, formando um debate em torno de como ela seria classificada e, consequentemente, de qual seria seu verdadeiro caráter.

Por exemplo, em outubro de 1987, Zacarias Bezerra de Chagas⁹ afirmou que seguia para Brasília “para servir de bucha de canhão para a UDR”. Na ocasião, era organizada uma caravana de camponeses, trabalhadores rurais assalariados e indígenas Fulni-ôs, Xucurus e Pankararus com destino à capital federal¹⁰. Seu objetivo era “fazer uma reforma agrária com a participação e sob o controle dos trabalhadores”, e movimentos como a Contag, CPT e ACR estavam na coordenação (Diário de Pernambuco, ed. 272, 1987). Destacamos o fato de que, no discurso proferido por Zacarias, a UDR é representada como um obstáculo ao sucesso da caravana. Mais do que isso, podemos questionar o porquê de ele empregar a expressão “bucha de canhão” para se referir a si mesmo e o que tal escolha revela sobre as práticas da UDR diante daqueles que contrariavam seus interesses.

9 Um dos coordenadores do Movimento Unificado Povo na Constituinte.

10 É importante lembrar que a nova Constituição Federal estava sendo elaborada nesse período no Congresso Nacional. Isso levou muitos movimentos a organizarem caravanas com destino a Brasília para pressionar os parlamentares.

Talvez, a declaração feita por José Francisco da Costa¹¹ na mesma ocasião nos ajude a responder a essas perguntas. Comentando os desafios que poderiam ser enfrentados pela caravana, ele afirmou que “esse negócio de passar frio, fome, enfrentar a Polícia e os pistoleiros da UDR é café pequeno. Esse pessoal passou foi a vida inteira dentro dos matos, enfrentando a fome, a sede e toda sorte de perigo” (Diário de Pernambuco, ed. 272, 1987). Mais uma vez, a UDR aparece como uma entidade que lida com seus adversários por meio da força das armas. Além disso, goza da impunidade do Estado brasileiro, cujos agentes (polícia) são representados como adversários dos trabalhadores, e não dos pistoleiros. Seria a tal “solidariedade de classe entre autoridades e empregadores?” (Dabat, 2007, p. 683).

Por sua vez, os líderes e apoiadores da UDR não deixaram esse tipo de afirmação sem resposta e foram para o embate público. Um dos seus mais ávidos defensores foi o já citado presidente da Associação de Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Antônio Celso Cavalcanti. Ele tratou da defesa da “ordem e da moral pública” empreendida pela entidade numa entrevista concedida ao jornalista Edilson Torres (Rádio Clube de Pernambuco) e reproduzida em trechos pelo Diário. Conforme o empresário, “a UDR é uma entidade altamente *democrática*, que não pode ser acusada de promover a luta de classes”, um fato que ele teria constatado quando das suas idas a Brasília, para participar de manifestações políticas e leilões coordenados por Ronaldo Caiado:

Ele disse ter presenciado em Brasília algumas concentrações promovidas pela UDR, uma delas com presença de cerca de 500 mil pessoas procedentes do Rio Grande do Sul à Amazonas: ‘Não presenciei senão uma passeata

11 Dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape).

pacífica, inequivocamente ordeira, liderada pelo médico Ronaldo Caiado (...) Semana passada participei de um leilão promovido por aquela entidade, também liderado pelo médico Ronaldo Caiado, e que se desenvolveu em ambiente de total cordialidade, dentro do mais absoluto respeito à ordem e à moral pública (...) não vejo motivos para se considerá-la [a UDR] um papa-figo nacional' (Diário de Pernambuco, ed. 326, 1987).

Destacamos o emprego do adjetivo “democrática”, para se referir à UDR e suas ações. Na década de 1960, esse foi um termo amplamente utilizado e que constava na sigla de inúmeras organizações, mesmo que o compromisso com a democracia brasileira não figurasse entre seus princípios. Algumas delas, inclusive, trabalharam para derrubar o governo Goulart, em 1964 (Dreifuss, 1981)¹². No decorrer do processo de transição, ele volta a aparecer em cartazes de manifestações, palavras de ordem e slogans, além do nome da frente política vitoriosa em 1985, a “Aliança Democrática”. Contudo, os significados dados a esse mesmo termo nesses dois momentos são distintos. Se, na década de 1960, empunhar a bandeira da democracia era algo que estava associado a organizações conservadoras que contribuíram com um golpe de Estado com base no discurso anticomunista e na doutrina de segurança nacional; da segunda metade da década de 1970 até a consolidação do processo de transição, o termo “democrático” se associou à derrubada da Ditadura e ao estabelecimento do Estado de Direito. Nesse sentido, ele se tornou o símbolo de uma “nova esquerda” mais motivada pela “questão democrática” que pela luta anticapitalista (Fontes, 2010, p. 237), o que não impediu outros grupos de

12 Por exemplo, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Cruzada Democrática Feminina (CDF).

o empregarem também, tentando disputar seu significado de acordo com seus interesses.

No caso do discurso proferido por Antônio Celso, é operada uma significação da palavra “democrática” que, ao mesmo tempo, qualifica a UDR e desabilita seus críticos. Primeiro, democrático é aquele que é capaz de mobilizar um grande contingente populacional em prol de uma causa sem desrespeitar a “ordem e a moral pública”, um feito realizado pela entidade ruralista e para o qual não seriam hábeis os grupos que buscam conduzir o país “aos descaminhos da desorganização social e do caos generalizado”, como ele chamou seus adversários numa outra ocasião (Diário de Pernambuco, ed. 326, 1987); segundo, democrático é aquele que arrecada sua própria renda e a declara ao público, como faria a UDR, “a única organização classista no país a revelar, de público, a verdadeira fonte do dinheiro arrecadado”, que, por sua vez, não viria de “Cuba, da União Soviética ou de qualquer país do Leste europeu, como geralmente ocorre com as organizações que costumam falar em nome do trabalhador brasileiro”; terceiro, democrático é aquele que recebe todos independente da sua classe, e “qualquer agricultor, ou qualquer criador, por mais humilde que seja, pode participar dos quadros da UDR e, se for o caso, até chegar à sua direção” conforme Antônio Celso. O empresário conclui a entrevista rebatendo críticas feitas por sindicatos de trabalhadores rurais à instalação da entidade ruralista em Pernambuco. Para isso, mais uma vez recorre ao sarrafo democrático: “se os trabalhadores têm o direito de organizar-se, o que sempre defendi, porque não o têm os empresários deste ou daquele setor? O problema é que essa gente fala em democracia, mas não aguenta sequer um ano de democracia” (Diário de Pernambuco, ed. 326, 1987).

Se a desacreditação dos trabalhadores e de suas organizações faz parte do rol de práticas historicamente empreendidas pela classe dominante, o que difere aqui é a

forma como isso é feito. Decorre desse fato a importância de atentar para a linguagem que é empregada nestes discursos, destacando sua historicidade e, portanto, sua relação com os símbolos e referências do contexto em que ela foi elaborada. Nesse sentido, ao formular a tese de que a atuação da UDR seria “democrática”, em oposição aos movimentos de trabalhadores, Antônio Celso Cavalcanti não só rebatia denúncias contra a entidade ruralista, mas também contribuía para que a violência – privada ou estatal – contra esses movimentos fosse socialmente vista como legítima. Afinal, esse é um momento profundamente marcado pela disputa classificatória dos sujeitos, que, em última instância, traça uma linha entre aqueles cuja morte é digna de luto e aqueles que não (Pedretti, 2024). Declarações como as de Zacarias Bezerra de Chagas e José Francisco da Costa são exemplos da ação dos trabalhadores nesse campo discursivo, na qual iremos focar a partir de agora.

A UDR segundo a ACR

A “sociedade civil” brasileira passava, em plena década de 1980, por um processo de complexificação, expresso pela multiplicação de formas associativas ou “aparelhos privados de hegemonia” (Casimiro, 2018, p. 18). Como exemplos, podemos citar as entidades patronais mencionadas acima, mas também os partidos, os sindicatos e as associações de trabalhadores, que disputavam a hegemonia do processo de transição e propunham alternativas de país, apesar da desvantagem em termos de recursos. Neste tópico, iremos focar na interpretação sobre a UDR feita por uma destas organizações: a ACR, que se envolveu diretamente nas principais pautas desse período – seja através da atuação política direta de seus militantes, seja pelas publicações no *Grito no Nordeste*.

No Brasil, os trabalhos da ACR começaram em 1965, mais precisamente no estado de Pernambuco. As origens desse movimento remontam às sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965), em que se encontraram Dom Helder Camara, então bispo da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), e José Servat, padre francês que viria a ser o responsável por liderar a construção da ACR em território brasileiro. A atuação do movimento, que chegou a desenvolver atividades em todos os estados da região Nordeste, acontecia em diferentes níveis simultaneamente. Foram realizados trabalhos por pequenas, médias e grandes equipes, com distintos objetivos. As primeiras faziam reuniões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com o intuito de que fossem discutidas as questões vivenciadas por aquelas pessoas em seus cotidianos, quais problemas os estavam afligindo, e quais soluções poderiam ser adotadas por elas enquanto um coletivo. Para que chegassem em qualquer plano de ação, era necessário entender qual a origem do que estavam enfrentando, ou seja, fazer um diagnóstico da situação; tudo isso era feito à luz do evangelho, de documentos pastorais e de obras de teólogos. Tratava-se do método “Ver-Julgar-Agir”, empregado por várias organizações da Ação Católica na formação de seus militantes e guiado pela concepção de “evangelização libertadora” (Dussel, 1999; Souza, 2023). O objetivo, além de traçar caminhos que poderiam ser seguidos para conquistar melhores condições de vida e trabalho no meio rural, era também formar quadros que fossem atuar nas associações, sindicatos e até mesmo partidos políticos.

O periódico *Grito no Nordeste*, que começou a ser editado em 1967 e permaneceu por mais de quarenta anos, tornou-se um importante instrumento não só de informação, mas também de formação dos militantes do movimento. Nele,

temáticas das mais diversas eram discutidas¹³, sempre adotando-se o referencial do evangelho e da Teologia da Libertação. Sua distribuição tornou-se expressiva ao longo dos anos, visto que, na década de 1970, o número de assinantes chegou à marca de 10 mil (Silva, 2012, p. 158). Se consideramos que esses periódicos eram comumente lidos coletivamente, é provável que um número significativamente maior de pessoas tenha tido contato com as discussões veiculadas pelo *Grito*. É possível perceber a mudança no conteúdo das matérias e na forma de abordá-los: por exemplo, se, nos primeiros anos da ACR, a política não aparece tanto em seus documentos – internos ou externos –, no fim da década de 1970, e ao longo da década de 1980, essa temática passa a figurar muito mais e de maneira mais concreta. Quanto a isto, a historiadora Maria do Socorro de Abreu e Lima afirma que

a partir dos anos 80, porém, em consonância com o processo de abertura política e redemocratização do Brasil, a ACR, como outros movimentos da Igreja Católica que já vinham discutindo e atuando politicamente numa linha de denúncia e resistência à ditadura, passa a discutir sobre política de uma forma mais concreta, intensa e questionadora (Abreu e Lima, 2018, p. 90).

A partir da constatação de que a instalação da UDR, em Pernambuco, gerou uma intensa movimentação e levou à tomada de posição por parte dos sujeitos ligados ao meio rural, decidimos averiguar se a ACR teria tratado também da entidade empresarial nas páginas de seu jornal. Depois de realizada a investigação da documentação arquivada no Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (Nudoc/UFPE), encontramos algumas referências à UDR em edições

13 Reforma Agrária; violência patronal; condições de trabalho no campo; sindicalização rural; a condição da trabalhadora rural; anticapitalismo e anticomunismo; ecologia; trabalho infantil; dentre muitos outros.

publicadas nos anos de 1987 e 1988¹⁴. Uma das declarações mais fortes aparece no texto *Zona canavieira: história, vida e lutas*. “O açúcar com gosto de sangue”, no qual é feito um breve histórico da exploração da cana-de-açúcar no Nordeste desde o período colonial, sempre relacionando essa atividade à violência patronal, que se tornou uma de suas marcas. Ao fim, são transcritas respostas de trabalhadores e trabalhadoras a perguntas sobre suas condições de vida e trabalho feitas pela equipe do jornal. Benedito José, um dos entrevistados, afirmou o seguinte quando indagado acerca da violência armada nas plantações:

Se for dizer tudo, não tem papel que caiba. Só vou dizer que cada dia se agrava mais a violência organizada. Tem grupos secretos de pistoleiros ligados à UDR, só pra matar... Se mata no carnaval, na rua e em todo canto. Matam para roubar e também para defender o privilégio dos grandes (Grito, ed. 102, 1988).

Mais uma vez, a figura do pistoleiro aparece como aquele que encarna a UDR, sobretudo na sua relação com o trabalhador. Além disso, a violência é representada como uma prática onipresente,¹⁵ o que novamente nos leva a questionar a impunidade garantida aos perpetradores na região açucareira e, conseqüentemente, a ação do Estado brasileiro como fiador dessa violência. Por fim, destaca-se a interpretação feita por Benedito na última frase desse relato: de que a violência enfrentada pelos trabalhadores e cometida pelos pistoleiros da UDR seria atravessada por interesses de classe, especificamente da classe dominante, cujos privilégios estariam sendo defendidos no ato daquela violência. No entanto, no espaço

14 Por exemplo, as edições 96, 97 e 102. As duas primeiras publicadas em 1987 e a terceira, em 1988.

15 Para mais detalhes sobre a violência no campo, ver o capítulo 6 desta coletânea.

de que dispomos neste capítulo, decidimos concentrar nossa análise em uma história em quadrinhos (Figura 1), intitulada *Conversando sobre a UDR*, publicada na edição 96 do *Grito*.

FIGURA 1. Matéria do *Grito no Nordeste*, ed. 96, p. 10



Fonte: Fundo ACR do acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

Esta edição foi distribuída entre os meses de maio e junho de 1987, em um momento em que os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) estavam em curso. Essa havia se tornado a principal pauta de mobilização tanto das entidades empresariais, quanto dos movimentos sociais, que tentavam exercer a maior pressão que pudessem sobre os parlamentares e difundir o debate sobre a constituição nas suas bases. As discussões sobre o tema da Reforma Agrária no Congresso foram marcadas por truculência e tentativas de intimidação, com a UDR tendo se tornado um agente decisivo no processo. Conforme Luiz Otávio Ribas:

Durante o intervalo das sessões alguns deputados foram ameaçados de morte, houve tentativas de suborno,

objetos foram arremessados contra deputados, muitas pessoas entraram armadas na galeria, apesar da ordem do presidente. Membros da UDR nas galerias lançavam objetos contra os deputados (Ribas, 2011, p. 6).

Como a ACR vinha promovendo o debate sobre a ANC no *Grito* desde sua convocação, em 1985, provavelmente a notoriedade da atuação da UDR em Brasília foi mais um fator que contribuiu para que a equipe editorial do *Grito* decidisse tratar dessa entidade de forma mais detida. Quanto à forma escolhida para fazer isso – diálogo em quadrinhos –, ela era recorrentemente empregada no jornal, o que propiciava a leitura coletiva e em linguagem oralizada, em um meio em que as taxas de analfabetismo eram altíssimas.

Logo no início da conversa entre as personagens Tonho e Chiquinha, é destacado o elemento da confusão entre os trabalhadores acerca “dessa tal de UDR”, visto que “uns atacavam; outros defendiam” em uma de suas reuniões. Além disso, é reforçada essa ideia por meio da frase “tem muitos trabalhadores por aí afora que já não estão mais entendendo o que é a UDR”. Na narrativa, esse elemento inicial serve como pretexto para que Tonho desenvolva sua interpretação da UDR, a fim de revelar sua “verdadeira cara”. A partir daí, são feitas afirmações que contrariam frontalmente a leitura da UDR feita por Antônio Celso Cavalcanti na entrevista comentada acima.

Em primeiro lugar, enquanto o empresário afirma que a UDR seria um espaço para todos os “produtores rurais” – do menor ao maior – no *Grito*, ela é representada como uma entidade de “grandes latifundiários; fazendeiros, usineiros e donos de engenho”. É importante frisar o fato de que está em questão não só uma disputa interpretativa, mas também classificatória, na qual a escolha dos termos empregados para fazer referência aos sujeitos é fundamental. Nesse sentido, é

simbólico o uso de expressões como “latifundiário” ou “dono de engenho”, em oposição à imagem do “produtor rural”, instrumentalizada habilmente pela UDR. Naquele contexto, o significado das primeiras era constituído pelas ideias de “atraso, arcaísmo e violência”, uma concepção que está cristalizada no próprio Estatuto da Terra (1964); já a terceira remete à noção de “modernidade” e sustentação do sistema produtivo brasileiro.

Em segundo lugar, a fundação da UDR é interpretada como uma reação à ação da classe trabalhadora, que pressionava pela implementação da reforma agrária. Portanto, o objetivo seria “barrar, a todo custo, o Plano Nacional de Reforma Agrária” e, para alcançá-lo, nenhum recurso seria ignorado, sobretudo o da violência armada, que seria custeada pelos leilões de gado, realizados para “comprar armas, contratar jagunços e pistoleiros que vem ameaçando, perseguindo e matando lavradores e pessoas que apoiam a luta pela terra”. Como colocou Antônio Celso, a fonte do dinheiro da UDR parecia realmente ser publicamente conhecida, porém, talvez ele só tenha se esquecido de tratar do destino desses fundos, para além, claro, da promoção da “ordem e da moral pública”.

Em terceiro lugar, é feita a associação entre a entidade empresarial e o que chamaríamos hoje de “fake news”. No intuito de desacreditar as ações de desapropriação que estavam em curso por ocasião do PNRA, ela teria espalhado a “notícia” de que o governo tiraria “a terra do povo”, levando a crer que as terras de pequenos proprietários seriam destinadas à reforma agrária. Uma tática que já havia sido utilizada em momentos anteriores pela UDR, quando, por exemplo, distribuiu pelo Mato Grosso panfletos que seriam supostamente do PCdoB defendendo a expulsão de padres, freiras e latifundiários do país (Diário de Pernambuco, ed. 213, 1987).

Considerações finais

Buscamos mostrar ao longo desse texto que, seja na historiografia, seja nos veículos de comunicação, a todo momento são produzidos e reproduzidos discursos. Dependendo de quem os esteja proferindo e dos recursos de que disponham, eles podem alcançar um número maior ou menor de pessoas; podem ainda, deliberadamente ou não, naturalizar práticas que são historicamente construídas e, mais que isso, convenientes para determinados grupos sociais. Sendo assim, investigar os sujeitos, seus interesses e as circunstâncias históricas nas quais eles estão envolvidos é um pressuposto da análise do discurso. Contudo, esta é só uma das dimensões do problema aqui proposto. Isso decorre do fato de que, além de enunciar, todo discurso também silencia, e estas duas dimensões da questão devem ser objeto tanto de reflexão quanto de ação (Trouillot, 2017, p. 45).

Ao cruzar as diferentes interpretações acerca da UDR, observa-se a luta travada entre a classe dominante e a classe trabalhadora no campo discursivo. Enquanto a primeira tentava silenciar por meio da descredibilização e do extermínio, a segunda também reagia formulando e difundindo suas respostas e projetos de país. O sucesso na batalha classificatória poderia significar a legitimação social da violência praticada pelos pistoleiros ou das reivindicações por terra e melhores condições de vida e trabalho realizadas por movimentos como a ACR. Nenhum estudo sobre este problema pode se dar ao luxo de ignorar esse fato.

Nos dias de hoje, essa disputa classificatória continua acontecendo, mesmo que com novos agentes e ferramentas em jogo. Empresas como JBS, Monsanto e Bunge investem milhões nas suas campanhas publicitárias, que estão presentes até nos sambódromos do Rio de Janeiro (Chã, 2018, p. 172), o que torna o exercício aqui realizado tão necessário

quanto “atual” (no sentido benjaminiano). No entanto, atentemos para uma diferença fundamental entre o contexto da “Nova República” e o nosso: agora, confrontar a perspectiva do agronegócio com a dos camponeses, trabalhadores assalariados, indígenas e outras populações florestais se tornou uma condição de “viabilidade como sociedade e como natureza”. O avanço da fronteira agrícola sobre territórios ainda mais ao norte do país e a destruição de biomas, como a floresta amazônica e o pantanal, alertam-nos para este fato.

Um problema complexo como esse exige soluções mais complexas ainda, que extravasam a seara da Academia, acionando outros setores da sociedade. Isso, de certo, não isenta a Universidade pública da sua responsabilidade; ao contrário, aponta para a urgência do seu comprometimento com a transformação social, que encontra na extensão universitária um dos seus maiores potenciais. Espaços como o Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco fornecem exemplos de uma relação frutífera entre Academia e movimentos sociais, dos quais historicamente saíram as propostas mais corajosas e inventivas para enfrentar as tarefas históricas que se impõem diante da classe trabalhadora, e nenhuma dessas experiências pode ser desperdiçada.

Em uma de suas teses em *Sobre o conceito de história*, Walter Benjamin defendeu que o “dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin, 1987, p. 224-225). A busca dessas centelhas – no presente e no passado – se impõe como um dever se desejamos obter alguma chance de vitória.

Referências

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano XX, ed. 96, mai./jun. de 1987.

AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste*. Recife, PE, ano XXI, ed. 102, mai./jun. 1988.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, PE, ed. 213, 05 de agosto de 1987.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, PE, ed. 272, 04 de outubro de 1987.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, PE, ed. 320, 22 de novembro de 1987.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, PE, ed. 326, 28 de novembro de 1987.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, PE, ed. 329, 01 de dezembro de 1987.

ABREU E LIMA, M. S. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. *Crítica Histórica*, Alagoas, v. 9, n. 18, p. 89-118, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/criticahistorica/article/view/5597/pdf>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRUNO, R. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 40, p. 69-89, 1996. Disponível: https://revistas.usp.br/rieb/pt_BR/article/view/72151. Acesso: 30 mar. 2026.

CASEMIRO, P. Brasil enfrenta a maior seca da história, diz órgão do governo federal. *G1*, 31/08/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/08/31/brasil-enfrenta-a-maior-seca-da-historia-diz-orgao-do-governo-federal.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2025.

CASIMIRO, F. H. C. *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHÃ, A. M. *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CODATO, A. *Nove ensaios sobre a política brasileira*. São Paulo: Almedina, 2023.

DABAT, C. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA, P. H. P. *Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

DREIFUSS, R. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.

DREIFUSS, R. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUSSEL, E. *Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GAGNEBIN, J. Walter Benjamin: estética e experiência histórica. In: ALMEIDA, J.; BADER, W. *Pensamento alemão no século xx*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

GUIMARÃES NETO, R. B. Crítica histórica: o documento como aprendizagem no debate historiográfico. In: FERREIRA ARAÚJO, K. S.; MONTENEGRO, A. T. *Historiografia: rastros e vestígios documentais de trabalhadores e trabalhadoras*. Recife: Editora UFPE, 2022.

MACIEL, D. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MENDONÇA, S. R. Estado e Classes Dominantes Agrárias na Transição Brasileira. In: CALIL, G.; SILVA, C. L.; SILVA, M. A. B. *Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARQUES, L. "O agronegócio é o principal inimigo do Brasil". Entrevista concedida a Tatiana Merlino. *O Joio e o Trigo*, São Paulo, set. 2024. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/09/o-agronegocio-e-o-principal-inimigo-do-brasil/>. Acesso em: 11 set. 2025.

PALMEIRA, M. Burocracia, política e reforma agrária. In: MEDEIROS, L. et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

PEDRETTI, L. *A transição inacabada: violência de Estado e direitos humanos na redemocratização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

RIBAS, L. O. UDR e TFP: a força bruta que enterrou a reforma agrária na constituinte de 1987. *Revista Em Debate*, Florianópolis, n. 5, p. 1-15, 2011.

SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SOUZA, M. G. V. S. *Fermento da massa: formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

TROUILLOT, M. *Silenciando el Pasado: el poder y la producción de la Historia*. Granada: Comares Historia: 2017.

“Há muito campo nessa história” O fazer-se thompsoniano nos jornais dos movimentos sociais

Daniel do Nascimento Silva¹

Introdução

Mesmo preocupado em entender a formação da classe operária na Inglaterra, Edward P. Thompson contribuiu para a renovação do conceito de classe no interior da teoria marxista. Para o historiador inglês, o “fazer-se” da classe está diretamente influenciado pelos acontecimentos históricos. Assim, a classe se forma em um processo que, quando historicizado, permite “enxergar uma realidade submersa” (Vitorino, 2010, p. 159). Thompson, portanto, de forma contrária às noções do marxismo ortodoxo – que entende a categoria de classe como organismo anti-histórico, determinado pelas estruturas e impossibilitado de mobilidade –, introduz um novo fator para essa discussão: a mudança.

O período conhecido na História do Brasil como Quarta República foi marcado pelos conflitos do mundo rural no Nordeste. É comum notarmos que perseguições, ameaças e mortes movimentaram os embates nesta região, visto que “o regime de trabalho contava entre os mais duros e brutais que se conhecia. Impune reinava nos canaviais a violência patronal, desde a época da conquista (até o presente)” (Dabat, 2012, p. 20). Por essa razão, as fontes históricas desse

1 Mestrando em História (UFPE).

momento estavam cotidianamente descrevendo as reivindicações, passeatas e disputas entre classes distintas. Durante grande parte das décadas de 1950 e 1960, três grandes forças políticas atuaram nesse espaço, tentando organizar os trabalhadores rurais: o Partido Comunista Brasileiro, a Igreja Católica e as Ligas Camponesas.

Diante desse contexto, o presente texto tem como objetivo investigar de que forma as contribuições de E. P. Thompson podem ampliar o entendimento sobre consciência de classe no mundo rural, a partir da análise de dois jornais: *Liga*, produzido pelas Ligas Camponesas, e *Grito no Nordeste*, elaborado pela Ação Católica Rural.

Ligas Camponesas e Igreja Católica: uma disputa pelos trabalhadores rurais

Não seria absurdo afirmar que a historiografia brasileira esteve atenta aos acontecimentos urbanos², ainda que, na maior parte do tempo, os momentos mais importantes da história do Brasil tenham estado atrelados à questão agrária. Por esse motivo, mesmo que eclipsadas pelo mundo citadino, é preciso dizer: “Há muito campo nessa história” (Ianni, 2004, p. 7).

Nesse sentido, um exemplo desse descompasso ocorre quando observamos como os debates relacionados à democracia nessas décadas, como na análise de Jorge Ferreira

2 Um conceito que pode ajudar a compreender a exclusão do mundo rural nos holofotes da historiografia é o de “rurofobia”. Apresentado pela professora Christine Dabat, compreende a ideia de que há um atraso no campo em relação à cidade, ou seja, seria uma espécie de aversão ao mundo rural, visto que é entendido como retrógrado, atrasado e subdesenvolvido. A “rurofobia”, portanto, aciona uma série de impedimentos que são prejudiciais para a compreensão da realidade histórica do campo. A reivindicação de uma historiografia brasileira mais conectada à realidade neste espaço, é uma atividade política de recuperar que busca reivindicar os acontecimentos esquecidos pelos historiadores ao longo do tempo. Cf.: <https://www.youtube.com/watch?v=e5iqmreFuY4>.

(2019), afetam apenas os espaços urbanizados. Isso se prova quando constatamos que, diferente da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, a legislação referente aos trabalhadores rurais foi assinada apenas em 1963, com cerca de 20 anos de atraso.

Para Azevedo (1982), essa situação pode ser explicada a partir da chamada via prussiana de modernização, que abarca a ideia de que as transformações no campo são motivadas pelos interesses da burguesia agrária e baseadas na exclusão política dessas populações. Em outras palavras, o capitalismo implementa seu projeto de superexploração do trabalho, sem, ao menos, modificar as relações hierárquicas presentes no mundo rural.

Diante da situação de esquecimento perene dessa região, percebe-se que a realidade para o trabalhador rural estava permeada por outra lei: a do latifundiário. Francisco Julião, em *Carta de alforria do camponês*, explica bem essa conjuntura: “com a violência ele te faz medo. Com a astúcia ele te engana. A violência é o capanga. É a polícia. É a ameaça de te jogar fora da terra” (Julião, 1997, p. 70). A situação de miséria muito avançada, especialmente no Nordeste, onde “dois terços vivem no campo” (Julião, 2013, p. 120), agrava os problemas e torna esse local um dos mais propícios para cenários de radicalização. Por isso, qualquer movimentação podia ganhar tons de revolta diante dos problemas vivenciados por essas pessoas. Nessa lógica, o Nordeste é um organismo doente: “onde se põe dedo brota pus” (Julião, 2013, p. 121).

E foi dentro desse esquema que surgiu, em Vitória de Santo Antão, um dos movimentos trabalhados neste capítulo: a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Inicialmente, a organização foi pensada com fins assistencialistas, visto que “procura[va]m institucionalizar uma prática de cooperação com que p[udesse]m melhor enfrentar os problemas de doenças, da morte e

mesmo paralelamente saldar os débitos com o proprietário” (Montenegro, 2019a, p. 249). Essa organização, que a imprensa passou a denominar como Ligas Camponesas, adquire, ao longo do tempo, tons políticos mais radicais (Bastos, 1984). A atividade principal das Ligas esteve centrada em entender o campesinato e, a partir disso, buscar alternativas para a conscientização desses indivíduos. O caminho encontrado consistiu na elaboração de reuniões, na produção de cartilhas, livros e repentes capazes de introduzir sobre temáticas como exploração e necessidade de superação do latifúndio: “Hoje somos milhões de oprimidos. Sob o peso do terrível *cambão*³. Lutando nós seremos redimidos: a reforma agrária é a salvação” (Mennucci; Julião, 2005).

Cientes dos mesmos problemas que fizeram emergir as Ligas Camponesas, a Igreja Católica compreendeu que era preciso redefinir sua estratégia missionária a partir da publicação da encíclica *Fidei Donum* (1957). Esse documento se baseia no trabalho de evangelização e combate ao comunismo na África, posteriormente estendido à América Latina (Montenegro, 2019b). A chegada de alguns padres, motivados por essa carta, atribui uma nova atuação de parte da Igreja tanto no combate ao comunismo quanto na denúncia das desigualdades sociais no mundo rural. No entanto, a receptividade em relação a esses personagens foi negativa, visto que “são taxados de comunistas por se mostrarem solidário contra as injustiças sociais [...] que privilegiam os interesses das camadas mais abastadas [...] e justificam o *status quo* de exploração e miséria” (Montenegro, 2019b, p. 47).

3 Imposto comum no mundo rural que consistia no pagamento, em trabalho gratuito, pela utilização da terra alugada pelo *senhor de engenho*. A luta contra o *cambão*, como exemplifica a música trazida, torna-se essencial para compreender as mobilizações do movimento social em questão, visto que associado a trabalho escravo, essa taxa passa a simbolizar uma possível perda de autonomia do campesinato (Julião, 2013).

José Servat foi um desses padres que chegaram ao Brasil com a missão da encíclica. Mesmo com as experiências da Ação Católica na França, Servat foi transformado pelo contato com a realidade dos homens e mulheres no campo (Silva, 2012). A partir da relação com Dom Helder, ele encontra os setores mais progressistas da Igreja Católica e acaba recebendo a tarefa de coordenar a Ação Católica Rural (Abreu e Lima, 2019). Resultado do Vaticano II, a ACR foi fundada em 1965, baseada na valorização de um programa coeso de evangelização, tendo como finalidade o engajamento dos trabalhadores em discussões relativas à terra, direitos civis e sindicalização, e “se organizava através das paróquias, dioceses [...] pela individualidade de seus militantes, partidos políticos e sindicatos” (Souza, 2023, p. 148).

Fontes: sua parcialidade e limitação

Para nós, no presente, o passado é um dado concreto, que demonstra, por prova, os acontecimentos. No entanto, essa visão, apesar de correta, quando não dosada, contribui para o apagamento de um elemento essencial para o historiador: a imprevisibilidade. Ao analisarmos um documento, não podemos ignorar as disputas de sua formação, visto que a noção de evidência e o determinismo histórico construíram, durante muito tempo, uma historiografia engessada e incapaz de compreender os grandes acasos do jogo da História (Muniz, 2004).

Partindo dessa perspectiva, compartilho uma anedota exemplar contada por um amigo historiador, que certa vez acreditou em uma mentira registrada em um documento histórico. O personagem da fonte estudada por ele queria enganar os seus superiores e, por isso, teve que inventar, na documentação, algumas informações que passariam

despercebidas. Ele, acreditando sem questionar a fonte, caiu na mentira contada intencionalmente pelo indivíduo.

Mentiras são fabricadas todos os dias. Elas podem atravessar um documento histórico e serem encaradas como verdade. Por essa razão, todos os que dedicam suas atenções às ciências humanas precisam lidar com a parcialidade dos agentes históricos e atentar-se ao fato de que as intenções estarão sempre presentes em cada linha do que se lê.

É entendendo a importância da análise crítica da documentação e seus objetivos que podemos observar as disputas narrativas da época. A fonte é, portanto, um espaço para questionar, desconfiar e, principalmente, observar o que está escrito na contramão, “a contrapelo” (Benjamin, 1994). Em função disso, questionar os lugares que antes eram dotados de certeza nos ajuda a complexificar as ações dos agentes históricos. Ademais, além de perceber que uma fonte possui seus produtores e suas intencionalidades, é preciso mencionar que é um escrito parcial de uma realidade histórica mais complexa. A esse entendimento, Regina Guimarães acrescenta a ideia de que “as informações que constam no documento ‘funcionam’ como pistas, uma espécie de ‘guia’” (Guimarães Neto, 2022, p. 254). Ou seja, a fonte histórica atua como vestígio de um passado maior e pode ser vista, talvez, como um lápis capaz de colorir ainda mais a imagem de um período.

Nesse sentido, diante das particularidades da ciência histórica, cabe perceber que os processos que envolvem a produção de uma fonte podem auxiliar na elaboração de novos conceitos sobre a realidade. Portanto, olhar para uma fonte de maneira crítica nos conduz, inclusive, para um novo entendimento sobre as classes sociais no Brasil.

Um novo olhar para a classe no Brasil

Percebendo a importância da história para entender as particularidades do capitalismo, Thompson, como já foi lembrado, articula uma nova dimensão para o conceito de classe. A flexibilidade desse conceito permite dinamizar o entendimento sobre os grupos políticos presentes no mundo rural, que, muitas vezes, são enquadrados como pré-capitalistas e, por esse motivo, fadados ao esquecimento com a ascensão cada vez mais forte da classe operária no campo (Martins, 1981, p. 13).

Apesar das certezas teóricas sobre a extinção do camponato naquela época, o que se observou foi um crescente movimento popular desses indivíduos. Durante grande parte das décadas de 1950 e 1960, esses grupos atuaram em defesa de suas bandeiras, tais como a Reforma Agrária e a busca por melhor qualidade de vida. Nesse sentido, é possível observar que há um desencaixe entre a ortodoxia teórica e os movimentos concretos no Brasil desse período, já que “os camponeses, sob lentes marxistas, são interpretados por vezes como um resquício histórico, desprovido dos traços característicos de uma classe” (Santos, 2016, p. 47).

Nessa lógica, a teoria ortodoxa das classes sociais não consegue compreender essa conjuntura. Buscaremos, portanto, entender como Thompson consegue, a partir de suas contribuições, responder ao problema ligado ao lugar que esses agentes históricos ocupam no mundo rural. Aproximar-se da teoria thompsoniana implica perceber que não se pode tentar, a qualquer custo, encaixar a realidade em uma teoria; ao contrário, é a ótica do real que deve orientar e influenciar as metodologias científicas.

A língua na realidade material

Para entender essas transformações, é preciso voltar nossa atenção para a linguagem. É nos discursos, sussurros e conversas que esses grupos conseguiram articular suas ideias. O uso de fontes jornalísticas assume um papel essencial para esse trabalho, porque são nesses documentos que poderemos refletir sobre as questões relacionadas à classe e sua consciência. A linguagem é, por isso, uma ferramenta concreta e assume, nessa análise, posição central para entendermos o ‘fazer-se’ da classe trabalhadora no mundo rural.

É muito comum observarmos em ambos jornais, *Liga e Grito no Nordeste*, as associações entre latifúndio e exploração. Os recursos são diversos, afinal, os poemas, as tirinhas, os desenhos, imagens e reportagens são agenciadas visando sensibilizar o leitor a respeito da realidade material dos explorados. Além disso, cabe destacar que o *Grito no Nordeste*, em específico, assume um papel importante para os trabalhadores rurais, visto que seus assuntos são discutidos nas reuniões, assembleias e encontros. O público desse periódico detinha o interesse em discutir coletivamente as pautas trazidas. Já para a *Liga*, existia a preocupação em trazer os movimentos reais e concretos orquestrados pelos camponeses em defesa de seus interesses para os diversos trabalhadores, sejam eles urbanos ou rurais.

Sendo assim, as denúncias feitas por esses documentos se tornam basilares para compreender a experiência da classe, ou seja, a sua própria formação, já que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns [...] sentem e articulam a identidade de seus interesses” (Thompson, 1987, p. 9-10). Nesse sentido, é possível perceber que a linguagem, apesar de imaterial, tem reverberações na realidade e se constitui enquanto elemento essencial para analisar a formação política dos trabalhadores.

As ideias de Thompson nas documentações

A classe social é fruto do seu próprio tempo, de sua identidade, de seus costumes e, principalmente, das ações tomadas pelos grupos em seu fazer histórico. Embora bastante difundida, essa definição parte da quebra de um conjunto de saberes sedimentados pelo marxismo ortodoxo. Para Marx, a classe é desenhada pela estrutura na qual está inserida e, por isso, coloca-se fora do tempo histórico. Ela pode, nesse sentido, explicar todas as experiências de luta no mundo, visto que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 2010, p. 40).

Parte dessa definição esteve embutida nos estudos de diversos pesquisadores que pretenderam analisar a História do Brasil. Uma historiografia prioritariamente conectada aos feitos urbanos e que entendia a proletarização como destino inevitável para a formação da classe operária. Nesse sentido, a realidade do mundo rural sempre esteve à parte: considerado atrasado nas análises históricas hegemônicas, o campesinato estava fadado à extinção e, por esse motivo, “o camponês não tem futuro; só passado” (Martins, 1981, p. 15). A repaginada que Thompson dá ao conceito de classe pode, portanto, remodelar os entendimentos cristalizados pela historiografia da classe trabalhadora brasileira. Sendo assim, analisaremos agora dois jornais que podem nos ajudar a responder o seguinte questionamento: os trabalhadores rurais podem ser entendidos como classe social?

No *Grito no Nordeste*, havia uma seção chamada “Amigos escrevem”, dedicada à publicação de correspondências e opiniões enviadas pelos leitores. Para quem se debruça nas diversas edições da fonte, é possível perceber que essas cartas permitem compreender aspectos importantes da vida cotidiana dos trabalhadores rurais. Observemos o seguinte trecho, presente na edição 31, publicada em 1974:

Estou recebendo o jornal GRITO NO NORDESTE, este mesmo tem me ajudado bastante porque estou enxergando mais os nossos irmãos que estão sofrendo injustiças, desnutrição, doença, etc. Por que essa massa não compreende os seus direitos de cidadão brasileiro? Por que não somos enxergados como gente mas como animais irracionais? [...] Quero lhe pedir que continuem falando sobre o nosso direito de viver como gente, porque fomos criados para sermos felizes e porque vivemos na miséria, tudo o que fazemos é para enriquecer os outros e nós cada vez ficando mais lascados. Como é ruim morte a conta gota, não acha? (Grito, ed. 31, 1974, p. 19-20).

O relato desse leitor anônimo, enviado do Maranhão, revela o potencial de construção que o jornal projeta para o seu público. O pedido presente na carta evidencia a necessidade de continuação do trabalho do *Grito* em conscientizar os trabalhadores de seus direitos para que se viva uma vida além da miséria. Essa seção nos permite perceber um processo nítido de construção de uma possível consciência de classe, visto que esse jornal era lido e discutido coletivamente pelos trabalhadores, como se percebe aqui:

Olá, 'Grito no Nordeste', você um dia, pela primeira vez, entrou em minha casa! Você é formidável! Orienta muito sobre o trabalho do Nordeste, promoção humana e, em fim, uma variedade de coisas. Por isso, nas reuniões sempre te levo para orientar os companheiros da comunidade e te guardar para quando precisar. Diversas reuniões acompanhaste, tens ajudado bastante" (Grito, ed. 25, 1973, p. 20).

Diante disso, ao compreender a formação de classe para além dos aspectos estritamente econômicos, é possível observar que as identidades culturais constituem ferramentas imprescindíveis, dentro da análise thompsoniana, para explicar como as classes se constroem em seu fazer-se. Isso

porque, “[...] envolve também as experiências cotidianas culturais, as ideias, as tradições e os valores das pessoas. O fazer-se dos sujeitos na classe se dá a partir das experiências delas” (Da Silva, 2008, p. 2).

Por outro lado, no jornal *Liga*, o grande destaque está nas mobilizações camponesas em defesa da Reforma Agrária, bandeira central do movimento. Nessa lógica, emergem nas edições relatos que demonstram a prática dos trabalhadores rurais na luta por seus objetivos, como se percebe nas cartas publicadas pelo jornal:

[...] **Espirito Santo:** Concentração de Lavradores em Barra da São Francisco [...] ocasião em que pretende organizar uma Liga Camponesa na região. Informa que tem difundido com grande êxito a ‘Carta de Alforria do Camponês’.

[...] **Santa Catarina:** Uma Liga no Vale do Itajaí [...] Tem a presente, a finalidade de solicitar de v.s. o obséquio de me fornecer um exemplo do Estatuto das Ligas Camponesas dêsse estado, a fim de que possamos aqui, adaptando às nossas peculiaridades, estudarmos a possibilidade de fundar a Associação dos Plantadores de Cana deste município, que infelizmente não possuem nenhum meio de se defenderem ante o poder dos usineiros dessa região.

[...] **Rio Grande do Norte:** Líder sindical potiguar deseja organizar Ligas [...] Havendo a necessidade de voltar ao interior do Estado, aonde vou trabalhar e viver juntamente com os trabalhadores, venho solicitar de V. Exia. que se digne de enviar-me um Estatuto das Ligas Camponesas, que o Ilustre Amigo dirige. Sendo o meu empenho desenvolver a atividade no campo, cujos camponeses convivi muitos anos. Prezado amigo, pode lhe causar surpresa esta Correspondência pela primeira vez, mas afirmo que outras irão de se seguir [...] tenho que desenvolver no campo um trabalho de sindicalização, que é necessário.” (*Liga*, ed. 5, 1962, p. 3).

A matéria acima, intitulada *Avança, no país inteiro, o trabalho das Ligas*, traz ao leitor uma sequência de correspondências recebidas por Julião, enviadas por adeptos interessados em fundar associações em suas cidades. Em dois dos três relatos, pode-se observar um elemento comum: um livro que discutia os ideais da organização para ser utilizado como instrumento que auxiliasse na criação da Liga. Nesse sentido, cabe pontuar que a baixa escolaridade e os índices alarmantes de analfabetismo no mundo rural (Page, 1972) reforçam a percepção da importância desempenhada pelas reuniões coletivas nos debates em torno das propostas das Ligas. Essas pautas traziam temáticas cruciais para a vida de inúmeros camponeses, como a Reforma Agrária.

O senso de coletividade presente nas documentações denota uma articulação crescente no campo e demarca uma posição capaz de nos ajudar a aproximar os aspectos desenhados por E. P. Thompson. Assim como no *Grito*, pode-se olhar o impacto que esta organização desempenha no despertar da consciência de classe, pois “as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo [...] identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe” (Thompson, 1977, *apud* Negro; Silva, 2012, p. 274).

O jornal *Liga*, por sua vez, contribui para analisar não apenas o crescimento das Ligas Camponesas em diferentes estados no Brasil, mas também o impacto que tais discussões tiveram no reconhecimento, pelos camponeses, das injustiças que sofriam e das suas reivindicações por uma vida melhor. Todo esse cenário culmina na politização e na articulação das demandas do camponato em torno de um objetivo comum. Essa luta organizada, que pode ser entendida como uma movimentação de classe, é melhor compreendida e

situada historicamente, como propôs Thompson, como formação da própria classe social.

Outro conceito importante, quando se pretende entender a classe na teoria de Thompson, é a “experiência”. Esse era o principal critério para observar o próprio despertar de uma “consciência de classe”. Para uma melhor compreensão dessa ideia, observemos o seguinte excerto:

Frente ao clima de terror que impera nos campos do Brasil, denunciado aqui reiteradamente, os camponeses já começam a perder a paciência e a fazer sua própria justiça, uma vez que as autoridades nada fazem. Em Pernambuco, alguns camponeses repeliram à altura a agressão de policiais e capangas chefiados por um tal de investigador Aurino. Na Paraíba, os camponeses prenderam e desarmaram o administrador da Fazenda Teone, em Pedra de Fogo.

[...] **Pernambuco:** O investigador acompanhado do soldado de Polícia Luis Cândido, foram a Santa Cruz, localidade no município de Igarassu, a pedido da Companhia de Tecidos de Paulista [...] Acostumados a lidar com os camponeses como animais, o investigador tentou desarmar o primeiro camponês que encontrou, Zé do Mané, dirigindo-se a êle grosseiramente. O camponês, ferido em sua honra, reagiu em legítima defesa. Os dois policiais tentaram agredi-lo, mas tiveram medo.

[...] **Paraíba:** Em Pedra de Fogo, os camponeses que trabalham na Fazenda Teono reagiram e prenderam o administrador da Fazenda, que arranca suas lavou-ras juntamente com alguns capangas. Trabalhavam na roça, quando foram informados de que o administrador da Fazenda, a mando do latifundiário Teone, estava arrancando as plantações. Correram no encalço do administrador e capangas que se achavam armados, logrando desarmar e prender o administrador, enquanto os capangas fugiram covardemente. Profundamente irritado,

o latifundiário reforçou seus capangas e mandou prender os camponeses (Liga, ed. 10, 1962, p. 3).

Esse é um dos muitos relatos presentes no jornal sobre a atuação dos camponeses frente aos desmandos do latifundiário. À luz do que Thompson entende por “experiência”, compreende-se que ela é constituída de forma horizontal, isto é, a partir das leituras que o próprio trabalhador faz da sua realidade. Em outras palavras, não se trata de uma conscientização imposta de cima para baixo, mas da análise das formas de articulação que esses indivíduos constroem em sua vida cotidiana. Por esse motivo, a “experiência” ganha centralidade, pois é nas condições materiais determinadas pelas relações de produção que pode florescer a “consciência”, entendida como “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais” (Thompson, 1987, p. 10).

A utilização dessas matérias, presentes em dois jornais de organizações que foram responsáveis pela formação política de muitos indivíduos durante as décadas de 1950 e 1960, permite-nos pavimentar alguns vislumbres sobre a realidade da classe trabalhadora brasileira. Isso porque apenas entendendo as articulações dos trabalhadores rurais como algo planejado e determinado em um plano delineado por suas experiências é que se pode ventilar as concepções historiográficas sobre o mundo rural no século xx.

O uso dessas documentações no ensino de história

Para além de uma revisão do conceito de classe social, o uso dessas documentações pode encontrar terreno fértil nas aulas de História. Nesse sentido, motivado por minha formação na licenciatura, sinto-me no dever de separar um

pequeno espaço para observar de que modo esses periódicos podem auxiliar os professores da educação básica na sua prática docente.

Ambos os jornais, *Grito no Nordeste* e *Liga*, abordam temas tão abrangentes que podem contribuir para uma complexificação dos assuntos trabalhados em sala de aula. Ademais, favorecem o aprendizado de temáticas que podem parecer, por vezes, afastadas da realidade cotidiana do alunado. Por essa razão, os usos de fontes históricas durante as aulas podem contribuir para a construção das noções sobre o passado e os discursos utilizados em diferentes temporalidades.

Além disso, essas documentações podem dinamizar e facilitar na apreensão das metodologias utilizadas pelos historiadores no processo de escrita da história, uma vez que permitem: i) compreender a fonte enquanto vestígio e não detentora de uma verdade universal; ii) entender que não é possível reconstruir o passado como foi, mas apenas nos aproximarmos dele; iii) perceber que a fonte não constitui uma informação privilegiada do passado, mas uma interpretação do acontecido.

Nesse sentido, o professor articula uma série de saberes que o uso documental pode inferir dentro de um espaço educacional, além de apresentar o documento não como uma ‘fonte d’água’ de onde jorram os acontecimentos como verdade absoluta (Caimi, 2009), mas sim um espaço de questionamento do passado, que apenas se reconstrói quando criticado, ou melhor, colocado à prova. Desse modo, a adoção de metodologias ativas em sala de aula, fundamentadas no uso documental, permite ir além do caráter meramente ilustrativo da documentação e perceber que, “por meio de práticas que instiguem um pensar mais crítico e menos reprodutor, é possível reelaborar conceitos e ressignificar a realidade na qual alunas e alunos estão inseridos” (Silva, 2014, p. 35).

Portanto, o uso dessas fontes em sala pode contribuir para diversificar as temáticas trabalhadas, visto que exploram assuntos que perpassam a vida dos trabalhadores rurais, o contexto histórico, suas mobilizações, além de outros temas como o cotidiano das trabalhadoras rurais, direitos humanos etc. Pode, por isso, tornar-se um elemento capaz de dinamizar as aulas de história, aproximando o discente do passado, de forma a apreender melhor o conteúdo.

Considerações finais

Em uma historiografia marcada pela presença hegemônica da cidade e dos operários urbanos, é preciso construir pontes capazes de explicar as articulações dos milhares de trabalhadores rurais no século xx. O marxismo ortodoxo e seu determinismo histórico pretenderam aplicar todos os seus conceitos dentro de realidades históricas diversas. No entanto, é fundamental partir do pressuposto de que as particularidades de cada lugar no mundo não cabem nas generalidades conceituais europeias.

Em *Colonialidade do Poder*, Anibal Quijano defende a ideia de que o terceiro mundo, em especial a América Latina, vítima da colonização, buscou entender suas instituições, seus regimes e sua história dentro daquilo que a Europa desenhcou e pensou para o restante do planeta. A explicação do colonizador oferece quase sempre respostas incompletas, já que “quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida” (Quijano, 2005, p. 129). Nesse sentido, é preciso *sulear*⁴

4 Com o uso da palavra ‘sulear’, abro um precedente para questionar o próprio uso da linguagem e romper com as barreiras epistêmicas do conhecimento. Perceber que o nosso Norte é o Sul significa agir em consonância com a ideia de que a América Latina busca respostas locais para seus próprios problemas. Nesse sentido, rompemos não somente com a Colonialidade, mas também com a perspectiva vertical do conhecimento europeu, buscando

o eixo de análise e diversificar as lentes, de modo que seja possível compreender a sociedade brasileira.

As contribuições de E. P. Thompson foram capazes de ampliar os debates da historiografia da classe trabalhadora. Munidos desses conceitos, podemos melhor analisar o caráter de classe que, por muito tempo, foi esquecido, quando nos referimos aos trabalhadores rurais. Afinal, afastados do desenvolvimento esperado do capitalismo, sob a ótica de determinadas lentes marxistas, a análise mais comum era de que o campesinato e toda a dinâmica pré-capitalistas que o envolvia constituíam um resquício feudal que viria a ser extinto. Nessa lógica, lançar novos olhares sobre esses grupos, a partir das fontes construídas pelos movimentos sociais, pode nos ajudar a reconfigurar as relações de poder estabelecidas em diversas análises históricas. A partir de Thompson, poderemos compreender o campesinato de forma mais precisa e correspondente com suas movimentações no Brasil.

Esses novos eixos de análise podem facilitar a apreensão de situações que foram secundarizadas pelos estudiosos. O mundo rural esteve diante de uma série de ebulições que passaram, durante um tempo considerável, despercebidas. Por essa razão, trabalhar com a documentação dos movimentos sociais no campo pode ascender a novas explicações, principalmente dentro do que se analisa como capitalismo e suas classes. Thompson, portanto, introduz um novo espaço para o campesinato, que agora pode ser entendido como classe social presente e integrante na periferia do capitalismo brasileiro.

construir as ideias de maneira compartilhada, com saberes e experiências diversas.

Referências

- AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste: ano VII – n° 25*. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1973.
- AÇÃO CATÓLICA RURAL. *Grito no Nordeste: ano VIII – n° 31*. Recife: Jornal Grito no Nordeste, 1974.
- ABREU E LIMA, M. S. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. *Revista Crítica Histórica*, v. 9, n. 18, p. 89-118, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/5597>. Acesso em: 30 mar. 2026.
- AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAIMI, F. E. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7963/4751>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- DABAT, C. R. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- DA SILVA, E. F. E. P. Thompson e as contribuições para a história social e os estudos sobre escravidão. In: Encontro Estadual de História – ANPUH/PB, XIII, Guabiraba. *Anais [...]*. Guabiraba: UEPB, 2008.
- FERREIRA, J. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- GUIMARÃES NETO, R. B. Crítica Histórica: o documento como aprendizagem no debate histórico. In: MONTENEGRO, A. T.; ARAUJO, K. S. *Historiografia. Rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores*. Recife: Editora UFPE, 2022.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

- MENNUCCI, G.; JULIÃO, F. *Hino do Camponês*. Recife: [s.l.], 2005.
- IANNI, O. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004
- JULIÃO, F. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2013.
- JULIÃO, F. *Que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1997.
- LABORATÓRIO de História e Memória LAHM-UFPE. *Trabalho, direitos e lutas*. Youtube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e5j-qmreFUY4>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- LIGAS CAMPONESAS. *Liga*. Ano I, ed. 5, 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória.
- LIGAS CAMPONESAS. *Liga*. Ano I, ed. 10, 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.E A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.
- MONTENEGRO, A. T. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE Editora, 2019b.
- MUNIZ, D. A. A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 79-100, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6352>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Orgs.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2012.
- PAGE, J. A. *A revolução que nunca houve*. Tradução de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- SANTOS, T. A. Marxismo e campesinato: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 24, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/32958>. Acesso em: 14 set. 2025.

SILVA, J. M. Fontes históricas em sala de aula: instrumentos para a prática da criticidade. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v. 14, n. 30, p. 34-41, 2014. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/844>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SILVA, P. H. P. *Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1975)*. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11064>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SOUZA, M. G. V. *Fermento da massa: formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51318>. Acesso em: 24 mar. 2026.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VITORINO, A. J. R. Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson. *História Social*, Campinas, v. 4, n. 4/5, p. 157-173, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/106>. Acesso em: 24 mar. 2026

História e imagens em sala de aula

Uma proposta metodológica para debater os direitos humanos

Lucas José da Silva¹

Introdução

A história pode ser conceitualizada de diversas formas. Para alguns, trata-se do estudo do homem em sociedade, ao longo do tempo (Bloch, 2001); outros a definem como a arte de inventar o passado (Albuquerque Júnior, 2007); há ainda quem a compreenda como as interações ecológicas intra e interespecíficas projetadas no espaço-tempo que os humanos percebem, significam e narram (Ferreira Filho, 2024). Apesar das diferentes implicações que cada percepção carrega, todas convergem em torno da centralidade do tempo, entendido não apenas como um momento passado distante, mas também como um processo dinâmico. Nesse sentido, o historiador, metodologicamente, apoia-se sobre duas bases: a do passado e a do presente (Borries, 2019).

É possível, contudo, ampliar essa reflexão, ir além, incluir o futuro. Não se objetiva com essa dimensão fazer previsões, como se o presente apresentasse consequências claras sobre o que virá. O que se pretende é enxergar a relação entre o espaço de experiência – a acumulação de estratos do passado que se aglomeram – e o horizonte de expectativa, futuro que ainda não pode ser contemplado, mas que sobre ele é

1 Mestrando em História (UFPE).

possível pensar prognósticos, angustiantes ou esperançosos, mesmo que esses invariavelmente sejam limitados pelo tempo atual (Koselleck, 2006). Isso significa que é preciso manter atenção constante ao tempo presente, utilizar a experiência humana acumulada e participar da construção de um futuro positivo.

O historiador desempenha papel fundamental nesse processo. A partir dessa perspectiva, este texto se debruça sobre a Ditadura Empresarial-Militar e sobre as imagens, duas temáticas patentes na sociedade atual. No que se refere à primeira, nos últimos anos cresceram discursos que negam as arbitrariedades desse período ou reduzem o peso de seus crimes e impactos no país até hoje. É preciso constantemente manter esse tema em debate, pois “quem está vivendo está memorando, como também está esquecendo” (Borries, 2019, p. 17). Lembrar da Ditadura é essencial para a construção de uma sociedade que valorize os direitos humanos, porque, ao esquecer dela, a influência do espaço de experiência é perdida, o que interfere negativamente na construção de um horizonte de expectativa.

Quanto à segunda temática, é cada vez mais notável a importância dos recursos visuais, abundantes em diversos meios (redes sociais, televisão, plataformas de *streaming* etc.). Mergulhada nesse universo imagético, contudo, a sociedade padece com *fake news*, falseamentos da realidade e manipulações através das imagens. Como aponta o diretor Martin Scorsese (Martins, 2018), é preciso promover amplamente a alfabetização visual, na tentativa de fazer com que todos sejam capazes de entender os propósitos de determinadas técnicas ou representações. Logo, debater a imagética é importante para instigar uma maior criticidade e qualidade no trato com as representações visuais.

A partir dos debates em torno da importância do ensino de história, discuto essas temáticas. Para tal, parto da

perspectiva de Bodo Von Borries, segundo a qual a História, nos tempos atuais, não deve ser compreendida como reprodução de cânones (notadamente políticos) criados por gerações anteriores, como se fosse o próprio passado. Ao contrário, ela tem como dever “construir competências de pensar historicamente diferentes contextos (como [...] cultura, região, classe, poder, consumo, estilo de vida, mentalidade)” (Borries, 2016, p. 13). Ou seja, o historiador em sala de aula precisa estar atento às questões pertinentes à vida em sociedade e, sobretudo, historicizá-las. Meu intuito, com isso, é apresentar algumas questões referentes à Ditadura Militar, como a comunicação, instrumentalizada pelo regime através da censura e propaganda, mas também utilizada pelo povo como forma de resistência, visto que eram privados do direito humano à comunicação (um dos outros tantos direitos atacados pelo Regime Militar), garantido pelo artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Assembleia geral da ONU, 1948). Acredito ser essencial tratar dessa temática em sala de aula, pois dialoga diretamente com a consciência cidadã, um dos propósitos da educação.

O objetivo deste texto é propor a utilização de documentos históricos, através da aula-oficina, que permitam discutir as violações aos direitos humanos. Nele, os estudantes também serão instigados a pensar não apenas em conteúdos substantivos (como datas, acontecimentos, nomes etc.), mas também ir além: buscar entender *como* se constrói o conhecimento histórico. Assim, espera-se que desenvolvam a capacidade de lidar com questões referentes ao passado, ao presente e ao horizonte de expectativa (Gago, 2020).

A aula-oficina proposta tem como base documental o *Caderno de desenhos para uso popular nº 1*, organizado pelo Setor de Comunicação da Arquidiocese de Vitória, no Espírito Santo, em 1979, presente no Fundo da Ação Católica Rural, arquivado no Núcleo de Documentos sobre Movimentos

Sociais Dênis Bernardes (Nudoc/PE) da Universidade Federal de Pernambuco. Esse rico documento conta com um conjunto de desenhos feitos por diversos artistas populares, com o intuito de ser um meio de comunicação eficiente para as classes subalternas, em um ambiente comandado pelas elites políticas, econômicas e midiáticas. Através dele, serão levantadas questões acerca das representações dos anseios e dos problemas enfrentados pelo povo. Os desenhos tratam de temáticas como trabalho, política e repressão nos anos finais da Ditadura, e foram utilizados como forma de resistência.

O presente texto, a partir daqui, é dividido em três momentos. O primeiro tem como intuito discutir a importância do ensino de história enquanto parte do campo acadêmico, não hierarquicamente abaixo do conhecimento construído na universidade. O segundo momento tratará das imagens, da forma como são abordadas pelos historiadores em suas produções e de como o cotidiano escolar lida com elas na disciplina histórica. Por fim, proponho formas de utilizar criticamente o *Caderno de desenhos* em sala de aula.

Ensino de História é História

Ainda hoje, é comum que se pense a História e o seu ensino como áreas diferentes, sendo a segunda submissa à primeira. A imagem clássica é a de que existe um grupo de pesquisadores responsáveis por construir determinado conhecimento histórico, legitimá-lo entre seus pares e, somente então, consolidá-lo. Construído, ele está na sua torre de marfim, e alguns, os professores, podem usufruir dele e levá-lo para a sociedade. Estes, por sua vez, são responsáveis por vulgarizar a ciência construída, de forma que a torne palatável para um público menos esclarecido. Há estudiosos, notadamente das últimas décadas, que discordam dessa visão, e esta seção será responsável por apresentar algumas de suas reflexões.

O primeiro conceito apresentado aqui é o de “historiador docente”, cunhado por Thiago Augusto Divardim de Oliveira, em 2020, e reforçado por Arnaldo Szlachta Junior, em seu texto *Ensino de História não é Educação, mas calma que eu explico!* Nele, o autor milita pelo fim da separação entre pesquisa e ensino, marcada pela percepção de que o historiador é pesquisador, enquanto o responsável por lecionar é professor de história. Na sala de aula, o profissional utiliza a metodologia aprendida e exercitada durante sua formação, como o trato com as fontes históricas, relações de espaço e tempo, memórias e narrativas (Szlachta Junior, 2021). No entanto, é claro que, por seu caráter pedagógico, é preciso recorrer a ferramentas para além da História, como o conhecimento produzido pelos profissionais da educação. De forma nenhuma isso deve ser utilizado para reduzir a importância intelectual do ensino, afinal, a ciência histórica é notadamente marcada pela sua interdisciplinaridade, seja com a geografia, a sociologia, a política, a economia e até mesmo a biologia. Dessa maneira, retirar do ensino de História o seu caráter historiográfico não passa de preconceito.

Ao tratar diretamente do ensino de História, um conceito fundamental é o de “consciência histórica”, criado pelo historiador Jörn Rüsen, autor basilar para a área. Ele se vale de Schörken para afirmar que o conceito apresentado se trata de “processos de pensamento e de formação estruturadores de consciência, que geralmente encontram-se ‘por trás’ dos conteúdos e que, habitualmente, ficam velados ao aprendiz, de atos mentais determinantes do comportamento, que subjazem a lida com a História” (Rüsen, 2016, p. 85). A consciência histórica é importante, como afirma Schörken, para a produção de identidade, lealdade e simpatia (Rüsen, 2016, p. 86). Através dela, as pessoas conseguem criar ou não um sentimento de pertença a dada sociedade, grupo, etnia etc., ou seja, os aspectos referentes à sua subjetivação.

Essa competência será adquirida após o “aprendizado histórico”, processo no qual há operações que se generalizarão e se tornarão elementos para a experiência, interpretação e orientação (Rüsen, 2016). O aprendizado histórico tem como resultados: 1) a orientação da vida prática por parte do estudante, que poderá melhor se localizar no espaço e tempo da sua vivência; 2) a valorização da subjetividade do aluno, cuja individualidade é essencial para a construção histórica, pois é preciso que ele se sinta inserido na sua realidade, não como um corpo estranho, mas efetivamente parte de um todo; 3) a intersubjetividade também deve ser valorizada, pois o aspecto coletivo da vivência humana é necessário e não se vive de forma isolada: reconhecer o Outro, suas similaridades e diferenças é essencial; 4) por fim, todas essas questões devem estar em conformidade com os aspectos políticos, culturais e estéticos do que é discutido em aula (Rüsen, 2016).

É preciso também tratar do conceito de “cultura histórica”. Ela é uma derivação da “consciência histórica”. Enquanto esta tem como característica os aspectos teóricos, aquela é a efetivação desse conhecimento na vida social (Rüsen, 1994 *apud* Schmidt, 2012). Ainda que se defenda a História como uma ciência que tem suas próprias ferramentas, é preciso levar em conta que, no contexto de ensino escolar, ela não está sozinha. A escola tem sua própria cultura, seja por aspectos normativos, como o currículo, seja pelos que não estão escritos ou formalizados em algum lugar (Juliá, 1995 *apud* Schmidt, 2012). A forma de se sentar, de organizar as filas, as aulas mais ou menos favorecidas por determinados horários, bem como a dinâmica própria de cada sala, constituem dimensões que integram o cotidiano escolar. Cada espaço terá sua dinâmica, local, mas também pertencerá a um contexto maior. A disciplina histórica precisa lidar com

essas variáveis para a sua prática, uma vez que o conhecimento não pode se apresentar de forma alheia à vivência dos estudantes.

A “cultura histórica” diz respeito à utilização da História na vida. Ela pode ser percebida de várias formas, inclusive no campo político, no qual diversas vezes há a utilização de argumentos cujas bases são resgatadas de um passado (Schmidt, 2012). Nesse âmbito, houve – e ainda há – pessoas que se utilizam, por exemplo, da Ditadura Militar como forma de enaltecer indivíduos que praticaram tortura, ou usam prisões desse momento para intitular outros de “bandidos”, “terroristas” e defender que a violência contra eles foi legítima. Ainda que se trate de absurdos, a postura do historiador docente não deve ser a de alguém que irá definir o saber acadêmico ou aquele aprendido na escola como único, mas sim apresentar e construir com os estudantes metodologias que deem conta de problematizar os discursos correntes, questionando-os e confrontando-os com o conhecimento produzido no contato com a documentação e os registros históricos.

Tendo o supracitado como base, é possível pensar nas quatro dimensões da cultura histórica: 1) “estética”, ou seja, como as questões históricas são representadas na arte, novelas, filmes etc., quais perspectivas são exaltadas ou marginalizadas, o que é apresentado como belo, o que é feio, dentre vários outros questionamentos; 2) “política”, perceber como se dão os processos de dominação, por que e como eles se legitimam e se perpetuam; 3) “cognitiva”, isto é, compreender as metodologias próprias da ciência histórica e como operacionalizá-las; e 4) “ética”, fundamental para as pessoas de todos os âmbitos da sociedade, e que deve ser levada em conta na aprendizagem histórica, porquanto é possível construir barreiras contra discursos antiéticos, como os referidos no parágrafo anterior.

É verdade que a disciplina histórica, especialmente no século XIX, passou por um processo de legitimação como ciência, e, nesse movimento, deixou de lado a conexão com a sociedade (Rüsen, 1994 *apud* Schmidt, 2012). Nesse contexto, ensimesmou-se, como se, ao abandonar sua condição de *magistra vitae*, não precisasse mais desempenhar qualquer função orientadora para a humanidade. O ensino de História busca resgatar essa aliança, com os aspectos pedagógicos e aqueles próprios da disciplina misturados como um único ser.

Após explicada a importância da consciência e cultura históricas, nesse momento explicarei brevemente a aula-oficina. Nela, os estudantes são instigados a passar por um processo que compreende, segundo Barca (2004 *apud* Gago, 2020), três estágios. O primeiro é compreender quais as ideias prévias dos discentes sobre determinado tema. Para isso, serão levadas fontes primárias (jornais, fotografias, desenhos, documentos, entre outras fontes históricas), e a partir delas serão propostas tarefas-problemas, esse é o segundo estágio. Nele, são postos em questão os conhecimentos substantivos, para que os estudantes não os pensem como algo natural, mas entendam como ele é formulado, refletir sobre o “como se faz”. Por fim, o terceiro estágio diz respeito à metacognição, em que será debatido como o pensamento se deu durante o processo. Dessa maneira, o conhecimento histórico se complexifica.

Imagens e História

Sobre as imagens e a História, Peter Burke, autor de *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*, é um grande contribuidor. O historiador inglês defende que esses vestígios ampliam substancialmente alguns territórios da ciência, como a história do corpo, muito beneficiada pelo

testemunho imagético dos ideais de doença, saúde e padrões de beleza, e como eles mudaram com o passar do tempo. A história da cultura material e a história das mentalidades são campos muito privilegiados por essa perspectiva (Burke, 2017).

Burke afirma que as imagens são de suma importância para o estudo histórico, no entanto, há o que se chama de “invisibilidade do visual”, pois os historiadores, de maneira geral, preferem textos e fatos políticos ou econômicos, não se importando com níveis mais profundos de experiências. Ele aponta que, quando as imagens não são usadas como ilustrações, sem relevância alguma para a argumentação, são apenas utilizadas para apresentar imagetivamente conclusões já alcançadas pelo autor através de outros meios. Os historiadores têm sua educação, tanto na escola quanto na universidade, como um treinamento para ler textos. Essa postura é tanto limitante para os indivíduos quanto para a ciência histórica (Burke, 2017).

É perceptível que as imagens são encaradas recorrentemente como uma evidência, ou seja, capazes de provar incontestavelmente alguma informação. No entanto, mais do que um problema relacionado a esse tipo de fonte especificamente, acredito ser essa uma dificuldade geral da ciência histórica em relação aos vestígios do passado. A leitura da documentação deve ser sempre crítica e dotada de questionamentos, não como algo que, após atestada sua veracidade, será detentora da verdade. Burke afirma haver o costume de encarar as fontes como se fizessem parte do “rio da verdade”, do qual os historiadores retiram porções com seus baldes (Burke, 2017). Ele utiliza ainda o historiador Gustaaf Renier para defender a ideia de que a melhor forma de se tratar das fontes é encará-las como “indícios”, ou seja, são vestígios, através dos quais são elaboradas interpretações, deduções e inferências; como ensinou Marc Bloch em seu *Apologia da história*, o documento nunca fala por si, é

preciso haver crítica e boas perguntas a ele. Quando há em mente essa percepção, o trato com as representações visuais muda completamente.

É preciso se atentar ao fato de que as imagens, assim como diversos outros tipos de documentos, são mudas, e, por conta disso, é difícil traduzir em palavras o seu testemunho. Muitos historiadores, advoga Burke, caem no erro de ignorar a mensagem que pretendia ser passada com determinada imagem e tentam ler nas “entrelinhas”, o que, por muitas vezes, resulta em apreender algo que os próprios artistas desconheciam. O irremediável mutismo das representações visuais constitui um dos percalços do ofício do historiador, contudo, existem maneiras de superá-lo. Uma delas é a iconografia ou iconologia. Esse método, no entanto, foi alvo de críticas, por seu caráter demasiadamente especulativo, muitas vezes ignorando o público que consumia as imagens ou seu contexto social. Burke afirma que a iconologia, isoladamente, tem limitações. Contudo, ela pode e deve ser utilizada através de uma sistematização do seu método, por meio do Estruturalismo, da Psicanálise, entre outras ferramentas teóricas e metodológicas.

Um bom exemplo para demonstrar essa questão é a utilização de pinturas em igrejas. O Papa Gregório dizia que “pinturas são colocadas nas igrejas para que os que não leem livros possam ‘ler’ olhando as paredes” (Burke, 2017, p. 77). Muitos críticos podem ir contra essa perspectiva, afirmando que os fiéis não poderiam entender de forma alguma imagens tão complexas, dada a baixa instrução. No entanto, acreditar nisso seria ignorar a possibilidade de o clero explicar as representações em suas homilias ou em outras oportunidades; dessa forma, as pinturas seriam como formas de lembrete. Por isso, é essencial entender a sociedade que produziu as imagens, suas instituições e convenções.

Acerca do que foi supracitado, compreender como cada período expressa seus anseios é essencial. Burke utiliza como exemplo os líderes: eles costumam criar maneiras de inspirar as pessoas, seja ao se apresentarem como governantes triunfantes, seja ao serem retratados montados em cavalos. Isso é perceptível em diversas sociedades, mas pode-se observar as do século xx: nelas, os grandes líderes frequentemente eram representados usando uniformes, vestidos como soldados ou cavaleiros, como se estivessem prontos para uma cruzada; regimes democráticos, por sua vez, costumam dar preferência à representação de ministros; enquanto os socialistas trazem imagens idealizadas de trabalhadores (Burke, 2017).

Não se deve crer, absolutamente, que as imagens apenas podem ser empreendidas pelos grupos dominantes. Burke menciona uma invenção importantíssima para os meios de comunicação: as caricaturas e os desenhos. Eles são essenciais para desmistificar a ideia de poder, pois incentivam as pessoas a se envolverem enfaticamente na vida política, e não a encararem como distante e inalcançável. O historiador inglês cita os trabalhos do cartunista James Gillray, que ofereceram “preciosos ângulos da política inglesa do século xviii”, assim como o de Honoré Daumier, crítico do rei Luís Felipe (Burke, 2017, p. 122). Soma-se a isso o fato de que Burke considera que as imagens são ainda mais importantes nos processos revolucionários, pois elas contribuem de forma poderosa para a politização das pessoas, especialmente em sociedades pouco letradas.

Ademais, cabe refletir como é a proposta deste capítulo sobre a utilização de imagens em sala de aula. O trabalho da historiadora Ana Heloisa Molina (2007) é essencial nesse sentido. Uma de suas pesquisas demonstrou que os estudantes da escola acreditam que, quando se trata de História, existe um conhecimento totalizante, de caráter global, e as imagens, por sua vez, seriam apenas uma das partes desse todo.

Entretanto, o historiador sabe que a sua ciência não funciona dessa forma; ela atua predominantemente em análises de âmbito micro, e não em visões totais, como costumam ser vistas pelo alunado.

Dessa maneira, o historiador docente, em sala de aula, deve apresentar as imagens não como “evidências”, mas sim encarar o recurso visual como uma oportunidade de reelaborar, ordenar e organizar conceitos (Molina, 2007). Elas não podem ser utilizadas unicamente como forma de chamar atenção, ou buscar o engajamento dos estudantes, mas devem ir além, de modo a ajudar no processo de dilatação de conhecimento sobre si e sobre a História. Esta, nesse sentido, não pode ser encarada como um geometral, que, ao ser enxergado cada um de seus lados, chegar-se-á à totalidade do conhecimento histórico. Se for pensar nessa ciência, o melhor é encará-la como o fez Paul Veyne: como um cafar-naum, no qual há somas constantes de perspectivas (1998). A cada novo conhecimento, o quadro fica mais diverso, não mais próximo de representar uma totalidade.

Uma possibilidade metodológica

Para a execução da proposta deste capítulo, ofereço a instrumentalização de uma sequência didática. A temática central da abordagem é a Ditadura Militar no Brasil. O objetivo geral é compreender os principais eventos, as causas e as consequências da Ditadura Empresarial-Militar, desenvolvendo uma visão crítica e contextualizada do período. Os objetivos específicos são: 1) identificar as causas que levaram ao Golpe Empresarial-Militar de 1964; 2) analisar o contexto político, social e econômico durante a Ditadura Militar; 3) compreender as principais características desse regime, incluindo a repressão, a política, a censura e as violações dos direitos humanos; 4) explorar o papel da sociedade civil na

resistência à Ditadura, demonstrando que o povo reagiu à situação; 5) e, por fim, refletir sobre as consequências da Ditadura Militar para o Brasil, abrangendo suas repercussões políticas e sociais contemporâneas.

Para isso, seriam utilizadas três aulas. As duas primeiras compreenderiam a análise do contexto (político, social e econômico) do período ditatorial, trazendo não só o clima do regime consolidado, mas também o seu golpe e a quem esse golpe serviu. Após isso, seriam abordadas as resistências empreendidas pelos movimentos sociais, momento que seria utilizado para tratar das diversas defesas empreendidas pelo povo na luta por seus direitos e denúncia acerca das suas condições, as quais foram resultado do sistema empreendido pela Ditadura Empresarial-Militar. Somado a isso, as aulas tratariam das consequências desse regime até os dias atuais, lidando com questões culturais, sociais, econômicas, políticas e ideológicas. Na última aula, seria realizada a aula-oficina, em que se utilizaria os desenhos que apresento a seguir para instigar os alunos a criarem suas próprias interpretações acerca desse material, relacionando-o com o assunto trabalhado. Com isso, também seria apresentado a eles o trabalho do historiador, seu trato com a fonte e como a História é então construída.

O *Caderno de Desenhos nº 1*, já apresentado na Introdução deste capítulo, conta com mais de 900 representações visuais com temas diversos, como trabalho, repressão e miséria. Por conta de tal diversidade, apenas algumas imagens foram escolhidas como forma de exemplificação. A primeira delas será abordada a seguir (Figura 1).

No primeiro momento, o intuito é que os estudantes possam expor suas percepções sobre o desenho. As respostas podem variar e o historiador docente precisa saber mediar o debate, além de não impor sua visão ou prontamente negar a dos discentes. É possível, inclusive, utilizar o modelo

FIGURA 1. Desenho retratando o imperialismo norte-americano



Fonte: *Caderno de desenhos para uso popular nº 1, seção Exploração e explorados*, disponível no acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

iconológico para instigar os estudantes a analisar de forma mais pormenorizada. Nesse modelo, é possível lançar mão da metodologia proposta por Panofsky, considerado o pai da iconografia.

Segundo Meneses (2012), Panofsky divide sua análise em três momentos: 1) “Pré-iconográfico”: aquilo que é percebido imediatamente ao olhar para a imagem. Se há um homem, uma mulher, um animal etc.; 2) “Análise iconográfica”: nesse momento, entende-se as significações secundárias. Se, por exemplo, uma mulher aparece na imagem de barrete vermelho na cabeça, imagina-se que se trate de uma representação da República; 3) “Iconológico”, último e mais complexo nível, responsável por interpretar a imagem a partir da mentalidade de um dado período. Não bastaria, utilizando o exemplo anterior, saber que a imagem se trata da República, é preciso compreender como a sociedade (grupo, ou indivíduo, mais especificamente) que a produziu pensava esse sistema, levando em consideração os aspectos culturais, literários, filosóficos, políticos, entre outros.

Ao utilizar o método nesse desenho, pode-se perceber, ao nível Pré-iconográfico, que existem dois homens nos desenhos. Um deles é muito magro, está descalço, com calças gastas, seu rosto exprime cansaço pois carrega uma caixa, na qual está grafada a frase “*Made in USA*”, e na sua camisa está escrito “Brasil”. Há outro homem, forte, calçado, bem vestido, com características visuais típicas de um fazendeiro, portando um chicote ameaçador, e na sua camisa está escrito “Países ricos”. Esse primeiro nível, por si, não basta para uma análise. É preciso que se perceba as significações advindas dele. A partir dos elementos apresentados, podemos inferir que o indivíduo subjugado é uma representação do Brasil. Da mesma maneira, o outro representa os países ricos, de forma geral. Entretanto, sobre o primeiro está uma caixa com algo produzido nos Estados Unidos da América. Com isso, o segundo nível, Iconográfico, é cumprido. Falta o terceiro, que diz respeito diretamente ao contexto no qual esse desenho foi criado. Esse é o momento em que o historiador docente busca as interpretações junto aos estudantes, mobilizando os conhecimentos substantivos.

Esse caderno foi criado em 1979, período da Ditadura Empresarial-Militar, tornando-se uma forma de expressão de alguns movimentos sociais. Dessa forma, é preciso compreender como esse desenho dialoga com o contexto. Nesse momento, o professor docente pode salientar o caráter empresarial da Ditadura. Não apenas isso, como também trazer à tona a interferência dos Estados Unidos no Golpe de 1964, com forças militares, cursos sobre a Doutrina de Segurança Nacional e o investimento financeiro em figuras alinhadas ideologicamente aos Estados Unidos. Cabe lembrar que os desenhos não são um atestado de verdade, mas devem ser questionados. Então, o professor pode instigar os estudantes a refletir sobre a percepção dos movimentos sociais em relação aos países ricos, afinal esse desenho está na seção

“exploração e explorados”. É possível debater se eles acreditam se tratar efetivamente de uma situação de exploração – e que forma ela ocorreria –, bem como refletir sobre a persistência desse fenômeno no tempo atual e de que maneira ele se manifesta. As possibilidades de análise são múltiplas.

A seguir, na Figura 2, apresenta-se outra imagem relevante para a análise.

Nesse desenho, há três homens carregando um aríete; eles estão determinados e demonstram raiva em suas fisionomias. Ademais, ainda que apresentem características físicas diferentes, usam vestimentas parecidas. Há, do outro lado, um homem muito maior que os demais, vestido de terno e com sapatos sociais, apoiado com tranquilidade sobre uma cruz; seu rosto está virado para cima, seus olhos fechados, as pernas cruzadas, aparentando tranquilidade e derrubando as cinzas do cigarro nos homens menores. Quando partimos para a análise dos símbolos, é perceptível que o homem maior, pelo seu traje, representa os empresários,

FIGURA 2. Desenho retratando a luta contra a instrumentalização da religião



Fonte: *Caderno de desenhos para uso popular nº 1*, seção Religioso, disponível no acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

executivos, ou, de forma geral, uma pessoa que tem muitos recursos financeiros. Ele apoiado na cruz representa que a classe patronal se utiliza da religião cristã para manter sua estabilidade. Os homens com o aríete, objeto utilizado para derrubar fortificações, têm como meta ruir essa estrutura. Quando partimos para o nível Iconológico, mais complexo, podemos construir uma interpretação próxima do que se viveu no período.

O historiador docente, nesse momento, pode instigar os alunos a pensar no papel da religião no Brasil durante a história, de forma breve, ou até mesmo ir direto a momentos antes do Golpe de 1964. É possível falar da postura conservadora da Igreja, a nível nacional e internacional, uma das instituições cúmplices do assalto dos militares ao país. É possível ir além: matizar essa instituição. Ela não é homogênea, de tal forma que há visões diferentes no seu seio. Após o Golpe, muitos setores se colocam contra a ordem vigente, como se pode perceber nesse mesmo caderno. É preciso lembrar que ele foi criado numa arquidiocese, ambiente religioso, e nele cabem críticas à religião (mais explícitas em outros desenhos) e na sua instrumentalização. No campo, por exemplo, os latifundiários utilizavam da religião para legitimar a opressão sobre os camponeses e trabalhadores rurais. Nesse instante, aparece Francisco Julião, figura importante na luta das Ligas Camponesas. Em sua *Cartilha do camponês*, ele apresenta os argumentos utilizados pelo patrão e os subverte, ao utilizar a própria Bíblia.

O professor, ao apresentar esse quadro e debatê-lo com os estudantes, pode instigar a reflexão acerca da religião no passado e no presente. É preciso questionar se deve haver uma postura de intolerância à religião, como se ela fosse intrinsecamente antidemocrática, assim como também perguntar se ela pode ser utilizada para impor sua própria vontade sobre um país. Esse seria um momento oportuno para discutir

os limites das instituições e os requisitos necessários para a prática democrática. Por fim, é preciso instigar os estudantes a pensar para além de uma única documentação, instigar a fazer conexões, confrontações e sobreposições.

Nesse momento, pode-se propor uma comparação entre uma propaganda utilizada pela Ditadura Empresarial-Militar e um desenho do caderno analisado. A primeira imagem fala que para unir o povo brasileiro, o “inferno verde” foi rasgado. Isso diz respeito à obra da Transamazônica, uma rodoviária federal. Apresenta a natureza como um ambiente inóspito, infernal, e que precisou ser “rasgada” para que o Brasil possa ser ainda mais unido (Figura 3). O desenho, por sua vez, apresenta o governo e a empresa Aracruz como fortes

FIGURA 3. Propaganda da Ditadura Militar sobre a Transamazônica



Fonte: Propaganda da construtora Andrade Gutierrez publicada na Edição Especial Amazônia da Revista *Realidade* de 1972. Reprodução/Acervo Ricardo Cardim.

aliados (Figura 4). Ao serem representados como um casal, a pessoa que desenhou talvez tenha sugerido uma relação quase romântica entre esses dois atores. Abaixo deles, estão a representação do indígena e do posseiro. Quando se analisa o período, é possível perceber a empresa Aracruz como responsável pela tomada de terras indígenas e quilombolas, assim como por violência e assassinato contra esses grupos. Suas ações foram incentivadas e tratadas com condescendência pelo Estado no período.

É preciso, nesse momento, que o historiador docente possa instigar as reflexões dos alunos sobre esses dois documentos, buscando compreender de que forma eles podem se relacionar, o que pode ser desafiador, visto que a primeira imagem se refere à Amazônia enquanto a segunda ao Espírito Santo. Após os debates, uma das possíveis relações é que, no primeiro caso, além do evidente descaso com a natureza, a propaganda (e o governo militar) também ignora os povos originários que viviam naquele território. Houve

FIGURA 4. Desenho retratando a união da empresa Aracruz com o governo contra indígenas e posseiros



Fonte: *Caderno de desenhos para uso popular nº 1*, seção *Índio*, disponível no acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais da UFPE.

intensa violação dos direitos humanos e uma postura de desrespeito ao seu espaço, suas culturas, suas crenças e suas vidas. Muitos indígenas morreram nesse processo. Da mesma forma ocorreu no Espírito Santo, através da Aracruz. A partir disso, é possível debater questões éticas sobre o papel do indígena no país, figura constantemente relegada ao esquecimento e que tem seus direitos ignorados até os dias atuais. O professor pode pedir que os estudantes pensem em casos atuais em que houve assassinato de indígenas, e, caso elas não tenham esse repertório, ele pode mostrar que ainda atualmente se mantém a política de exclusão desses grupos.

Soma-se a isso o debate sobre a responsabilidade das empresas frente à sociedade. Nos últimos anos, houve diversos desastres decorrentes da irresponsabilidade das grandes organizações, como ocorreu em Brumadinho e Mariana, com a Vale, assim como em Maceió, através da Braskem. É preciso debater com os estudantes sobre os imperativos do capital, se eles devem se sobrepor à prática democrática. Essas são algumas possibilidades do trato de documentação histórica, notadamente as imagens, em sala de aula. Essa foi uma proposta pessoal, mas a documentação histórica é sempre muito ampla e pode ser palco de diversos debates, só é preciso fazer as perguntas certas. Ainda que não seja propriamente uma aula-oficina, o Nudoc tem como uma de suas atribuições apresentar uma parte da documentação que está presente em nosso acervo. Nessas exposições, os estudantes sempre se interessam pelo que está sendo exposto, fazem perguntas e ajudam na construção de interpretações, entre outras contribuições.

Considerações finais

Ao longo dessas páginas, procurei trazer algumas contribuições para o historiador docente. Muitas vezes nos deparamos

com textos extremamente teóricos, que tratam do ensino e da didática de forma abstrata, sem contribuir de forma muito prática para o nosso repertório. É claro que o intuito desses trabalhos não é desenhar um caminho pronto a ser seguido, mas sim que o pesquisador tenha autonomia para construí-lo, porém, acredito que seja necessário aprendermos com algumas experiências já postas em prática, para que sejam encaradas não como um modelo, é claro, mas como uma possibilidade.

Ademais, busquei enfatizar a importância de não negligenciar o papel contemporâneo da História como ciência, que serve de referencial para a vida no presente e como forma de expectativa de futuro, ainda que se trate de um conhecimento do passado. Tratar dos movimentos sociais, imagens, o enfrentamento de ideologias totalitárias e o fomento a práticas democráticas é, nesse sentido, uma questão cada vez mais relevante e atual.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *História. A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BARCA, I. Aula-oficina do projeto à avaliação. In: BARCA, I. (Org.) *Para uma educação de qualidade: atas das quartas jornadas de educação histórica*. Praga: CED/EP, 2004.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BORRIES, B. von. Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico ou conhecimento do cânone histórico? *Educar em Revista*, Curitiba, v. 32, n. 60, p. 171-196, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Qh3DjcgJK63cwDf7gnnvtTN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2026.

BURKE, P. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Bauru, SP: Editora UNESP, 2017.

FERREIRA FILHO, J. M. M. Human–insect relations in Northeast Brazil’s twentieth-century sugar industry. In: CABRAL, D. C.; VITAL, A.; GÁSCON, M. (Orgs). *More-Than-Human Histories of Latin America and the Caribbean: decentring the Human in Environmental History*. London: London University Press, 2024.

GAGO, M. A aula oficina na caminhada de aprender a ser professor de História. *Roteiro*, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21736/14385>. Acesso em: 27 mar. 2026.

JULIÁ, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/e9023977-ec31-43ec-802a-7ba9759d8ea2>. Acesso em: 27 mar. 2026.

KOSELLECK, R. *Futuro-passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MARTINS, C. *A importância da alfabetização visual, com Martin Scorsese*. YouTube, 2018. 1 vídeo (10min 43s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZGmxmBNQOA>. Acesso em: 13 set. 2025.

MENESES, U. T. B. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOLINA, A. H. Ensino de História e Imagens: possibilidades de pesquisa. *Domínios da imagem*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 15-29, 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19265>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SCHMIDT, M. A. M. S. Cultura histórica e cultura escolar: diálogos a partir da educação histórica. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 91-104, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/21686/12759>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SZLACHTA JUNIOR, A. M. Ensino de História não é Educação, mas calma que eu explico!. *Palavras ABEHrtas*, n. 1, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/16/14>. Acesso em: 27 mar. 2026.

Sobre o organizador

José Marcelo Marques Ferreira Filho

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Suas áreas de interesse são História Ambiental, História Social do Trabalho e História do Brasil República. Atualmente, é um dos coordenadores do Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais na UFPE (Nudoc).



lattes.cnpq.br/0630153086889887



orcid.org/0000-0001-6787-0826

Sobre as autoras e os autores

Camila Alice Diógenes Barbosa

Licencianda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem como temas de interesse História Social, História do Brasil República e Ensino de História e Literatura. Participou como extensionista e pesquisadora do Nudoc.



lattes.cnpq.br/1271411389152526



orcid.org/0009-0006-1587-3113

Daniel do Nascimento Silva

Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é mestrando pelo Programa de pós-graduação em História (PPGH-UFPE) e estudante de Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Seus interesses de pesquisa concentram-se nas áreas de História Social do Trabalho e História Política, com ênfase nos movimentos sociais do campo durante o Brasil Republicano, especialmente no estudo das Ligas Camponesas.



lattes.cnpq.br/4485198517384388



orcid.org/0000-0001-6983-9814

Felipe de Lima França

Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é mestrando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e no Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPCIR/UJF) desenvolvendo pesquisas (financiada pela CAPES e pela FAPEMIG) sobre a Ação Católica Rural. Participa como pesquisador do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC/UFF). Áreas de interesse: Brasil República, Igreja Católica, Teologia e Espiritualidade política.



lattes.cnpq.br/0896615332529618



orcid.org/0009-0003-7746-2158

Hugo José Cordeiro Vanderlei de Oliveira

Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Seus temas de interesse são História do Brasil República e História da ação política do empresário. Participa como pesquisador do Nudoc.



lattes.cnpq.br/6633082756309013



orcid.org/0009-0000-1122-0605

José Guilherme Sieber Padilla Pandolfi

Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor do Ensino Básico na rede pública de Pernambuco. Seus temas de interesse são História Ambiental e História do Brasil República. Desenvolveu pesquisa na área de História Ambiental da Eletricidade no Brasil, intitulada *Dolorosas exigências: desenvolvimentismo e ambiente na construção da Barragem de Itaparica (1975-1990)*.



lattes.cnpq.br/2912998657546333



orcid.org/0009-0002-8938-2959

Lucas José da Silva

Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPE, onde desenvolve pesquisa (financiada pela CAPES) sobre representações visuais e conscientização política na Ação Católica Rural. Áreas de interesse: Movimentos Sociais, Imagens, Igreja Católica e Brasil República. Participa como pesquisador do Nudoc.



lattes.cnpq.br/6997153216124790



orcid.org/0009-0001-6867-6176

Maria Carolina Alves de Oliveira

Licenciada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem interesse nos estudos de História do Brasil República e História Social do Trabalho, com ênfase no período Pós-Ditadura Empresarial-Militar, a partir da temática da violência no campo. Atuou como extensionista no projeto de preservação e catalogação do acervo documental do Nudoc.



lattes.cnpq.br/5143342636114959



orcid.org/0009-0000-1062-4202

Maria do Socorro de Abreu e Lima

Doutora em História e professora aposentada da UFPE. Foi uma das fundadoras do Nudoc e autora, dentre outros trabalhos, do livro *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*, publicado pela Editora da UFPE.



lattes.cnpq.br/0303291727518181



orcid.org/0000-0003-2384-1753

Maria Gabriela Vieira de Souza

Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação da mesma instituição, com pesquisa focada na atuação da Ação Católica Rural na década de 1980 e Movimentos Sociais do mesmo período. Possui interesse nos estudos sobre as lutas sociais no campo nordestino a partir da História Social do Trabalho. É bolsista CAPES e colabora como pesquisadora no Nudoc.



lattes.cnpq.br/4902014879671473



orcid.org/0009-0002-9598-5481

Thawanny Victória Santos Costa

Licenciada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é mestranda do Programa de Pós Graduação em História (PPGH-UFPE), onde desenvolve pesquisa (financiada pela CAPES) sobre a participação feminina na Ação Católica Rural entre 1980 e 1990. Suas áreas de interesse são História das Mulheres, História Social do Trabalho, Gênero e História Ambiental. Participa como pesquisadora no Nudoc.



lattes.cnpq.br/6365908605867973



orcid.org/0009-0009-2558-2311

<i>Título</i>	Histórias, memórias, arquivos e lutas: a ação do Núcleo de Documentação sobre os movimentos Sociais (NUDOC-UFPE)
<i>Organização</i>	José Marcelo Marques Ferreira Filho
<i>Formato</i>	E-book (PDF)
<i>Tipografia</i>	Calluna (texto) e Comma Sans (títulos)
<i>Desenvolvimento</i>	Editora UFPE



PROEXT
Programa de
Extensão

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20
Várzea, Recife-PE | CEP: 50740-530
Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br

Av. Prof. Moraes Rego, 1235
Cidade Universitária, Recife-PE
CEP: 50670-901 | Fones: (81) 2126-8130/8132
proext@ufpe.br



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO